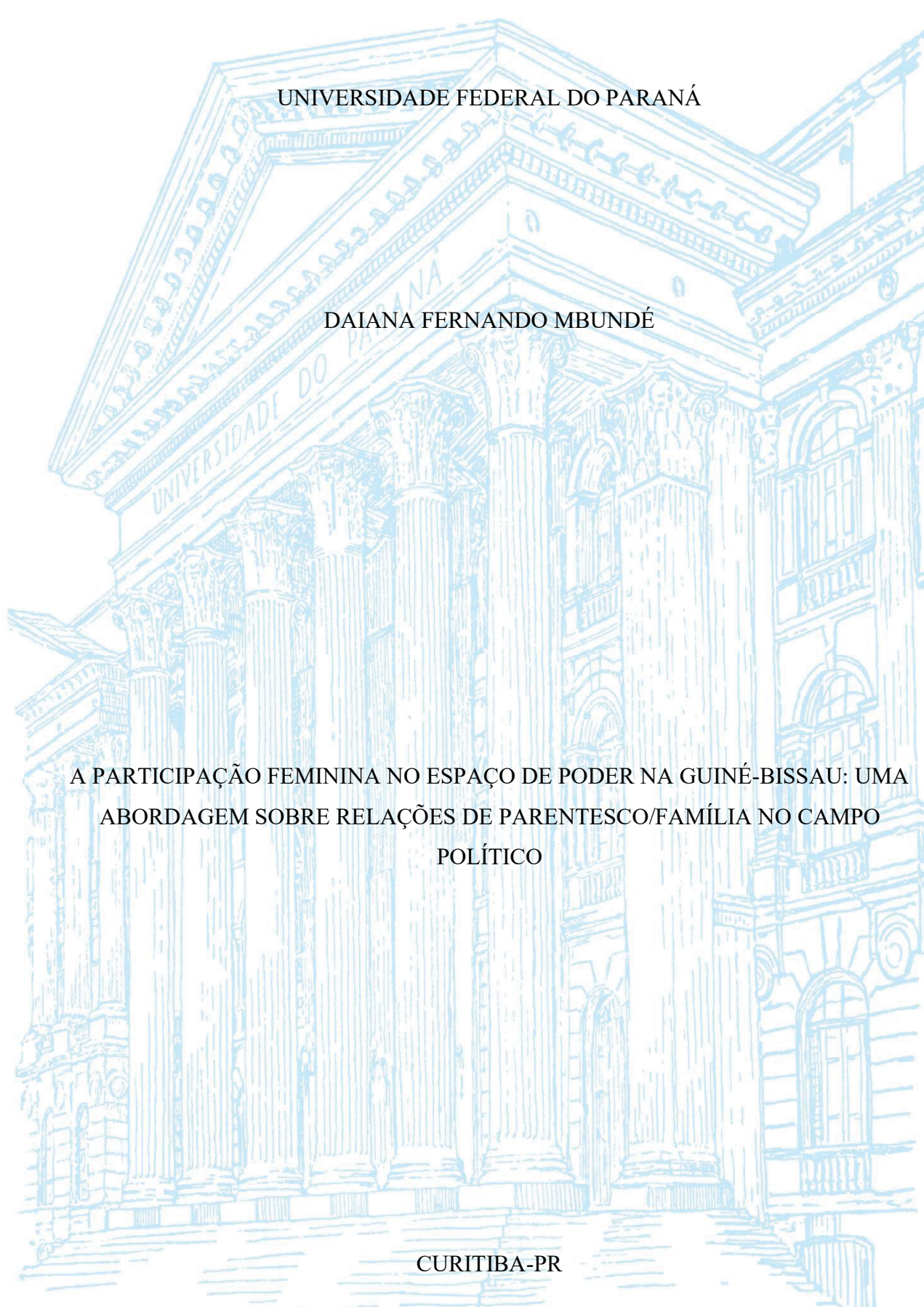




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DAIANA FERNANDO MBUNDÉ

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPAÇO DE PODER NA GUINÉ-BISSAU: UMA
ABORDAGEM SOBRE RELAÇÕES DE PARENTESCO/FAMÍLIA NO CAMPO
POLÍTICO

CURITIBA-PR

2022

DAIANA FERNANDO MBUNDÉ

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPAÇO DE PODER NA GUINÉ-BISSAU: UMA
ABORDAGEM SOBRE RELAÇÕES DE PARENTESCO/FAMÍLIA NO CAMPO
POLÍTICO

Dissertação apresentada ao curso Pós-Graduação em sociologia (PPGSOCIO), setor de ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Profª. Dra. Mônica Helena Harrich Silva Goulart

CURITIBA-PR

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Mbundê, Daiana Fernando

A participação feminina no espaço de poder na Guiné-Bissau :
uma abordagem sobre relações de parentesco/família no campo
político. / Daiana Fernando Mbundé. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação em Sociologia) – Universidade Federal
do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica Helena Harrich Silva Goulart

1. Guiné-Bissau – História social. 2. Mulheres – Aspectos
sociológicos. 3. Família. 4. Ciência política. I. Goulart, Mônica
Helena Harrich Silva. II. Universidade Federal do Paraná.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DAIANA FERNANDO MBUNDÉ** intitulada: **A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO ESPAÇO DE PODER NA GUINÉ-BISSAU: UMA ABORDAGEM SOBRE RELAÇÕES DE PARENTESCO/FAMÍLIA NO CAMPO POLÍTICO**, sob orientação da Profa. Dra. MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 17 de Março de 2022.

Assinatura Eletrônica

17/03/2022 17:15:48.0

MÔNICA HELENA HARRICH SILVA GOULART

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

17/03/2022 20:29:25.0

RICARDO COSTA DE OLIVEIRA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

17/03/2022 17:01:21.0

CLAUDIA NOVAES DEINA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela proteção, inspiração, pela vida, a energia e a sabedoria na elaboração deste trabalho.

Agradeço a maravilhosa família que eu tenho, a minha mãe Rosalina Gomes, pelo amor incondicional, apoios e incentivos que tem estado a me dar, meu Mano Domingos Nbana, pelos ensinamentos da vida, pela educação que me deu, pelos recursos financeiros na minha longa viagem estudantil e pela confiança depositada em mim; hoje estou retribuindo, com minha dissertação de mestrado. Minha eterna gratidão por tudo que fizeram por mim. Meu agradecimento vai também para as minhas irmãs, Waida e Jessica e o meu irmão Fabio, agradeço por serem parceiros da vida, também agradeço meus primos Nhassé Nbana, Fidel Nbundé, Kidelé e a minha prima Liocadia pelo amor e apoio, e para minha madrastra Indira Correia Baldé que hoje se tornou uma referência na minha vida.

Sou muito grata a Profa. Dra. Mônica Helena Harrich Silva Goulart, mais que uma orientadora uma referência de ser humano, mulher, intelectual e educadora. A Mônica embarcou comigo para navegarmos na produção do conhecimento endógeno sobre África (Guiné-Bissau), um desafio e tanto, mas estamos aqui hoje para prestigiarmos a longa caminhada de dedicação e persistência, pois; persistimos a covid 2019 e os seus efeitos, seguindo firme na parceria de dois anos do mestrado. Obrigada pelos ensinamentos e conselhos. Agradeço o Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira e a Profa. Dr. Claudia Novaes Deina por aceitarem participar na minha banca examinadora de qualificação e defesa de Mestrado.

Agradeço pelos amigos/família que a UNILAB me deu, Bininba Djatá, Eliane Maisa, Teodora Tavares, Mustafa Bari, sou grata pela convivência e amizade.

Agradeço às interlocutoras desta pesquisa pela valiosa e indispensável colaboração. Sem elas não teria sido possível a realização do trabalho. Agradeço ao Domingos N'bana e Dam Yalá que prontamente me forneceram dados objetivos sobre a pesquisa, ao Mamadu por facilitar o trabalho de campo. Um agradecimento especial a Teodora Inácia Gomes e Francisca Pereira pela disponibilidade. Por fim, não menos importante, ao governo brasileiro e à Universidade Federal do Paraná pela oportunidade de cursar o mestrado, enfim reitero o meu apreço e gratidão!

Epígrafe

“Você tem que agir como se fosse possível mudar radicalmente o mundo. E você tem que fazer isso o tempo todo.” Angela Davis

RESUMO

A família é uma entidade extremamente importante na tradição guineense, ocupando um lugar sagrado no topo da hierarquia social. A devoção e a responsabilidade atribuídas às mulheres com objetivo de manter essa aliança tradicional as colocam como peças fundamentais desse jogo que envolve poder, hierarquia, capital social e sentimentos de pertencimento. O presente trabalho pretende averiguar a participação feminina no espaço de poder político na Guiné-Bissau e as que puseram a sua independência a serviço afirmativa da família pertencente a classe dominante tradicional, nesta perspectiva, é necessário analisar papel social e político das mulheres na formação e reprodução dessa aliança no espaço de poder desde período da luta pela independência da Guiné-Bissau até dias atuais. Para tal análise, ressaltos os principais aspectos biográficos de suas trajetórias individuais e, quando for o caso, de familiares que fazem parte da formação da classe dominante tradicional que ocuparam e ainda estão no espaço de poder por serem antigos combatentes da liberdade da pátria guineense contra a colonização portuguesa. A reflexão está baseada em livros, artigos sobre feminina no espaço de poder, nas obras sobre a construção da classe dominante tradicional, informações obtidas pelos membros do partido político e no trabalho de campo realizada em Guiné-Bissau.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Mulher; Política; Família, Classe Dominante

ABSTRACT

The family is an extremely important entity in the Bissau Guinean people tradition, occupying a sacred place at the top of the social hierarchy. The devotion and responsibility attributed to women in order to maintain this traditional alliance place them as fundamental pieces of this game that involves power, hierarchy, social capital and feelings of belonging. This work aims to investigate the participation of women in the area of political power in Guinea-Bissau and those who have placed their independence in the affirmative service of the family belonging to the traditional ruling class, in this perspective, it is necessary to analyze the social and political role of women in the formation and reproduction of this alliance in the space of power from the period of the struggle for independence of Guinea-Bissau to the present day. For such analysis, I highlight the main biographical aspects of their individual trajectories and, where appropriate, family members who are part of the formation of the traditional ruling class that they have occupied and are still in power because they are former freedom fighters of the Guinean homeland against Portuguese colonization. The reflection is based on books, articles on women in the power space, works on the construction of the traditional ruling class, information obtained by members of the political party and the fieldwork carried out in Guinea-Bissau.

Keywords: Guinea-Bissau; Woman; Politics; Family; Ruling class

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- MAPA GEOGRÁFICA DA GUINÉ-BISSAU.....	15
FIGURA 2- MOBILIZAÇÃO DA CAMADA FEMININA NA LUTA ARMADA CONTRA O COLONIALISMO.....	67
FIGURA 3-4- BANDEIRA DO PAIGC E A BANDEIRA DA GUINÉ-BISSAU.....	80
FIGURA 4-6- SÍMBOLO DO PAIGC E O SÍMBOLO DA GUINÉ-BISSAU.....	80

LISTA DAS TABELAS

TABELA 1 BANDEIRA DE PAIGC E GUINÉ-BISSAU	81
TABELA 2 SÍMBOLO DO PAIGC E DA GUINÉ-BISSAU	82
TABELA 3 -ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA GUINE- BISSAU	83
TABELA 4 - REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO REGIME MONOPARTIDÁRIO.....	86
TABELA 5 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO REGIME MULTIPARTIDÁRIO	86
TABELA 6 - REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO PARLAMENTO	88
TABELA 7 - LEGISLATURA II	91
TABELA 8 - LEGISLATURA III	93
TABELA 9 - LEGISLATIVA V	96
TABELA 10 - LEGISLATIVA VI	99
TABELA 11 - LEGISLATURA IX.....	100
TABELA 12 - RELAÇÃO DE FAMÍLIA/ PARENTESCO NA POLÍTICA GUINEENSE.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS

ACATC- Instituto Cubana der Arte e Indústria Cinematográfico

ANP- Assembleia Nacional Popular

CEA- Centro de Estudos Africanos

CEDEAO- Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CNMG- Comissão Nacional das Mulheres da Guiné

FAC- Fundação Amílcar Cabral

FARP- Força Armada Revolucionário do Povo

FDIM -Federação Democrática Internacional das Mulheres

FLING- Frente de Liberdade Nacional da Guiné

MING- Movimento Para Independência da Guiné

OMA- Organização de Mulheres Angolanas

ONU- Organização das Nações Unidas

PAI- Partido Africano para Independência

PAIGC- Partido Africano

PIB- Produto Interno Bruto

PRS- Partido de Renovação Social

UDEMU- União Democrática das Mulheres da Guiné-Bissau

UEMOA- União Económica e Monetária Oeste Africana

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Trabalho de Campo: desnaturalizar o natural	17
METODOLOGIA	22
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	23
PRIMEIRO CAPÍTULO	25
1. Um olhar sobre a escravidão na Guiné-Bissau	25
1.2 A construção da classe dominante tradicional Guineense	30
1.3 A Resistência primaria contra a colonização portuguesa	36
SEGUNDO CAPÍTULO	49
2. A gênese do movimento para emancipação feminina	49
2.3 A luta pela dupla emancipação das mulheres guineenses.....	63
TERCEIRO CAPÍTULO	76
3- As primeiras organizações política feminina pós-independência em Bissau	76
3.1 A construção da Assembleia Nacional Popular (ANP) como o órgão supremo da.....	80
República Guineense	80
3.2- A Dialética entre classe dominante tradicional e o poder feminino em Bissau.....	85
QUARTO CAPITULO.....	104
4.Narrativas, relatos e experiências das mulheres do PAIGC.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

A influência de relações familiares/parentesco no acesso ao poder político marca a formação histórica da Guiné-Bissau como uma nação e um Estado. Esse processo foi feito pela classe dominante tradicional assimilada. Atualmente, essa classe se mantém na arena de instituição de decisões políticas (partidos políticos, legislativos e presidências) através das alianças construídos por vias matrimoniais e alianças de parentesco; e as mulheres muitas das vezes fazem parte desse jogo político.

Com essas considerações, o presente estudo tem como foco central à análise da formação da classe dominante tradicional Bissau guineense desde período da luta de libertação nacional contra o colonialismo português através do regime de assimilação implantada pelo império e como essa estrutura se mantém no poder atualmente através de relação de família/parentesco. Para compreensão desse fato, fizemos análise das biografias coletivas das mulheres pertencentes a classe dominante tradicional que são figuras representativas na política, elegidas como deputadas pela Assembleia Nacional Popular desde 1973 até 2019 na Guiné-Bissau.

Embora tenha como o foco a Guiné-Bissau, o trabalho não deixa de relacionar e explorar outras produções científicas que debatem questões relativas à participação feminina no espaço de poder/ famílias e relações de parentesco na política como tema de pesquisa e objeto de reflexão.

Antes de dar seguimento ao desenvolvimento da introdução, é de grande importância fazer uma breve apresentação sobre a Guiné-Bissau, tendo em vista que o mestrado é desenvolvido no Brasil; um local onde se tem pouco conhecimento sobre a realidade dos países do continente africano.

A figura a seguir representa a mapa geográfica da Guiné-Bissau onde pode-se constar a sua localização e a divisão territorial.

Possui clima tropical, alternando entre quente e húmido, conta com duas temporadas ao longo do ano: estação chuvosa com previsão de começo no mês de maio e final de agosto, estação seca que ocorre durante o semestre de novembro e abril. Estima-se cerca de 1.5844.791 habitantes², com densidade média de 28 pessoas por quilômetro quadrado, a taxa de crescimento anual da população do país é de 3% das áreas rurais e a das áreas urbanas de 5%. Dividido em três províncias (Leste, Norte e Sul), oito (08) regiões administrativas (*Bafatá, Biombo, Bolama Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara e Tombali*) fazem parte do território continental, acrescentando o setor autónomo de Bissau (capital do País) e trinta e sete (37) setores, constituídas por aldeias; 31% da população vive na capital Bissau. As principais cidades do país são (capital Bissau, *Bafatá, Gabú, Bissorã, Bolama, Canchungo, Catió e Buba*).

Sobre o meio ambiente e biodiversidade, apesar de ser um país pequeno, a Guiné-Bissau apresenta uma biodiversidade particularmente rica por estar localizada entre os ecossistemas áridos da África subsaariana e nas regiões florestais úmidas da Guiné. O país tornou-se “tampão climático” que de uma certa forma, diminui a expansão da desertificação do Saara devido à pouca presença das fábricas industriais e as existentes são fracas no fornecimento de serviços da necessidade básica da população. Portanto, a maioria dos serviços que atendem à demanda da população vem das biodiversidades (rios, dos manguezais, dos oceanos residentes nas ilhas e nas zonas costeiras, encontra espécie raras, como tartarugas marinhas, alguns mamíferos aquáticos, como peixes-boi, hipopótamos, lontras brancas, golfinhos-jubarte, também pode encontrar os crocodilos do Nilo e aves aquáticas). Em relação ao turismo na Guiné-Bissau, o país conta com cem (100) bancos de areia compostos por água branca e cristalinas das ilhas de Bijagós, tornando as praias mais belas da Costa da África Ocidental, também tem as exposições culturais que demonstra a rica diversidade étnico e linguístico (FUNAG,2012, p.07).

No que diz respeito à economia, a taxa de crescimento real do PIB é de 4,6% dados de 2019, o país depende basicamente de seus recursos naturais e serviços para sua subsistência considerado como chave da economia nacional. A taxa da contribuição agrícola para desenvolvimento nacional é de 57% produto interno bruto (PIB) e absorção 79,2% da população,³ a economia nacional depende da monocultura e da exportação da castanha de caju colocando assim, a Guiné-Bissau como 5º produtor mundial e o primeiro em exportação “in

² Dados do Instituto Nacional da Estatística da Guiné-Bissau (INE),2018.

³ <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau/overview>

natura” de castanha de caju. Inclusive também, tem o setor da pesca que ajuda no crescimento da economia. Além de peixes, os mares da Guiné oferecem outros recursos (marisco) de alto valor comercial, fazendo com que, esse setor obtivesse a segunda maior receita econômica. Com uma biomassa bruta de 1.300.000 toneladas, é possível realizar uma exploração de 200 a 300 mil toneladas anuais sem afetar os recursos haliêuticos. Ressaltando que, a maioria da sua população se encontra na zona rural vivendo da agricultura familiar, tendo como alimento básico o arroz, apesar disso, o país depende do cultivo de caju, manga, arroz, inhame, banana e cana-de-açúcar. Em relação a recursos a serem explorados futuramente o país conta com fosfato, bauxita e petróleo (FUNAG,2012, p.10).

No requisito diversidades culturais e práticas religiosas, à Guiné-Bissau tornou-se um símbolo de mosaicos étnicos porque, em todo o seu território geográficos consta representações de grupos étnicos linguísticos subdividido em torno de vinte e seis (26) grupos entre eles: *Fula, Balanta, Mandinga, Pépel, Flup, Biafada, Budjugu, Mandjaku, Mancanh, Mansonka- Bramés, Biafadas e Saraculês* e entre outras que preservam o seu reportório e linguístico e identidade própria. Os grupos são estruturados socialmente, economicamente e culturalmente de modos diferentes.

No contexto guineense, os grupos étnicos caracterizam-se em sociedades consideradas vertical e horizontal. As sociedades horizontais não têm uma estratificação social, servindo de exemplo as etnias *balantas*; “a vertical são os estratificados socialmente aqueles que obedecem a uma hierarquia construída com régulos ou reis, fidalgos e nobres”, essas são das etnias *mandingas, mandjaku, mankanh, pépel e fulas* que mais tarde vão criar contatos com colono português (MENDY,1992, p.42).

Falar da Guiné-Bissau é emergir numa diversidade linguística e cultural, o plurilinguismo que é considerado fenômeno natural e frequente entre grupos étnicos. Em razão disso, adotou-se o *kriol* (crioulo)⁴ da Guiné-Bissau é conhecida como a língua da unidade nacional. É falada por mais de 90,4% da população guineense facilitando a comunicação entre pessoas de diferentes dialetos étnicos, servindo-se de instrumento de resistência contra de um

⁴ *Krioul* de Guiné-Bissau intitulado crioulo da Guiné-Bissau na língua portuguesa, é uma língua que surgiu a partir de uma emergência comunicativa entre falantes de comunidades linguísticas diferentes, mas em convivem no mesmo espaço ao ser considerado língua materna desse espaço de convivência e sociabilidade, torna-se uma língua crioulo (SEMEDO,2010)

povo que sofreu a invasão colonial europeia. No entanto, por força da influência da herança colonial, os governantes adotaram a língua portuguesa como uma língua oficial (usada na escola, no trabalho e nos fóruns internacionais). Não obstante, apenas uma parcela pequena da população tem domínio do português. Falado por uma pequena parcela da população é considerada como língua de ensino acadêmico e de comunicação em fóruns internacionais.

Trabalho de Campo: desnaturalizar o natural

Não me atrevo a ser essa pessoa que desnaturaliza o natural numa sociedade que sentencia quem ousa questionar as estruturas e os padrões impostos. Um desses comportamentos, por exemplo, é que aquele estabelece a seguinte ordem das coisas: homens vão para escola e mulheres cuidam do lar, o que acaba contribuindo para o afastamento das mulheres de lugares do poder. Daí o meu interesse, mesmo antes de partir para o Brasil é pesquisar sobre meu país (Guiné-Bissau), as relações de gênero no espaço de poder. A Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) me deu essa oportunidade através do grupo de pesquisas (RIMA), Rede Internacional das Mulheres Africanas que discutem questão da igualdade de gênero, em especial das mulheres africanas nas diásporas. Minha primeira produção científica (conclusão de curso de bacharel em humanidades) é sobre emancipação feminina na Guiné-Bissau, desta forma, estudei a liberdade feminina, a participação das mulheres guineenses na política desde o período da luta armada até dias atuais. O fato de ser mulher guineense que estuda a relação de gênero cria-se um campo para desnaturalizar as estruturas que predefinem lugar da mulher na Guiné-Bissau. Estas inquietações me perseguem até ingressar no mestrado na Universidade Federal Paraná.

Antes de falar da construção da pesquisa, faz-se necessário voltar no tempo até ao ano de 2020, quando fui aprovada no mestrado na Universidade Federal do Paraná! Foi um novo começo, novas conquistas, emoção de começar uma nova etapa nos estudos! Mulher preta africana rompendo a barreira da desigualdade social. O mesmo ano também trouxe consigo grandes desafios, inseguranças e medo. Como à turma, fomos surpreendidas com o impacto de nova coronavírus e, em consequência desse fato, foi decretado quarentena e isolamento social que resultou em adequação da modalidade de ensino (mestrado), para ensino a distância. Tanto a modalidade como o vírus impactaram diretamente na nossa pesquisa cuja a proposta era

compreender o associativismo (*mandjuandade*) como espaço da luta pela emancipação das mulheres no contexto social na Guiné-Bissau.

Impossibilitada de realizar a pesquisa começamos a pensar em novo tema, tendo decidido debruçar sobre a participação feminina na política guineense, através de análise de processo de inclusão das mulheres na luta pela emancipação feminina ao comando do partido africano para independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundada pela classe dominante tradicional Bissau Guineense. Feito isso, avança-se em compreender a forma como essas mulheres tornaram-se protagonistas do jogo de interesses políticos e parentais, já que as suas decisões em prol das suas lutas para conquista de direitos equitativos, que exigia a tomada de consciência partidária alienada a família/ parentesco e sobretudo o fator luta de libertação, assim referenciam, *irmãs, combatentes de liberdade da pátria*, .⁵ Essas irmãs que sempre são nomeados atualmente para cargos de Ministras da Mulher Família e solidariedade social, Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação e Comunidade, Ministra do Ensino e Educação e deputadas das nação mas, atuam sobre o mão invisível do interesse partidária e de parentesco.

Queremos deixar claro que, de forma algum não queremos menosprezar esforço desse componente feminino que sempre esteve na linha de frente de diferentes batalhas para afirmação do ser mulher numa sociedade com estrutura patriarcal. A nossa intenção é tão somente identificar como as relações de parentesco na influenciam na ascensão de poder. É necessário começarmos a questionar as limitações entre público e privado, a concentração dos capitais (social, econômico e cultural) nas mãos de determinados famílias/ parentes, e como essa ascensão de poder é resultante na formação de desigualdade social no país.

O trabalho se justifica em vários âmbitos por se debruçar sobre uma temática pouco discutida e explorada na sociedade guineense, embora seja uma discussão extremamente pertinente para compreensão das relações de parentescos na política guineense e a criação da classe dominante tradicional.

⁵ Irmãs combatentes da liberdade da pátria- são mulheres que participaram no processo da luta de libertação nacional.

No âmbito acadêmico, o trabalho servirá de suporte bibliográfico para futuras produções de artigos, livros, ensaios e palestras sobre a participação feminina no espaço de poder em Bissau: uma abordagem sobre relações de parentesco/ família no campo político.

No campo social, a pesquisa justifica-se por proporcionar reflexões e debates a respeito do assunto, já que se trata de um tema pouco discutido. Com efeito, o trabalho visa essencialmente trazer à tona reflexões sobre representação das mulheres guineenses no espaço de poder (Assembleia Nacional Popular) e como essas decisões são moldadas pela violência simbólica imperceptíveis; por existirem mulheres ocupando lugares de tomada de decisões nas diferentes esferas do país (política, econômica, social e cultural).

A decisão de analisar as trajetórias coletivas das mulheres que foram eleitas como deputadas da nação se deve ao fato de que a Assembleia Nacional Popular guineense ser um órgão supremo legislativo e de fiscalização política representativo de todos cidadãos guineenses, decidindo sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado. Daí a minha decisão de tornar essa instituição como o meu objeto de estudo, desta forma analisar trajetórias dessas mulheres no campo político é um caminho andado para compreensão de todo esse processo da inclusão das mulheres no meio político, através dos relatos das interlocutoras na nossa pesquisa feita no campo (Guiné-Bissau).

Por outro lado, o recorte proposto significa também que o trabalho não pretende dar conta de todas as deputadas escolhidas, mas as que pertencem aos partidos mais votados durante a trajetória política do país. Outro fator determinante é o pertencimento, ou seja, o fato de eu ser uma mulher guineense influenciou não só na escolha do tema, mas também na possibilidade de amarrar contatos para ter acessos as interlocutoras do trabalho, bem como as entrevistas feitas em *kriol* desde já que é a língua que enquadra pelas interlocutoras como um marcador de identidade comum/ parentesco e religião.

Estudar fora de país é um privilégio para poucos na Guiné-Bissau, dentre os quais, me incluo. Fui contemplada pela bolsa de estudos da UNILAB e mestrado na UFPR que me ajudou a legitimar o meu trabalho como pesquisadora guineense na diáspora para interlocutoras, como o tratamento que recebi com o meu regresso. Por serem mulheres mais velhas, referindo ao acúmulo de conhecimento sobre o processo da emancipação do país. Fui tratada com carinho e respeito durante todo o trabalho de campo. Em relação ao número das mulheres entrevistadas,

o local das entrevistas e mais detalhes sobre o campo serão tratadas de forma mais abrangente na metodologia e nos capítulos específicos sobre trajetórias dessas interlocutoras.

Algumas informações obtidas durante as pesquisas, por não atenderem os objetivos específicos do trabalho, não foram usadas de forma direta na construção da pesquisa, mas serviram como guia de compreensão de todo o contexto geral da pesquisa.

Antes de regressar à Guiné-Bissau me preocupava a forma como vou conseguir realizar essas entrevistas, mas, logo percebi que ser estudante formada no estrangeiro te dará certo “privilégios” pois, nesse processo acumulei o capital social simbólico que foi determinante na maneira como foi recebida por essas mulheres, e por não ser questionada a veracidade da minha fala e da minha formação acadêmica por esses motivos as informações fluíram com mais cautela devido meu status sócias.

Fazer pesquisa em Guiné-Bissau, é um retorno para casa, minha família e meus entes queridos, a necessidade de adaptação foi menor tanto os impactos de mudança sociais, por esses motivos a readaptação foi menos difícil em relação de pesquisador não nativo, mas por estar fora de país por mais de 7 anos tive que conquistar novos espaços. Em relação a língua não tive dificuldades desde já que o *kriol* é a língua que eu uso no meu cotidiano no Brasil.

Sobre o campo em específico, fiz a viagem para Guiné-Bissau em dezembro de 2021. Antes de viajar para pesquisa tive prazer de ser ajudada pelo meu primo que faz parte de partido PAIGC, serviu-me como uma âncora de informações, desde já, que não encontramos muitas informações publicadas, devido a precariedade de ensino que não incentiva na produção acadêmica, a chegada tardia da internet no país e poucos escritores que relatam sobre relações de família e parentesco na política guineense. Para dar início ao trabalho fiz uma visita na sede de PAIGC que é considerado maior partido guineense situada no capital Bissau, na praça dos Heróis Nacionais, também é conhecida como Rotunda de Império, também fiz visita na Sede de Partido de Renovação Social (PRS) que fica situada no bairro de Belém.

Para familiarizar com espaço físico e estabelecer primeiros contatos e, principalmente, com receio de não ser bem recebida, decidi não ir sozinha para a sede do PAIGC. Fiz me acompanhar de um amigo que também estava interessado em participar das entrevistas. Assim que chegamos ao local, fomos revistados de forma rigorosa, recolhendo os nossos dados na

porta, sendo interrogados sobre o propósito da minha visita na sede como o porteiro disse “faz parte de protocolos”, entrei e conheci lugar sem entrevistar ninguém naquele dia.

Nas visitas a seguir fui recebida de forma calorosa por todos presentes na Sede de PAIGC como se eu fizesse parte desse ciclo. Comecei a circular normalmente na sede, fui apresentada ao departamento da União Democrática das Mulheres (UDEMU) e espaço memorial onde colocam retratos dos antigos combatentes da liberdade da pátria. Em seguida, foi agendada as entrevistas, mas com a proposta de entregar as perguntas para interlocutoras assim para que pudessem preparar para dia seguinte, mas essa proposta foi recusada por mim e pedi para que seja um *djumbai* (não são questionários, assim diz para representante) já que a conversa resumia em falar das trajetórias, dessa forma, fui aceita a ter acesso as essas mulheres.

No partido existem muitas mulheres, mas a escolha dos perfis se deu com a base em ascensão nos cargos políticos, na idade (mais velhas), nas trajetórias na política e nas mulheres que tinham participado na luta de libertação nacional da Guiné-Bissau. As mulheres da UDEMU maioria se encaixavam nesse perfil, desde já que, a UDEMU foi uma das primeiras organizações políticas femininas no país onde a religião ou etnia ou formação acadêmica não é um fator determinante para ingressar no movimento.

Entrevistei no total de doze mulheres entre 35 e 75 anos: uma pedagoga, economista Engenheira de manutenção agrícola, administradora/gestora de empresa enfermeiras. As demais não possuem formação superior, mas tiveram a formação de base no período da luta de libertação nacional pela Antiga União Soviética, Cuba e China.

Como parte do trabalho de campo pude estar presente em reuniões de partido onde o objetivo principal era reunir dados sobre as conferências que aconteceram nas regiões do país e também escolher dirigentes para sessão e base do partido. Nesse encontro reparei que a mesa estava composta por 17 pessoas entre eles 08 são mulheres e 09 homens isto mostra o resultado da luta pela a lei da cota ⁶para equidade de gênero como foi referida pela minha interlocutora. Por fim, visitei a Assembleia Nacional Popular, mas não tive sucesso devido às reformas que estavam acontecendo no lugar.

⁶ Lei de cota partidária foram as medidas adotadas em 2018, no mandato do presidente José Mário Vaz, está a aprovação de Lei de quota que obriga a participação de 36% de mulheres nas listas de candidaturas para cargos eletivos no parlamento (ANP) guineense, que paulatinamente foi ampliado para outras regiões (norte, leste e sul).

METODOLOGIA

Como nos ensina Pierre Bourdieu, o sociólogo quando propôs construir um objeto de estudo, deve-se romper com a barreira do “senso comum”, criar dúvidas sobre o olhar do seu objeto de estudos, questionar as “pré-noções” interiorizadas pelo próprio autor como um ser social que pode ser influenciado pela sua pré-construções de um hipótese, ou seja, antes de procurar desvendar o objeto estudado, o ofício de um sociólogo é de compreender o seu objeto como cientista e em seguida apurar e analisar o próprio meio científico no qual está inserido (BOURDIEU, 1999, p.25).

O meu ofício como socióloga é questionar tudo! Desde realidade política guineense, a construção genealogias da classe dominante tradicional, o porquê de pessoas com alguns sobrenomes sempre ocupa espaços de poder durante esses 48 anos independência da Guiné-Bissau. Após emancipação esses sobrenomes tornaram-se a política uma arena que consolidam relações de parentesco. É necessário questionar como esses indivíduos com capital econômico, cultural e social têm ocupado de uma forma hegemônica e continuam os cargos eletivos como deputados e deputadas, ministros e ministras e presidentes. Desta forma, a prosopografia é o principal recurso de análise. Em síntese, a prosopografia é a investigação das características comuns de um grupo de atores por meio de um estudo coletivo de suas vidas. (STONE, 2011, p.115).

Em termos metodológicos, trabalho contou com diversas técnicas, das quais a observação participante e entrevista semi-estruturadas foram que foi essencial para elaboração dos capítulos, pois me ajudou a entender a inclusão das mulheres na construção histórica na política Bissau guineense, essa camada feminina que hoje ocupam lugares de destaques na política no país e que pertencem a essa classe dominante tradicional, pois é de grande importância compreender as suas trajetórias relatadas por elas mesmas. Também destacamos que quanto a abrangência de pesquisa de campo limitamos apenas na cidade-capital do país – Bissau, sendo que lá é o centro-sede de quase todas instituições governamentais assim como dos partidos e da Assembleia Nacional Popular.

Algumas entrevistas aconteceram na biblioteca, escritório particulares e sala de exposição. Todas tiveram duração de mais de meia hora e foram gravadas em *Kriol*, depois transcritas e traduzidas de forma fiel, respeitando a variável linguística entre o português e o

Kriol. Ainda sobre entrevista, foi dado o termo de responsabilidade sobre divulgação de nome e imagem dos interlocutores e foi consensual a publicação entre ambas. No que diz respeito a pesquisa bibliográfica que foi indispensável na construção da primeira etapa do trabalho, alguns autores serviram como guia de esboço Cardoso (2002); Pereira (2003); Oliveira (2012) e autoras, Candé Monteiro (2013) Gomes (2015), Lerner (2019)

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Organizei o trabalho em quatro partes que são: Introdução e quatro capítulos. A introdução contém uma breve contextualização geografia, econômica e política da Guiné-Bissau, justificativas, a metodologia e divisão dos capítulos.

- ❖ O primeiro capítulo traz um estudo empírico sobre o processo da luta pela emancipação da Guiné-Bissau contra o domínio da escravização portuguesa, pois com a independência foram implementadas algumas medidas importantes entre quais, o respeito aos direitos civis, sociais, culturais e políticos.
- ❖ Segundo capítulo faz uma breve abordagem sobre as lutas femininas e como essas conquistas foram relacionadas com o projeto emancipação feminina do Partido PAIGC criado pela classe dominante tradicional. Também analisou as mobilizações das camadas femininas para aderirem a luta pela emancipação da Guiné-Bissau. Uma luta que cria gêneses de debates sobre o lugar das mulheres guineenses no espaço de poder, a igualdade de direitos entre homens e mulheres e percursos traçados a prol da criação de movimentos políticos que discutem o papel da mulher na esfera política/ativa do país.
- ❖ No terceiro capítulo, a partir da perspectiva metodológica da prosopografia são analisados os perfis das mulheres que foram elegidas como deputadas da nação pela Assembleia Nacional Popular em Bissau e o papel social política delas na formação e reprodução da aliança que consolidam a relação de parentesco e político, para tal análise é necessário compreender como surgiu a classe dominante tradicional no país, pois, esse espaço de poder pertencem aos pessoas com mais capitais (econômico, cultural, político e social).
- ❖ Em suma o quarto capítulo realizada em Bissau é constituído de narrativa, relatos e experiências das mulheres que fazem parte da construção histórica na política Bissau

guineense, que hoje ocupam lugares de destaques na política no país e que pertencem a classe dominante tradicional.

Na íntegra, para a construção do trabalho é indispensável, portanto, falar do processo da Luta armada pela emancipação da Guiné-Bissau. Sem pretender ser exaustiva em termos historiográficos, já que não constitui como objeto principal do trabalho. No próximo item abordará de uma forma resumida alguns aspectos que considero centrais porque, demonstra que as mulheres guineenses sempre estão a par no processo emancipatório do país.

PRIMEIRO CAPÍTULO

1. Um olhar sobre a escravidão na Guiné-Bissau

O que foi Guiné-Bissau na época do tráfico dos escravizados? Diferentemente da atual Guiné-Bissau e Guiné-Conacri ou Golfo da Guiné que conhecemos, De acordo com a Artemisa Odila Candé Monteiro explica: “Guiné, *Guinauha* ou *Gnawa* eram termos usados para designar terra de pretos derivado da palavras *berbesca guinéus*, eu significa negro” do mesmo modo, a Guiné na concepção dos portugueses foi ganhando codinomes devido ao transito comercial” estabelecido nas Costa do Muro, Costa da Malagueta, Costa do Marfim, e Costa de Escravos conforme produtos e movimentação encontrados na localidade comerciais assim, os nomes eram classificados e colocados (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.98).

A Guiné-Bissau sofreu sua primeira invasão territorial por volta do século V pelo império de Gana que, conseqüentemente, durou até o século XVI. Na sequência, Antes da chegada dos europeus no território, o país passou a integrar no reino de Gabu, tributário do lendário império de Mali das mandingas que evoluiu a partir de 1235. Considerada umas das primeiras regiões do continente africano a serem exploradas pelos portugueses à presença europeia na costa africana, particularmente a portuguesa nos rios da Guiné-Bissau deu-se em 1446, com o navegador português Nuno Tristão que não foram recebidas de uma forma “Civilizada” reforçando a autora, “ele e seus companheiros foram mortos a flechadas pelos nativos” essa ação demonstra a não passividade dos nativos contra a invasão colonial (SEMEDO, 2010, p.55).

Enfatizo que a herança do passado reflete no presente tornando assim o futuro uma luta constante. A colonização do povo negro e a resistência criada para combater esse sistema de exploração, demonstra essa luta árdua dos negros para melhorar o futuro dos seus descendentes. Para sintetizar esse processo, recorro a genealogia da colonização que segundo compreensão de Achille Mbembe, a colonização começou a partir do século XVI com a conquista das Américas e o tráfico dos negros escravizados, “tanto o comercio negreiro como a colonização coincidiram em grande medida com a formação do pensamento mercantilista no Ocidente” (MBEMBE, 2017, p.23)

ACHille Mbembe reforça que o processo de apropriação baseava em três fatores: Primeiro é a questão econômica, causada pelo notável declínio da Europa economicamente e a forma escolhida para se acender é a navegação para invasão territorial com a intenção de explorar os recursos naturais e mão de obra dos escravizados. Segundo fator é a superioridade racial, criando a ideia de raça superior e raça inferior que consequentemente os considerados incapacitados são os nativos negros e indígenas. O terceiro fator é a religião, marcada pela depreciação das formas com que os nativos se cultuavam suas crenças, visando a implementação da missão civilizatória escondida entre cruzes do cristianismo dirigido para um povo que é considerada sem Deus, sem Fé e sem Cultura (MBEMBE,2017, p.23).

Na mesma linha do raciocínio do autor, a colonização teve quatro fases. A primeira, cuja dimensão é racista, ocorreu em grande parte nas Américas, principalmente nos Estados Unidos da América que lutou com todas as forças para livrar de sua população negra deportando-as para África. A segunda consistiu em imigração livre e acelerada baseada em violência e terrorismo especialmente no Sul dos EUA. A terceira enquadra-se na expansão nas américas entre 1850 e 1900, estendo-as pelo mundo na quarta fase, com soldados exploradores, narrativas dos viajantes aventureiros, missionários e colonos. Desta forma a colonização se baseava na ideia de que a humanidade está dividida em espécies e subespécies e que podem ser diferenciadas e separadas hierarquicamente pela classe sócias e pertencimento racial.

Para Frantz Fanon, o colonialismo nega a forma de existir do outro ser humano como a natureza que ele se encontra, tirando do colonizado todos os bens, incluindo a identidade e sua história. A embarcação da Europa nessa aventura de exploração “das almas do povo negro” disfarçada em processo “civilizatório de um povo que foi considerado sem cultura, era uma mera forma de legitimar a violência no corpo e na alma. A violência colonial não tinha apenas o objetivo de garantir o desrespeito desses homens subjugados; como também procurava desumanizá-los. Ainda acrescenta o autor, “nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura” isso indica que a violência colonial não era só física também espiritual e psicológica que conseguinte, tirava a dignidade de homem colonizado (FANON,1969, p.9).

Com isso, a colonização tornou-se uma forma de monopólio de poder através de expansão europeia em busca de espaço geográfico para exploração de recursos naturais, tendo

iniciado no século XVI a modalidade de repovoamento do planeta pela aniquilação humana dos grupos sociais que eram considerados inferiores, estendendo-se até o século XIX.

A Europa se tornou uma potência fora de suas margens; desenhou lugares de descobrimentos, servidão, domínios e pilhagens, tendo os primeiros negros vítimas desse processo e os primeiros negros colonizadas vítimas de pilhagens na África Ocidental chegado ao, em 1444. Isso contribuiu para o aumento de número de escravizados e, consequentemente, para exportação dos africanos para o continente americano e europeu.

A Guiné-Bissau também viveu essa triste realidade com a invasão do seu território pelo Portugal. A estratégia inicial colonial portuguesa na Guiné foi estabelecer relações de trocas dos produtos com a comunidade local, criando laços com chefes das aldeias, mas sem nenhuma intenção de residir no território da “descoberta”. No final do século XIX a presença dos portugueses na Guiné-Bissau aumentou consideravelmente devido ao enfraquecimento econômico de Portugal e a chegada à conferência de Berlim em 1884-1885. Sem querer perder os prestígios relacionados ao império e a expansão marítima nas costas africanas, os portugueses desencadearam o processo da implantação dos aparelhos administrativos no território local através de iniciativas militares, apelidado de campanha de pacificação (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.55).

Acrescenta Mbembe (2014) o processo da colonização através de povoamento baseava em residir e construir aparelhos administrativos no território colonizado. Nesse caso o enriquecimento da colônia fazia sentido se contribuísse para o enriquecimento da metrópole e a colônia de povoamento era concebida como extensão da nação, já a colônia de feitoria ou exploração era apenas formas de enriquecer a metrópole através de um comércio desigual quase sem nenhum investimento. Dessa forma iniciou em Guiné-Bissau a colonização de feitoria.

Convém ressaltar que, Portugal inicialmente considerava a Guiné-Bissau como uma zona de comercialização dos escravizados, um posto estrategicamente escolhido para manter essa conexão com Brasil através de companhia de Cacheu⁷. Também tinha a concorrência comercial entre franceses e ingleses que fez com que os portugueses se concentrem na zona costeira entre *Casamansa e Componi*, já no século XVI houve fortificação das primeiras

⁷ Cacheu- umas das importantes regiões da Guiné-Bissau, tornou-se um patrimônio histórico que conta a história de escravidão no país.

feitorias, mesmo sem ajuda da coroa os portugueses negociavam couro, marfim, escravos, cera e marfim e em contrapartida compravam papéis (ESTEVES 1988, p.7).

Segundo Esteves (1988), para afastar as concorrências Portugal tomou medidas mais drásticas em relação a comercialização dos produtos nas margens de Cacheu. O novo projeto criado para manter esse fluxo de lucro foi instalar a colônia de povoamento, substituindo o nome “Guiné-Bissau” para “Guiné Portuguesa”, território de ultramar pertencente a colônia portuguesa. Em 1951, a Guiné-Portuguesa foi oficialmente declarada como província do ultramar governada efetivamente por funcionários portugueses. Portugal utilizou dessa estratégia mesmo desconhecendo a vida, os costumes, práticas culturais e a linguagem, visando unicamente a satisfação de seu interesse econômico, desejo esse legitimado pela Conferência de Berlim.

Saliente-se que a Conferência de Berlim foi organizada com a intenção de desenfrear a rivalidade existente no meio das potências europeias no requisito ao acesso às zonas mais ricas para exploração de matérias primas. A cerimônia contou com a participação de aproximadamente quatorze países europeus para discutir as formas de administrar as colônias africanas sem criar rivalidades e conflitos entre os colonizadores. Daí estabeleceu-se as linhas divisoras do continente, isto é, um novo mapa geográfico sem levar em consideração as questões socioculturais e políticas das sociedades africanas. “A África foi dividida em forma de bolo, cujas fatias foram repartidas, conforme o peso de cada potência” ganha quem mais tem poder econômico (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.88).

Por fim, reestruturaram o continente africano obrigando a convivência dos grupos étnicos que não se conheciam antes, além de instituir costumes, línguas, leis vindas de Europa e política de assimilação. A pauta era a conversão da identidade idealizada sobre visão do catolicismo e a civilização de um povo sem cultura. Em análises gerais, à Conferência de Berlim trouxe as acirradas disputas étnicas, o subdesenvolvimento do continente, a extrema pobreza o alto índice do analfabetismo, a perda da liberdade e autonomia à custa de desenvolvimento da Europa, a exploração, os genocídios, e por último a legitimação da escravidão.

A legitimação da Conferência de Berlim fez da África um campo da violência e subjugou colônias como a Guiné-Bissau tornou-se propriedade do império Português foi efetivado o comércio nas zonas costeiras e a região de Bolama Bijagós passou-se a ser considerada o

primeiro capital do país, por se tratar de uma ilha com fácil acesso da navegação e vias portuárias que davam benefícios comerciais em toda a região de Buba e do Rio Grande (SILVA,2010, p. 23)

Bolama, ilha de povoamento dos povos *Bidjugus* e *Biafadas* que vivem de agricultura e atividades florestais, apesar de essas etnias não residiam permanentemente na ilha passaram a reivindicar a posse da terra contra invasão colonial. Na esfera institucional e administrativa, foram instalados na Bolama comissão municipal, hospital, clero católico, palácio de governo português, divisões judiciais, todas essas particularidades estão na base da construção e efetivação de Estado Colonial nos territórios ultramarinos para que assim possam estabilizar administrações coloniais.

No caso da Guiné-Bissau, os régulos de *tabanka*⁸ que pertenciam a sociedade vertical como referido anteriormente, também serviam de intermediários entre grupos étnicos que se aliaram com portugueses até um determinado ponto, em contrapartida recebiam “armas de fogo, que aumentavam a dominação sobre os demais grupos étnicos do mesmo modo, o colonialismo português utilizava os feudais da etnia fulas que auxiliavam na dominação e exploração das outras etnias” (PAIGC,1974, p.51).

Desta forma, aumentou a expansão comercial no território, levando o acréscimo da mão de obra para suprimir a defesa da administração colonial. Em 1903 o governo português criou um regulamento, que instituía o imposto de *palhota*⁹ reforçando o imposto alfandegários já existentes como uma forma de suprir o gasto colonial. Inconformados com a exploração colonial, as comunidades guineenses criaram a chamada revolta primária, uma resistência de cunho étnico contra os impostos arbitrários e a ocupação dos portugueses na Guiné-Bissau.

No entanto, nem todos os grupos étnicos aderiram ao processo de resistência. Aliás, alguns deles apoiaram o sistema colonial, uma decisão sobremodo difícil de entender. Entretanto, uma ampla análise sobre a situação dos negros na era colonial nos permite concluir a não adesão ao movimento reivindicador de algumas etnias se deu pelo medo causado pela

⁸ Régulos da *tabanka* nome dado ao chefe ou ancião de uma aldeia. A pessoa que determina as leis, dono do poder e conselheiro dos jovens.

⁹ Imposto de *palhota* era a tributação cobrada pelos portugueses consoantes a habitação de membros familiares em casa ou vivendas e cada casa é uma *palhota*.

violência colonial, que não raras vezes, limitava a capacidade de resistência dos colonizados. Uma dessas etnias eram as fulas, cuja decisão de aliar ao colonizador se justificava pela necessidade de sobreviver.

Frantz Fanon traz no seu livro, “Os Condenados Da Terra”, exemplos das violências físicas que acontecia no Congo, afirmando que, “cortavam as mãos dos negros, nem em Angola onde, bem recentemente furavam-se os lábios dos descontentes para os fechar com cadeados”. São citações pesadas, mas necessárias porque expõe a incoerência do homem branco europeu que pregava a luta para civilização como palavra de honra em conferência de Berlim, mas a “domesticação do negro”, resultado de conversão desses homens e mulheres em “animal selvagem” com juízo subtraído, que o seu corpo foi transformado em objeto, a colonização mental tira a vantagem psicológica de compreensão da realidade objetiva com a tortura e a lavagem cerebral, tornando-os seres desesperados, amedrontados, derrotados e amargurados (FANON,1968, p.11).

Analogamente, Elikia Mbokolo (2011), afirma que, o continente africano sofreu momentos sombrios que marcam a historiografia e a realidade sobre ser um africano, porque a soma de acontecimentos catastrófica concorrem entre se em busca da escolha do mais cruel, a exploração dos corpos negros, a exportação de milhões de africanos, a violência física e psicologia, a perda da identidade (língua, cultura) e estupros em massas dos antepassados, esses terríveis acontecimentos desencadearam várias formas de revoltas contra o sistema de opressão (M'BOKOLO, 2011,p.329).

1.2 A construção da classe dominante tradicional Guineense

Nesta seção pretendemos entender como se formou a classe dominante tradicional guineense. Para tais compressões, é necessário abordar como o processo da colonização, a igreja católica e o ensino colonial favoreceram a formação dessa classe. A importância do estudo sobre formação da classe dominante tradicional guineense ajudará a compreender a influência dessa classe atualmente na política, desde já que, a maioria das pessoas pertencentes a essa massa, fazem parte do Governo. Quando referimos a classe como tradicional queremos dizer que, é a primeira classe social a surgir na Guiné-Bissau no período colonial e que se desvinculou com demais, formando grupos de pessoas que adotaram costumes do colonizador (português), adquirindo assim, o capital cultural e econômico e social.

Antes de darmos início ao desenvolvimento do capítulo, a compreensão do que significa classe dominante tradicional faz toda diferença. Por classe dominante entendemos: “qualquer grupo dos indivíduos que ocupam cimeiros na hierarquia das estruturas sociais, políticas, econômicas, institucionais, partidárias ou nas organizações de classe; exercendo, na maioria das vezes, diretamente a influência no funcionamento do país. Tratam-se de pequenas parcelas da população que exerce domínio político e econômico sobre o maioritariamente. Ricardo Costa de Oliveira reforça que essas classes pertencem às famílias históricas que sempre exercem funções de liderança na arena política e no campo da economia. O autor chega a concluir que tais indivíduos, de forma assegurada, mantêm continuamente seus membros na ocupação dos espaços de poder mais privilegiados (OLIVEIRA,2001;2012).

Autores como Marx e Engels realizaram estudos sobre essas classes que dominam os outros, chamando-as da classe burguesa, sendo necessária a luta de classe para pôr fim a influência da classe dominante. Os autores supraditos compreendem a burguesia como a superestrutura e proletariado como estrutura que estariam na base da sustentabilidade da burguesia, para mudar essa história precisa da revolução de classe oprimida, é relevante entender que “A história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe.” Então a ditadura de proletariado seria necessária para que não houvesse classes sócias (ENGELS & MARX, 2008, p.10).

Para compreensão da ideologia marxista da luta de classe é necessário entender o conceito de materialismo histórico-dialético, uma metodologia proposta por Karl Marx e Friedrich Engels, tem como princípio básico a análise das relações humanas a partir da história de sociedade humana e suas relações, ou seja, uma espécie de posicionamento de ciência de análise da realidade social. O materialismo histórico faz uma profunda crítica ao idealismo de Hegel, afirmando a existência de predomínio da realidade material sobre as ideias. Para Marx os homens fazem sua história, mas não a fazem como querem, na medida em que limitadas pelas condições materiais e históricas da sua existência. Em outros dizeres, a relação entre indivíduos na sociedade está limitada pela sua classe social onde ela se encontra, exemplo é da classe burguesa detém monopólio de meio de produção, os proletários, são os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho que é transformado em lucro ascensão de classe burguesa. (ENGELS & MARX, 2008)

Em relação aos países que passaram pelo processo da colonização, o imperialismo não se caracterizou apenas pela mudança nas relações de produção capitalistas e na estrutura de poder do Estado Burguês, também possibilitou mudanças na relação entre o movimento operário e a burguesia de cada país imperialista. Como dizia Marx, a burguesia é uma classe que se adapta às novas condições sociais através da conquista do novo mercado (MANOEL & FAZZIO, 2019, p.34).

Ao abordar o assunto, o autor guineense Carlos Cardoso, compreendeu a classe dominante como a elite, desenvolvendo os estudos sobre a formação da elite política na Guiné-Bissau. Segundo Cardoso (2002), a elite política é formada por uma unidade heterogênea e complexa dos indivíduos que ciclicamente mensuram as forças e testam o campo político usando como a estratégias o *jogo*. Como a política é formada de diferentes indivíduos com interesses e valores diversificados o *jogo* seria o mecanismo para consolidação desse poder. E muitos dos casos essas elites provêm duma linhagem familiar com predominância social, econômica, política e cultural e vão se alternando no poder analogamente.

O autor buscou compreender a dinâmica das elites guineense e a forma como elas se moldaram no processo da independência até os dias atuais. Com o passar dos tempos, todavia, a Guiné conheceu novos protagonistas, principalmente no cenário político, mas ainda assim, o poder real continuou a pertencer majoritariamente elite tradicional e a descendência formada dessa base estrutural.

Para Cardoso (2002), a formação da elite política guineense se desenvolveu em três fases. A primeira é construída com a implantação de colonização no território que atualmente conhecemos de Guiné-Bissau; a segunda iniciou após a independência sendo decisiva na formação histórica-político e cultural do país, uma vez que foram essas elites, que adotaram costumes português e surgiu a iniciativa da luta de libertação contra a colonização portuguesa e a construção do nacionalismo guineense. A segunda fase se estendeu até os anos 90, quando o país aderiu a democracia, um fato que inaugurou a terceira fase.

A elite, enquanto grupo minoritário das pessoas que vão alternando o poder, não é objetivo principal da nossa pesquisa, mas sim a classe dominante tradicional (pessoas que fazem parte do mesmo grupo/ família que permanecem no poder continuamente. Perante este fato, é indispensável falar sobre a formação da classe dominante Bissau guineense.

Coube a essa classe dominante a iniciativa de desencadear uma das primeiras iniciativas de resistência contra a opressão colonial. Na verdade, a formação dessa classe, usando os termos de Cardoso, “foi influenciada pela política praticada pelo colonialismo português, que optou por um modelo de colonização cujo o principal paradigma consistia em assimilação e integração dos povos colonizados”. Para colonizadores a nova forma de aplicar a colonização mental é fazer que os nativos abandonassem os seus costumes considerados “*Gintios*”¹⁰ e assimilar os novos costumes considerados “civilizados” (CARDOSO, 2002. p.16)

Os assimilados para regime português significavam: pessoas que adotaram os hábitos e costumes da cultura portuguesa, enquanto que, os “*indígenas*”¹¹ seriam aqueles que não adotaram a cultura portuguesa e se identificam com sobrenomes locais inscritos em línguas étnicas. O diploma legislativo nº268, de 1914, estabelecida em Guiné Portuguesa cujo o conteúdo se manteve no essencial proclamação do Ato Colonial, definia os “indígenas como indivíduos nascidos e vivendo em aglomerações sociais indígenas, chamadas tabancas, que tivessem hábitos e costumes indígenas, e que não pudessem ler ou escrever português” enquanto que os considerados “assimilados” são os que sabem ler e escrever a língua portuguesa, ter um documentos de identidade para frequentar as aulas e por último para ser “assimilado” deve ter a vida econômica estável (PEREIRA,2003,p.31).

Sob o mesmo ponto de vista, Leila Leite Hernandez ressalta que a política e a cultura de “assimilação” defendiam os princípios morais e costumes ligados aos países colonialistas, em que esses países criam objetivos de converter progressivamente o africano em europeu isto significa que, as normas, as leis, e o direito que estabelece diretrizes devem sofrer alterações, usando a língua e a religião como arma do domínio. Assim, a língua portuguesa seria o ideal e o cristianismo te libertará de todas as práticas das religiões africanas considerada “demoníaco” os que adotaram esses costumes são considerados os beneficiários das regalias que a colonização impôs no território (HERNANDEZ,2005, p.104).

Este paradigma traduzia-se em termos práticos na organização da sociedade guineense, depois da implementação dos aparelhos administrativos em todo o território. Os indivíduos que adotaram costumes português tinham “o privilégio” de beneficiar de vantagens ou regalias em

¹⁰ *Gintios*- pessoas que não são considerados civilizados de acordo com normas português

¹¹ *Indígenas*- são nomes dados pelos nativos no período colonial que não adotaram práticas e costumes dos europeus.

termos da educação, a familiarização com vários aspectos da cultura ocidental e ser fluente em língua portuguesa, com capital econômico estáveis se distanciaram com outros que não possuem essas regalias criando assim, a primeira camada da classe dominante tradicional. Essa classe, criada com propósito de intermediar as comunicações entre o poder colonial e líderes tradicionais, conforme explica Carlos Cardoso, “era largamente constituída por cabo-verdianos obrigados a emigrar de Cabo Verde para Guiné, descendentes e mestiços e, progressivamente, passou a envolver alguns destacados elementos da comunidade local” assim também tinha “guineense de cor escura¹²” que também faziam parte dessa classe. Esses fatores possibilitaram, por sua vez, a nomeação dessas pessoas para função de administração colonial (CARDOSO,2002, p.16.17).

A igreja católica missionaria foi a estrutura responsável pela formação das pessoas que adotaram costumes portugueses, transmitindo-lhes não só conhecimento científico básico sobre a Europa, mas também normas e moral de conduta adequada aos colonizadores. Nos termos do acordo “assinado entre Santa Sé e o Governo português, em 7 de maio de 1940 que deliberou a missão católica a conduta total para formação de indígenas está é a tradição de papel ativo da igreja na formação de grupos sociais” prolongou-se durante toda a colonização e durante os anos 60 o Estado português começou a implantar escolas públicas designados para formação das dominantes em Guiné-Bissau (CARDOSO,2002, p.18).

Em suma, a colonização foi o fator principal para formação da classe dominante tradicional guineense, que adotou os costumes portugueses como forma de se auto afirmarem superiores as demais classes da sociedade guineense(operários, camponeses, mulheres *bideiras* , etc.); um exemplo típico da colonização mental que hoje em dia se verifica na sociedade guineense, dentre outros elementos é a implementação do português como a língua oficial, as práticas da cultura portuguesa como determinismo de ascensão e status sociais.

É interessante destacar que a classe dominante tradicional guineense detentores de capitais (econômico, social e cultural) não é dona de grandes propriedades rurais no país. De acordo com estudos feitos sobre a divisão das terras ou especificamente *tabankas* em Guiné-Bissau, tradicionalmente os reis, responsável por um território, confia aos chefes da *tabanka* os cuidados das terras, deste modo, o rei detém a sua legitimidade dos antepassados devido à

¹² Cor escura- Quer dizer pessoas negras retintas

antecedência na instalação nesse território com sucessos militares e nomadismo (Relatório de Serviços Geográficos e Cadastrais. Bissau, 2001).

Os régulos que são chefes das aldeias têm “o direito de utilizar as terras para cultivo, seja diretamente ou através dos seus familiares. Este direito é transmissível aos herdeiros enquanto o terreno é cultivado no sentido largo incluído tempo de pousio”. A plantação de árvores é autorizada para os régulos e os familiares. A plantação de arvores garante uma melhor apropriação dos terrenos. (Relatório de Serviços Geográficos e Cadastrais. Bissau, 2001).

Em vista do acima exposto, percebe-se a relação de parentesco no espaço público e o domínio desse poder de uma forma hierarquicamente, pois quando o regulo morre é substituído pela pessoa da mesma linhagem chamada de *djorson* em *kriol* como o casamento é poligâmico ele costuma ter mais de uma esposa, assim para que *djorson* seja amplamente perpetuada. Sobre os campos de cultivos depende de regime individual ou familiar, quanto mais uma família possuir posse de terra a muitas gerações anteriores mais riqueza possuir.

Além de zelar por interesses dos membros da aldeia, os régulos mediam os conflitos, sendo responsáveis pela parte tradicional (religiosidade e espiritualidade) seu poder não se limita mais as zonas rurais, estendendo-se as regiões urbanas. Essa realidade gera um antagonismo entre classe dominante tradicional e os régulos (proprietários de grandes terras repartidos pelos parentes/ família, essas famílias formam clãs que são chamados de *Gam*) por isso, é comum encontrar *tabakas* com sobrenomes de uns determinados famílias exemplo de *Gam-Mamudu*, *Gam-Gumes*, *Gam-Turé*, *Gam-Nbana*, *Gam-Bel*, *Gam Dukuré* e entre outros espalhados em todos território guineense. As famílias que povoaram uma determinada zona primeiro começam a denominar esses lugares como *Sintcham* que significa terra de, nas zonas lestes do país cada família apelida zona habituada com seu nome ou sobrenome onde vamos encontrar *Sintcha Mamado Sintcha Tchern* *Sintcha Balde* e assim sucessivamente.

As famílias de régulos foram os primeiros a desencadear revoltas contra a colonização portuguesa devido ao fato de apropriação das terras, isso fez com que as maiorias se recusaram adotar os costumes português tornando seus sobrenomes como símbolos de resistência que hoje é notável nas regiões da Guiné-Bissau.

1.3 A Resistência primaria contra a colonização portuguesa

Na Guiné-Bissau, as primeiras revoltas contra à estrutura colonial, aparelhos administrativos e ocupações dos territórios de produções dos nativos ocorreram de forma separada, isso porque o territorial é subdividido em regiões que são habitadas por diferentes grupos étnicos. Assim, cada grupo cria as suas próprias revoltas desmistificando a concepção de passividade que foram submetidos aos africanos durante séculos de colonização. Essas revoltas que vamos denominar de resistência primaria.

Salienta-se que não se trata de uma descrição completa abrangendo todas as histórias das lutas de resistência étnicas guineenses, o que mandaria outros estudos específicos. Fez-se apenas a análise de atuação de alguns grupos que, em maior ou menor grau, resistiram contra a campanha de pacificação-política colonial de instalação dos aparelhos administrativos portugueses em diferentes localidades do país dando origem a revoltas de diferentes grupos étnicos, que culminou no desencadeamento das sangrentas batalhas de resistência contra trabalho forçado, exploração, serviço militar, obediência às autoridades militares, imposto de palhota e contra a implementação da religião católica.

De acordo com Mendy (1994), a recolha dos dados para cobrança de imposta palhota foi criada pelo sistema de recenciamento para populações nativos, o qual consistia em captação de informações e dados estatísticos vitais, categorizados de seguinte modo: idade, sexo, estado civil e número de membros familiar.

Com a implantação do imposto os nativos começaram a utilizar as estratégias de resistência contra o domínio colonial pois, nem todas as etnias lidaram com a invasão militar do mesmo modo, exemplo das fulas e mandingas, que recorriam outro tipo de estratégias, visto que implicava em diminuir a quantidade das palhotas de cada estrutura familiar. Isso porque antes da implantação do regime colonial português, cada chefe da família residia separadamente na sua palhota assim, como os seus filhos maiores solteiros, uma de suas esposas e outros agregados (irmãs solteiras, parentes empobrecidos etc.) sendo a quantidade de palhotas dentro de um cercado serve como um indicativo utilizado pelos colonialistas para estimar a riqueza de cada grupo doméstico.

Após a implantação do imposto as famílias que viviam de forma separadas passaram a viver juntas com intuito de diminuir valores cobrados do imposto; os membros das etnias *mandjaku*, *mankanh* e *flup*, dentre outras etnias, escolheram migrar para locais que estão fora de alcance do domínio colonial para que pudessem dar a continuidade à prática tradicional do cultivo assim, para não ter que cultivar só os produtos estabelecidas como obrigatórios na composição do imposto. (MBUNDE 2016; CANDÉ MONTEIRO 2013; MENDY 1994).

Essas formas de resistência foram consideradas pacíficas porque não resultaram em confrontos direto e mortes de ambos lados. Depois de obrigar os povos de savana (fulas, mandingas e biafadas) a pagar o imposto, os portugueses começaram a intensificar as suas primeiras expedições em 1886 contra os *balantas*, *biafadas* e *oiancas* que habitavam no litoral do país. Em 1890 avançaram contra os *pépel* em Bissau. Diferentes da sociedade vertical, o povo da etnia *balanta* que tinham uma estrutura da “sociedade horizontal” sem um regulo para aparar a negociação com português sobre o imposto, resultou em grandes revoltas com algumas consequências nada agradáveis para invasores que, por consequências sofreram derrotas seguidas, mas também em contrapartida os nativos tiveram várias das suas aldeias queimados (CABRAL, 1974, p.14).

A campanha atingiu seu nível mais intenso contra os *oincas* e *mandjakus* de setor de Bula e Có em 1903 e 1994, respectivamente. A campanha também serviu para os *mankanh* de setor de Bula e Có, que tinha a mesma iniciativa que os *mandjakus*. Os militares em seguida seguiram para aldeias de Nhacra e Binar, onde moravam os *balantas* encurralando-os com a violência dando assim, a continuidade à missão de intimidar, assassinar os que resistiam, além de incendiar as *tabankas* indefesas.

O livro de Peter Karibe Mendy, que discuti sobre a conquista militar na Guiné-Bissau e das resistências etnias à pacificação, mostra que as etnias residentes no arquipélago de bijagós não foram pacíficas a invasão. O autor traz alguns depoimentos dos tenentes e governadores portugueses demonstrando essa luta de conquista dos territórios. Segundo o Tenente Antônio da Silva Loureiro, “o *gintios* disparavam aqui e além com certeza da sua pontaria tranquila e firme, causando nos bastantes baixas” e por analogia, Governador Jorge Frederico Velez Caroço reforça, “do meio dum denso e impenetrável mato, rompia um fogo de longas. Por momentos, tivemos a impressão de que estávamos no meio dum verdadeiro círculo de fogo, sibilando de balas em todas as direções”. E o governador Luiz Antônio de Carvalho Viegas fala que as

operações da ilha de *canhabaque*, de 1936, não foram, de fato, uma simples operação de polícia para manter a ordem meia dúzia de turbulentos desordeiros atacaram as nossas tropas (MENDY,1992, p.41).

Passados quase quinze anos depois de acordo de Berlim, as campanhas de pacificação que antecederam a conferência estavam cada vez mais acirradas de “tragédias de que conquistas. Isso se deve a recusa dos denominados “gentios” de serem subjugados, desafiando a cumprir as determinações de Berlim. Os povos das etnias bijagós foram os primeiros a entrar em conflito armados com os portugueses, isto demonstra a força dessa etnia que vivem isolados nas ilhas que compõem o território da atual Guiné-Bissau, em 1900. (MENDY,1992, p.42). Em 1906, o alvo foi os bidjugu da ilha de Formosa. A campanha perdurou no tempo em razão da resistência dos nativos, levando o aumento de números de tropas em seu exército para alcançar uma nova fase das campanhas de 1913 até 1936 e a maior parte dessas expedições eram motivadas pelas revoltas das populações que recusaram o pagamento do imposto.

Em 1915 a campanha se voltou para os *pépel* de Bissau, que por sua vez, atacaram de volta incendiando as *tabankas* de pessoas aliados aos portugueses. Três anos depois, a expedição militar se deslocou para as ilhas de *Canhabaque*, onde residiam os *bidjugus*, que dificultaram a penetração dos portugueses nos seus territórios, desencadeando assim, séries de revoltas contra os aparelhos administrativos. Os *bidjugus* afirmavam estar preparados por quaisquer confortos direto com tropas coloniais que resultou em mortos e feridos dos portugueses. Mas por fim, a derrota foi inevitável, motivo de aumento de mais postos administrativos instalados em *Bine* e *Inore*, (ilhas de *bidjugus*). (MENDY,1992, p.44).

O povo guineense não só resistiu a colonização recusando a implantação dos aparelhos administrativos português, como também criou resistência contra o catolicismo assim, preservando a espiritualidade e as divindades que as definem culturalmente como autônomo. De acordo com Liester (2012), a natureza faz parte da religiosidade africana, guineense em particular, “é considerado como algo cheio de vida, quaisquer desequilíbrios das forças nela existente acarretam vários tipos de distúrbios, a manipulação dessas forças [...] é ferramenta disponível que os africanos possuem para restaurar o equilíbrio e recuperar a harmonia” (LIESTER,2012, p.144).

As invasões coloniais nos territórios africanos criaram esses desequilíbrios na natureza, por que, além dos tráficos dos escravizados as plantações (cana-de-açúcar, algodão, café, etc.)

em grandes escalas, provocavam também a ira das divindades africanas. Para autora, “o homem é o guardião dessa magia, função que lhe foi atribuída por seu criador”, sendo a responsabilidade de todos cuidar da natureza. Do contrário, “para qualquer perturbação que ocorra à sua volta ele deve promover um comportamento ritual destinado a recuperar a estabilidade uma vez que tudo está intrinsecamente ligado”. Com a invasão colonial resultando em destruição da natureza, é de grande importância os nativos acionaram as forças divinas para criar equilíbrio. Esse processo é visto como uma forma de resistência contra a invasão. (LIEISTER, 2012, p.145)

No caso da Guiné-Bissau país multiétnico- embora cada etnia tinha a sua singularidade, suas religiões tradicionais possuem aspectos comuns, como, por exemplo crença de que existe um Ser Supremo e criador, a força vital como maior valor existente, os espíritos dos mortos e a ancestralidade ocupam lugares destacados entre divindades para se proteger do mal e pedir benções, recorrem ao *Irã*.¹³

Essas formas de vivenciar foram consideradas pelos portugueses como primitivos, razão pela qual desenvolveu-se campanhas para implementação da igreja católica, já que as tradições africanas eram consideradas como demoníacas. Resistir a conversão com uso das magias e cultos às divindades é uma forma de mostrar a não passividade para a colonização.

1.4 A emergência do nacionalismo guineense; a resistência secundária

Quando se propõe a discutir a emergência de um espírito nacional, um pertencimento territorial, a identificação cultural e linguística de um povo, geralmente, realiza-se um debate mais profundo que tem múltiplas características. Contudo, um olhar mais atento permite identificar o percurso de um povo que num determinado tempo passa a se reconhecer com um nome próprio, emprega uma linguagem própria, constrói seus heróis baseado na sua história de resistência. Consequentemente, esse povo articula esforços no sentido de criar políticas que defendem a necessidade de coletivos, como aconteceu quando a classe dominante tradicional guineense, criada no período colonial e que adotou os costumes português decidiu voltar às raízes africanas; tendo as camadas populares também participado desse processo de auto

¹³ Irã- pode ser considerado uma divindade, um espírito ancestral que deve ser lembrado e cultuado por seus familiares, é a força vital maior valor existente.

identificação de ser guineense; criando uma luta dirigida em diversas áreas (política, econômica, social, e de igualdade entre homens e mulheres).

Na mesma perspectiva ressalta Frantz Fanon, “quando o colonizado descobre que a sua vida, sua respiração, as pulsões do seu coração são as mesmas do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele indígena. Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo” em vista disso começa a revolução dos oprimidos, organizada pela massa. Entretanto, a única forma de acabar com a violência do jugo colonial é a revolução do corpo contra a posição, a reação do colonizado contra a humilhação começa com a transformação da mente de alienação dos valores. Pois, a descolonização da nação africana é um processo necessário para criação de uma nova sociedade (FANON, 1968, p.34).

A construção da colonização mental, ou seja, a alienação da mente de um povo subalternizado começa com a criação de um sistema que desvaloriza o conhecimento local, que tira toda a possibilidade de colonizado compreender esse processo depressivo, tornando-lhe um corpo vazio que não reconhece a si mesmo. Desta forma, os povos que já passaram por esse processo, que vivem sob o domínio de exploração, tendo a desenvolver o “complexo de inferioridade por causa do sepultamento de sua originalidade cultural tomando posição diante da linguagem da nação civilizador, isto é cultura metropolitana” assimilação tornou-se uma via de escape para negros escravizados das verdades nua e crua sobre a colonização. Quanto mais adotar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva” e quando mais um negro recusa a sua “negridão” e sua *tabanka* mais branco tornará (FANON, 2008, p.34).

No caso de Império português nas suas colônias especialmente na Guiné-Bissau a implantação do sistema de ensino tornou-se uma arma eficaz para colonização mental. A primeira regra do colonização era dividir os nativos em assimilados e não assimilados, os grupos dos assimilados têm acesso à alfabetização em língua estrangeira (portuguesa), a frequentar o ensino básico e médio e futuramente são enviados para bolsa de estudos em Portugal para formar assim servir a colônia trabalhando como comerciante, professores, funcionários governamentais de baixo escalão e operários da marinha, a formação não passava de uma forma de controlar os nativos porque: a educação colonial tinha como principal objetivos “desafricanização” das mentes africanas, os métodos aplicadas na escola se divorciou com a realidade local por isso o escola é seletivo para aqueles que acreditavam na superioridade

da formação portuguesa, a educação colonial por sua vez não estimulava o desenvolvimento crítica ao ponto de permitir que os povos colonizados tivessem a noção dos seus direitos e liberdades incluindo assim a ideologia racista no ensino, as desvalorização da cultura local, em contrapartida os nativos criaram uma visão ilusória sobre si mesmo, um negro de alma branco (FANON,2008 p..35).

Desta forma, a escola foi principal motor de ensino tendo como função a disseminação da cultura, ao se responsabilizar de preparos de jovens como futuros alicerces numa sociedade. As entidades escolares, além de compartilhar conhecimento, também têm o encargo de participar do processo de socialização dos indivíduos através de transmissão de saberes, hábitos, normas e valores sociais. A escola foi um veículo da consolidação do domínio colonial, preparando as pessoas com formação religiosa, política e moral baseada nos padrões europeus com intuito de reforçar o poder da metrópole nos territórios ultramarinos, servindo como modelo para manipulação, opressão mental.

Por outro ângulo, a educação colonial tornou-se um mecanismo de defesa para pequena parcela da população, que denominamos da classe dominante tradicional foram enviados para bolsa de estudos em Portugal onde começaram a ter visão diferente sobre a colonização, não queriam mais ser fantoche de regime colonial, criaram uma nova forma de superar a alienação “a descolonização das mentes” é quando o indivíduo assume a sua alienação e depois, superá-lo rejeitando os costumes eurocêntricas pois, deste modo, de uma forma positiva ativa a “reafricanização das mentalidades” colonizados a que faz referência Amílcar Cabral¹⁴

A experiência pessoal de Amílcar Cabral com o processo de ensino colonial português em Cabo-Verde e na metrópole fez dele um líder que conseguiu criar pensamentos críticos em relação a ideologia do colonialismo, na palavra de Amílcar Cabral

Toda a educação portuguesa deprecia a cultura africana civilização do africano. As línguas africanas estão proibidas nas escolas, o homem branco é sempre apresentado como um ser superior e o africano como o inferior. As crianças africanas adquirem um complexo de inferioridade ao entrarem na escola primária. Aprendem a temer o homem branco e a terem vergonha de serem africanos. A geografia, a história e a

¹⁴ Conhecido como Amílcar Lopes da Costa Cabral nascido em Guiné-Bissau concretamente na região de Bafatá no dia 12 de setembro de 1924, filho de emigrantes cabo-verdianos. O pai Juvenal Lopes da Costa Cabral, mãe Iva, Pinhel Évora. Filho da pequena elite que compõe a Bissau Guiné, Cabral tornou-se um dos líderes de protagonismo da emancipação da Guiné-Bissau e Cabo Verde contra o domínio português (PEREIRA, 2003, p.30)

cultura de África não são mencionadas ou são adulteradas, e a criança é obrigada a estudar a geografia e a história portuguesa (CABRAL 1978, p.64)

Todos estes elementos levaram Amílcar Cabral, a considerar a educação como a base do seu projeto de luta, através da implementação de redes escolares no território guineense no decorrer da luta de emancipação, com estímulos de processos de alfabetização ou proporcionando formação superior para que as pessoas tomassem a consciência da identidade nacional, criando assim um homem novo.

A Casa de Estudante do Império tornou-se um marco histórico na vida dessa classe dominante revolucionários africanos da colônia portuguesa, fundada em outubro de 1944 em Lisboa, uma proposta elaborada por Ministros das Colônias Vieira Machado, a casa tinha como objetivo acolher estudantes oriundos de Angola, Moçambique e Cabo-Verde, também era uma forma de ter domínio e sobretudo controlar as suas influências. Apesar disso, posteriormente a casa passou a ser um espaço onde os estudantes podiam criar poemas, músicas que descrevem a realidade do sistema colonial, em síntese, espaço que era para aprisionar as mentes passou a ser lugar libertador.

Importante ressaltar, os motivos que levaram esses estudantes a enxergar as suas realidades e a falta de pertencimento, porque mesmo sendo mestiços ou não, praticante da cultura portuguesa (língua e costumes), funcionários das administrações coloniais, alfabetizados nunca seriam vistos como um nativo apenas “português de segunda classe”- uma categoria de limitação da conquista individual. Além disso, tem a questão raça pois, ser negro assimilado lhe torna um branco, portanto essas manifestações de cunho racista despertaram um sentimento de reivindicação de direitos que levou a criação de uma identidade comum ser (africano) um retorno às identidades de origem permitindo assim traçar uma luta anti-racial contra a colonização portuguesa.

A luta pela igualdade de direito entre os negros e brancos, à apelação para fim de escravização da alma negra, tornou-se pauta importante para criação de diversos movimentos que apoiavam essa causa, entre eles destacamos o pan-africanismo. Trata-se de um movimento que surgiu com a fala de Silvester Willian sobre a expropriação das terras dos negros sul africanos pelos europeus reivindicando direitos dos negros a sua essência, na conferência “dos povos de cor”, intelectuais negros nos anos 1900, o movimento se panificou com surgimento

de uma consciência africana, expressada no primeiro congresso organizada em Paris 1919 sob liderança de W.E.B. DuBois, considerado grande sociólogo e líder dos movimentos pan-africanistas. (DU BOIS, 1999, p.94).

Muito embora o pan-africanismo seja conhecido como movimento africanista, ele nasceu fora da África. Teve suas raízes nas colônias inglesas, (Estados Unidos e nas Antilhas Britânicas. Com efeito, “no século XX, sobretudo após a primeira guerra mundial, durante as negociações do Tratado de Versalhes e a formação da Sociedade das Nações, foram os negros Americanos que defenderam energeticamente os direitos dos negros africanos”; já que eles lutavam contra a colonização interna, ou seja, a subalternização dos negros em solo americano, enquanto que na África a colonização era externa porque os africanos sofriam violência e escravidão, não podendo se falar em seus nomes (HARRIS, 2010, p.849).

Pan-africanismo discutia a revolução africana, o despertar do continente, o movimento dimensionou a luta anticolonial internacionalmente reivindicando a libertação dos africanos escravizados, bem como a igualdade de direito das populações africanas no estrangeiro 1930 o movimento tornou-se expansivo e vigoroso na defesa a libertação dos negros escravizados, reagindo a ataque da Itália contra a Etiópia.

O pan-africanismo foi disseminado através de várias vertentes, a mais importante realizou-se na década de 50, sendo conhecida como “negritude francófona” originada em Paris, nas redes de interação entre os intelectuais negros oriundos de várias partes do mundo, nos anos sessenta 60, tornou-se movimento cultural de renome internacional. Isso coincidiu com a primeira onda do processo de emancipação da África, que se iniciou nos anos 50, ganhando a pujança nos anos sessenta, conhecido como ano africano, em razão da conquista de independência de 17 países africanos, dentre os quais, destacam-se Egito, Argélia, Senegal, Líbia e Gana. Essa fase foi alicerçada na linguagem do “terceiro mundo” e no programa da negritude”, tendo em vista a “construção da independência política; de uma economia para as necessidades da nação, a partir de um processo de modernização com vistas à superação da condição primário exportadora; de uma ideologia unificadora do povo” (MANOEL & FAZZIO, 2019, p.45).

No ano de 1965, o movimento libertador da África estava ao todo vapor graças aos esforços de nomes como Kwame Nkrumah, que conseguiu reunir vários dirigentes africanos e

movimentos em prol da libertação completa da África. Para realizar tal propósito, criou-se a Organização da Unidade Africana (OUA), a primeira organização a englobar todos os países dos africanos na luta para a liberdade (HARRIS, 2010).

Com relação a Guiné-Bissau, é preciso destacar que antes, em 1951, em Lisboa foi criado o Centro dos Estudos Africanos (CEA), que tinha como membros principais Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Alda Espírito, Francisco José Tenreiro, Mário Pinto de Andrade e Vasco Cabral. A intenção era compreender as diversidades que compõem o continente africano, permitir aos seus membros reconfigurar (*reafricanização mentalmente*), suas identidades enquanto seres negros inseridos num contexto colonial a criar um sentimento de pertencimento da sua raiz africana, emergir a consciência nacional através de estudos sobre perspectivas africanas.

Setembro de 1952 marca a volta de Amílcar Cabral ao seu país natal depois de estar em Cabo Verde em 1949 negociando a libertação dos dois países, mas não teve sucesso. Após seu regresso, ele exerceu as funções de Adjunto dos Serviços e Florestais, no mesmo período em que Portugal tinha a responsabilidade internacional de apresentar o recenseamento agrícola da Guiné-Bissau. Sabendo disso Amílcar aproveitou a oportunidade de conhecer melhor o território guineense, estabelecendo contato com os camponeses das zonas rurais e urbanas. Já em 1954, com mais conhecimento sobre a realidade local depois de realizar uma viagem de sete meses, Cabral criou um clube esportivo que não distinguia os “assimilados e indígenas” essas tentativas de criar uma consciência coletiva sobre a colonização chamou atenção dos portugueses que em contrapartida, enviaram Cabral de volta para Portugal proibindo-o ter residência fixa em Bissau (LOPES, 2012 p.25).

Todas essas estratégias de chegar na população para recolher as informações importantes sobre o impacto da colonização no território guineense só mostra a determinação de Amílcar Cabral em colocar em pauta os aprendizados adquiridos nos movimentos CEI e CEA.

Amílcar Cabral também entrou em contato com as pessoas das classes dominantes que viviam nas zonas urbanas para entender se tinham o desejo de expulsar o colonizador do país. Essa ideia foi reforçada pelas pessoas que eram privilegiadas na época, pois trabalhavam nas grandes casas comerciais colônias, como a casa Goveia e o Banco Ultramarino, dentre outros.

As primeiras iniciativas seriam a reivindicação contra o racismo predominante nos serviços públicos colônias, o baixo nível salarial dos funcionários nativos da Guiné-Bissau, os trabalhos forçados e a falta de instituições educacionais para população (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.114).

A intenção de Cabral era mobilizar as pessoas, ainda que clandestinamente, a aderirem ao movimento de unidade para a luta armada, isto é, integrar a um único movimento de luta armada. Ele acreditava que isso não acontecesse, os colonialistas conseguiriam exercer a influência no sentido de colocar a Guiné-Bissau contra Cabo Verde e em vice-versa e umas das vantagens da unidade e uma construir uma única luta e unir os dois povos (PEREIRA, 2003, p.86).

Convém mencionar que nem toda a população Guineense aderiu a ideia de unir Guiné e Cabo Verde perante uma luta emancipatória, o que reforçou ideologia e as ondas dos movimentos partidários como a Frente de Libertação Nacional da Guiné (FLING) e o movimento para independência da Guiné (MING), posteriormente foi criado o Partido Africano para Independência (PAI), que mais tarde tornou-se Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PEREIRA, 2003, p. 83). O PAI seria substituído pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em Bissau no dia 19 de setembro de 1956, na casa onde residiam Aristides Pereira e Corsino Fortes, na Rua Guerra Junqueiro, casa número 9. Além dos moradores, os fundadores do partido eram Amílcar Lopes Cabral, Júlio Almeida e Eliseú Turpin, de acordo com (PEREIRA, 2003, p.86).

Os objetivos da criação do PAIGC de acordo com o manual político era fazer do partido um “instrumento de transformação da nossa sociedade”, nas palavras de Cabral uns dos fundadores o primeiro fator da criação é a expulsão do colonialismo “da nossa terra” e em seguida “construir o progresso do nosso país” O partido também tinha como proposta, a centralização de dois países (Guiné-Bissau e Cabo Verde), para uma única luta. (PAIGC, s. d).

O partido PAIGC foi fruto da classe dominante tradicional nacionalista com objetivos de lutar contra a exploração dos oprimidos como dizia Cabral o fundador, podemos destacar a influência da ideologia marxista para encaminhamento do processo da luta armada contra colonialista portuguesa dirigida pelo partido Único PAIGC. Mas, como um partido que foi

fundado pela classe dominante usufruir da teoria da luta de classe para concretização da luta de libertação nacional?

Pois, numa análise, sobre o desenvolvimento da resistência secundária e a formação de partidos/movimentos de cunho político que objetivavam, a emancipação dos países dominado pela colonização portuguesa, podemos destacar a influência da ideologia social-marxista para encaminhamento da luta armada contra colonialista portuguesa dirigida pelo partido Único PAIGC que tinha como líder Amílcar Cabral.

Para compreensão do uso da teoria social-marxismo como método de análise da realidade objetiva, capaz de mostrar a característica do sistema capitalista e a sua forma de apropriação e legitimação da violência e exploração, devemos levar em consideração o fator raça, por isso que, os líderes africanos dos movimentos nacionalistas apropriaram da ontologia marxista para libertação das potências exploradores. A Guiné-Bissau serve de exemplo.

O modo de produção capitalista resultado de divisão de classe e formador da classe burguesa branca detentores de poder e de capital, expandiram o imperialismo para África, justificado em categoria de superioridade racial, para Manoel & Fazzio (2019), a única forma de revolução contra racismo, ou seja, parte de uma luta também contra capitalismo. É importante enfatizar que a doutrina marxista sendo defensores de classes oprimidos, trabalhadores explorados pela burguesia elitizado branco também, a doutrina aborda conceitos centrais do pensamento marxista, como a acumulação primitiva e a exploração, esses conceitos tornaram fundamentais para compreender a formação social nos países capitalistas, sobretudo a imigração do capitalismo para continente africano (MANOEL & FAZZIO, 2019, p.10).

A primeira tentativa de integrar o problema racial à teoria marxista reflete o crescimento dos movimentos nacionalistas no final do século XIX. A análise da atribuição dos precursores de marxismo sobre raça como elemento principal para análise de divisão de classe no caso da Guiné-Bissau, Amílcar Cabral como um grande precursor da teoria marxista, usou dessa influência acadêmica para criar uma luta contra o regime português.

Em Arma da Teoria, o livro escrito pelo Amílcar Cabral, houve denúncias sobre condições de trabalhadores assimilados africanos. Ele denunciou que os assimilados ganhavam três ou quatro vezes menos do que trabalhadores portugueses que fazem trabalho iguais, mesmo possuindo qualificação superiores; já os negros sempre ficavam na segunda posição. Cabral

afirmou que mesmo com domínio da língua portuguesa como passo para ascensão social, o racismo seria inegável, pois ser assimilado não lhe torna um europeu mais sim um negro que comporta igual um europeu.

Para Cabral, a primeira aplicação da teoria marxista é a criação do partido único com lema unidade nacional, a união dos povos guineenses e cabo-verdianos para uma luta.

Um primeiro princípio do nosso Partido e da nossa luta, que todos nós conhecemos bem, é: «Unidade e Luta», que é mesmo a divisa, se quiserem, o lema do nosso Partido. Unidade e Luta. Claro que para estudar bem o que é que quer dizer este princípio bastante simples, é preciso sabermos bem o que é unidade e o que é luta. E é preciso colocarmos, realizarmos o problema da unidade, e o problema da luta num dado lugar, quer dizer, do ponto de vista geográfico, e considerando a sociedade— vida social, econômica, etc. -- do ambiente em que queremos aplicar este princípio de unidade e luta. (CABRAL, 1976, p.3)

É notável a influência do marxismo nas teorias desenvolvidas por Cabral no período da luta armada, a criação do partido PAIGC sendo como um partido único que vai servir de alicerce para uma luta armada, a mobilização das camadas oprimidos para revolução, mesmo que essa mobilização ocorresse de uma forma clandestina. Porque dizia Marx, “o verdadeiro resultado das suas lutas não é sucesso imediato, mas, a união crescente” essa união que libertará Guiné e Cabo Verde do jugo colonial. (Engels & MARX, 2008, p.25)

Engels & Marx defendiam que os trabalhadores comessem a formar associações contra a burguesia: “lutam juntos para assegurar seus salários, fundam organizações permanentes, de modo a se prepararem para ocorrência de ondas esporádicas de sublevações”. A sua teoria, fundada no funcionamento econômico, traz uma importante contribuição para estudos do problema racial, permitindo uma análise mais ampla da descrição. (ENGELS & MARX, 2008 p.25).

Amílcar Cabral reforçou no seu livro a necessidade da união da toda sociedade guineense independente das classes: as sociedades que têm classes: “classe dirigente, classe de artesãos e classe camponeses”. Era preciso fazer unidade, o máximo possível, das forças de diferentes classes, de diferentes elementos da sociedade para fazermos a luta da nossa terra” é notável o uso da teoria marxista, mas Amílcar não aplicou o conceito da classe e exploração para a burguesia local. Afirmando que, “A luta é o seguinte: contra o colonialismo português que ocuparam a nossa terra, como estrangeiro e, como ocupantes, exerceram uma força sobre a

nossa sociedade, sobre o nosso povo” a nossa luta é contra o regime de ditadura português, uma luta para construção de uma nova sociedade (CABRAL, 1976, p.15).

É importante enfatizar que Cabral, ao mesmo tempo que utilizava um dos conceitos do marxismo clássico para desenvolver a união de classes oprimidos, negava a ideia de que a luta de classe seria o motor da história para emancipação da Guiné-Bissau; defendendo a união nacional sob o argumento de que a classe que se defendia era burguesia portuguesa e não local. Cabral pertencia a classe dominante tradicional nacionalista guineense, aceitar o fator da eliminação da classe burguesa como pregava Marx, seria uma discrepância de lugar de fala. Ele entendia que a classe dominante tinha do conhecimento para lutar contra opressão, enquanto que a pequena burguesia foi atribuída a responsabilidade com a luta, por ser a única camada endógena da sociedade que dominava o poder burocrático que o país herdaria do colonizador.

SEGUNDO CAPÍTULO

2. A gênese do movimento para emancipação feminina

Neste capítulo, pretendemos analisar e descrever as mobilizações das camadas femininas para aderirem a luta pela emancipação da Guiné-Bissau. Uma luta que cria gêneses de debates sobre o lugar das mulheres guineenses, a igualdade de direitos entre homens e mulheres e percursos traçados a prol da criação de movimentos políticos que discutem o papel da mulher na esfera política/ativa do país.

Com a expressão espaço política/ativa queremos mostrar essa dimensão formal e burocrática da política governamental da Guiné-Bissau. Compreender como as mulheres guineenses foram envolvidas nesse processo ajudará o leitor a entender como o projeto emancipação feminina foi elaborada pela a classe dominante tradicional nacionalista e como esse projeto ajudou essa classe na consolidação da liderança do país através do partido PAIGC.

Conforme examinado anteriormente, a Guiné-Bissau tornou-se um país independente das colonizações portuguesas devido às mobilizações de toda população sem distinção de gênero, etnia e classes. Mas para fins destes trabalhos, vamos debruçar acerca das contribuições das mulheres guineenses no processo de emancipação, que começou com as primeiras discussões sobre o lugar da mulher na sociedade guineense.

Não tem como falar da emancipação feminina sem abordar o processo da luta de libertação da Guiné-Bissau, pois o processo como um todo se entrelaça formando uma história única de resistência contra dupla opressão. Desse modo, Amílcar Cabral, enquanto líder do Partido que libertou a Guiné-Bissau e Cabo Verde das colonizações portuguesa não ficaria de fora nessa conjuntura de luta.

É imperioso reiterar que Amílcar Cabral, líder e protagonista do partido africano para independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), não poupou esforços em organizar mobilizações clandestinas de toda a população guineense e cabo-verdianos para aderirem à luta armada contra os colonizadores portugueses. O partido como instrumento político tinha como objetivo, unir Guiné e Cabo Verde para uma única luta com objetivos de expulsar o domínio português e garantir futuros progressos para pós independência.

No entanto, presente dissertação não analisa o processo de luta da luta armada de Cabo Verde, embora seja um movimento unificado e planejado pelo mesmo partido (PAIGC) e os mesmos dirigentes. Abordar o processo da emancipação cabo-verdiana exigiria uma outra análise ampliada devido às diversidades inerentes dos dois países, também Cabo Verde não é o objeto e tema em reflexão.

Cumprir ressaltar que, inicialmente, a intenção do PAIGC não era desencadear a luta armada, mas sim buscar a independência por vias pacíficas (negociações), essas estratégias não tiveram sucesso devido à recusa de Portugal em abandonar colônias de ultramar. De acordo Ricardino Dumas Teixeira, a razão que incentivou o PAIGC a recorrer à via armada foram os acontecimentos do dia 3 de agosto de 1959, quando estivadores marinhheiros e mercantes entraram em greve por razão da mudança em relação a aumentos salariais, melhores condições de trabalho e vida; tendo sido obrigados a retornarem ao trabalho com ataques violentos resultando em mortos e muitos feridos. O chamado massacre de Pindjiguiti, sobre o qual se fez o mais incrível silêncio das colônias oficiais, tornou-se um dos pontos de partida da argumentação de necessidade de uma luta armada contra a colonização portuguesa (TEIXEIRA, 2014, p.21).

O massacre de Pindjiguiti, que aconteceu no porto da Guiné-Bissau, mostra a dimensão da violência colonial e a emergência de uma luta armada, em concordância com Artemisa Odila Candé Monteiro:

As sucessivas ondas de repressão por parte da administração portuguesa forjaram uma maior conscientização das massas populares para ingressarem nas fileiras da luta armada como forma de se oporem ao sistema opressor português. Ao contrário do que vinha acontecendo, os portugueses começaram a perder apoio de alguns segmentos étnicos no país devido às excessivas taxas e impostos e, consequentemente, ao não cumprimento das promessas (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.147).

Com a conscientização da população sobre a situação colonial, a mobilização clandestina cresceu significativamente nas zonas ocupadas pelas administrações coloniais. Essas mobilizações tiveram sucesso com a ajuda de Rafael Barbosa, um dos integrantes do partido PAIGC. Segundo Pereira (2003), a primeira conscientização da população sobre o colonialismo tinha caráter sistemático, os escolhidos eram pessoas consideradas mais intelectuais (uso da palavra representa uma herança colonial que caracterizavam pessoas assimiladas como mais intelectuais), essas características discutidas no primeiro capítulo.

A mobilização de funcionários públicos e comerciantes da cidade de Bissau foi um avanço para extensão de todo o território nacional. A onda de mobilização chamou atenção do governo português e teve como resultados prisões de alguns nacionalistas que foram enviados para Ilha de Galinha como castigo a cumprirem. Uma das vítimas desse evento foi Braima Cassama, Armando Biague, Bamba Cansa, José Abibem, Jorge Nancasa, Nhaga Bati, Campo Sanco. O trabalho de Rafael Barbosa não parou por aí, ele ajudou na reconstrução de movimento clandestino com jovens artistas de uma banda cujo nome é Cobiana Djazz que conseguinte vinculou com o partido criando músicas que serviam como instrumento de comunicação (PEREIRA, 2003, p.125).

Nos anos 1959, houve aumento expressivo das massas populares filiadas no partido possibilitando uma ação decisiva sobre vias armadas. Como o partido contava com altos índices de pessoas analfabetas, coube aos líderes formados no estrangeiro a missão de traçar os planos de cursos de alfabetização e formação para seus membros, a educação era uma arma forte para concretização do processo da luta armada (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.150-151).

A partir daí a mobilização clandestina não parou só nas pessoas que adotaram os costumes português, mas, também se desenvolveu nas áreas rurais com os camponeses, com o passar do tempo, concretamente em 1960, projeto se estendeu para a mobilização da camada feminina para aderirem à luta de libertação nacional de Guiné-Bissau. Deveras, a luta anticolonial estimulou participações das mulheres tanto nas esferas política ideológica como nas frentes das lutas armadas, no ensino, na saúde, e entre outras funções elaboradas pelos movimentos da luta pela emancipação da Guiné e Cabo Verde.

Sobre a formação dos estudantes no exterior com objetivos de possibilitá-los a ter uma visão mais ampla sobre o colonialismo, eles tiveram contatos com lutas desencadeadas na época: o pan-africanismo, a luta de classe oprimidos sobre ontologia marxista e socialista e desse modo, também tiveram contatos com lutas feministas que vão ser denominadas como ondas feministas. As lutas feministas desencadeadas em toda a Europa e América serviram de empurrão para nacionalistas africanos para começarem a pensar o estatuto das mulheres nas lutas pan-africanas sobre tudo em Guiné-Bissau onde as nacionalistas desenvolveram a projeto emancipação feminina pensando em ondas de reivindicações sobre direito na mulher.

Estabelecido o contato com a autora Gerda Lerner, percebe-se que todo o contexto histórico baseia-se em mulheres sobreviventes(as que sobreviveram à dominação masculina, violência de gênero estruturadas, violência física); bem como aquelas que sempre viveram na margem de uma sociedade esquecida e que se tornou um reflexo do nosso cotidiano através de exclusão baseadas em simbolismo e estereótipos machista, heteronormativo, transformando-se em microcosmo de violências na estrutura sociocultural.

Assim, a pauta da desigualdade entre os gêneros enquanto uma análise social em torno de reivindicações ético-políticas emergentes da categoria ser mulher ao longo da história, desenvolve um novo designado feminista, que estabelece um outro olhar para as relações de gênero e as estruturas de opressões presentes nesse campo. Para criar esse olhar é necessário compreender o conceito de gênero e as suas relações. Para tanto, Gerda Lerner define gênero como “conjunto de papéis culturais, é uma fantasia, uma máscara, uma camisa de força com a qual homens e mulheres dançam sua dança desigual” (LERNER,2019, p.289).

Para Joan Scott, a designação do termo gênero provém das feministas americanas que pretendiam dar certa peculiaridade social, baseadas nas distinções de sexo, enfatizando que a palavra determina uma negação ao determinismo biológico oculto no uso de termos “sexo” ou “diferença sexual”. Também o gênero se acentua no aspecto relacionado a peculiaridade normativa de feminilidade. Nas palavras de Scott (1985, p.7)

[...] este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo [...]. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres [...].

Em outras reflexões, o termo sexo foi ligado ao biológico a palavra gênero passou a ser utilizada “para enfatizar os aspectos culturais relacionados às diferenças sexuais, gênero remete a cultura, aponta uma construção social das diferenças sexuais, mostram uma classificação social do masculino e feminino” (PINSKY, 2009, p.162). Nas concepções da Patrícia Gomes Godinho

A categoria gênero começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O gênero foi sendo concebido como uma categoria política orientada no

sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento (Gomes 2015, p. 169).

Atualmente, a decolonidade discute uso de uma categoria comum que agregado um estereótipo isto porque o sujeito “mulher” por mais que seja diversificado a compreensão enquadrados ao paradigma do gênero enquanto elemento constituindo de um grupo originado pela dinâmica patriarcado, umas das razões para luta contra declinação normativa de denominação ser mulher.

Em síntese, o gênero baseia-se na perspectiva construtivista, que indicam as posições ao essencialismo, que demonstra privilégio da dimensão de escolha cultural para explicar as feições feminino e masculino que é assumido nas múltiplas culturas, onde é sustentado a ideia de que o natural como pilar de construção de diferença sexual e gênero também pode ser imaginário ou algo inexistente.

Compreendendo as definições de gênero como uma categoria de análise, avança-se para discussão em torno das lutas das mulheres pelo direito e contra o domínio dos homens nas esferas públicas e privadas. Falar deste movimento é um processo repleto de estudos teóricos sobre relações de poder na sociedade que estamos inseridos. Pois, analisar essa luta mesmo que não seja ao seu todo, já que, o movimento da luta emancipatória feminina é um corrente plural profundamente diversificado, vai ajudar a atender a sua influência globalmente e o deslocamento dessa teoria para luta emancipatória no continente africano especificamente Guiné-Bissau que é o nosso objeto de reflexão.

Conforme (Miguel, *et al*, 2014), com a perspectiva construtivista surgiu-se a ideia do iluminismo, um movimento que inaugurou a chamada era das luzes alicerçando nos seguintes princípios: o humano, a pessoa, o sujeito que determina a si mesmo, sendo autônomo uma vez esta determinação enquadra-se no essencialismo, humano, a figura capaz de se libertar das determinações da natureza e da biologia. A era da luz motivou grandes revoltas e conquistas para o mundo ocidental, como a proclamação da liberdade e dos direitos iguais (direitos universais), um marco histórico conquistado pela Revolução Francesa influenciada pela teoria do direito natural dos princípios iluministas.

Não obstante a Revolução Francesa se alicerçar nos princípios da liberdade, igualdade e fraternidade, apenas uma parcela da sociedade gozava efetivamente desses direitos, em sua grande maioria, os homens brancos. Em consequência da liberdade seletiva, as mulheres começaram a questionar sobre a submissão feminina, contrapondo a ideia de autonomia de sujeito moderno, da estrutura que vê as mulheres como seres apaixonadas, frágeis sem raciocínio lógico, isto é, a ideia de conceber mulheres como recatadas e do lar.

A partir dessa discussão sobre o direito das mulheres perante a estrutura de um determinismo cultural biológico surgiu os movimentos das mulheres brancas que lutavam pela igualdade e direitos das mulheres, movimento que mais tarde vai ser compreendido como feminismo. Em decorrência da sua luta pela igualdade, o termo feminismo ganhou interpretações um tanto “indiscriminadas” na contemporaneidade, sendo referido como “doutrina que advoga por direitos sociais e políticos para mulheres iguais aos dos homens”. Crença na necessidade de mudança social em grande escala para aumentar o poder das mulheres” entre outras definições que distorcem as lutas diárias das mulheres por uma causa igualdade que, não ousamos chamar de privilégios, mas sim uma luta pela igualdade de direitos (LERNER,2015, p.286).

Em analogia, Lerner (2015, p287) reforça que:

O objetivo do movimento das mulheres é garantir às mulheres igualdade com os homens em todos os aspectos da sociedade e dar a elas acesso a todos os direitos e oportunidades que os homens têm nas instituições da sociedade.

O feminismo como corrente social cria um olhar mais atento sobre as condições das mulheres na sociedade. Define-se pela crítica de uma estrutura patriarcal que vincula o ser mulher à esfera doméstica e sua exclusão ao espaço público. Criada no século XVIII para séculos XIX, tornou-se “um filho indesejado da revolução francesa”, pois revolução instigou as mulheres a pensarem sobre os seus direitos e o movimento “se definiu pela construção de uma crítica que vincula a submissão da mulher na esfera doméstica à sua exclusão a esfera pública” (MIGUEL *et al* ,2014, p.18). Para Bell Hooks, “o feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2020, p.17).

Em suma, o feminismo é um movimento social que luta contra a violência de gênero e pela igualdade de direito, com vista a melhorar a condição da mulher na sociedade.

No período entre as duas guerras mundiais as mulheres ocupavam lugares considerados “masculinos” (bombeiros, mecânicas, metalúrgicas, além de produzirem alimentos também, atuavam nas indústrias têxtil). Com a consolidação do capitalismo, as mulheres foram inseridas neste sistema exploratório e de extensa carga horária do trabalho, enfrentando as situações precárias e abusivas, trabalhando dobrado e recebendo menor salário em relação aos homens.

Dessa dicotomia surgiu a corrente feminista socialista, cujo uma das expoentes foi Flora Tristan (1803-1844), figura pública e escritora influente em sua época. A autora tomou a situação da mulher trabalhadora um dos eixos centrais de seu tratado socialista utópico sobre a união operária, vinculada opressão de classe e gênero (MIGUEL, *et al*, 2014, p.16).

Com a apropriação de pensamento estruturalista, binários opostos e complementares na modernidade, John Scott (1985) discute como o capitalismo moderno manteve essa exploração de trabalho de privado doméstico feminino. Nota-se que as mulheres foram envolvidas na indústria e no trabalho fora de casa. Essa dicotomia complementar e oposto do trabalho público e privado na perspectiva liberal resultou na construção do espaço do homem no público (a ideia que ele tem que ser o chefe, o provedor e proprietário no privado), em oposição à ideia de mulheres-mães. Este binário oposto e complementar de público e privado não colocava em questão a discussão do privado. Esse privado, na verdade, era uma mera contraposição ao público, uma vez que dentro de privado se encontra mulheres burguesas e mulheres pobres que precisam trabalhar, mulheres que estão em espaço doméstico como faxineiras, mulheres da fábrica que são exploradas pelo capitalismo. Ao mesmo tempo contrapõe o debate forte sobre a maternidade que deve ser assumido pelas mulheres (burgueses, pobres, trabalhadores.) O privado tornou-se lugar natural de mulher e público dos homens.

A corrente feminista socialista tinha como propósito incluir na pauta direitos das mulheres no movimento operárias contra o sistema capitalista. Acreditava-se que o rompimento de silêncio das mulheres exala as suas vozes sobre seus direitos dialogando com pensamentos marxista sobre direitos trabalhistas. A oposição esse processo de reivindicação contra o sistema que considerava as mulheres como figuras secundárias, deu ao movimento feminista ganha uma maior visibilidade, dando origem a uma nova corrente que vai ser denominada as sufragistas, na Inglaterra no século XIX tendo como pauta a luta das mulheres pelo direito ao voto.

Conforme Alves *et al* (1981), as sufragistas procuravam unir as mulheres burguesas e as das classes operárias em busca de sufrágio feminino. Nesse processo dois nomes fazem destaques, Olympe de Gouges (1748-1793), que fez críticas a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, publicando versão do mesmo documento para o feminino “Declaração dos Direitos da Mulheres e da Cidadã”; na França destacou Mary Wollstonecraft (1759-1797), através da obra “Uma Vindicação dos Direitos da Mulher”, trazendo conteúdos importantes sobre a emancipação das mulheres, como a defesa a democracia e os direitos das mulheres na Inglaterra, promovendo uma reflexão com vista a criar condições para construção de uma teoria política feminista. Desenvolvidas na época em que as mulheres enfrentavam enormes dificuldades ao acesso à educação, essas ideias transformaram-nas em guerreiras e pioneiras do movimento sufragistas (ALVES, *et al*, 1981, p.44).

Mary Wollstonecraft, uma mulher com pensamento admirável em relação a sua época. Nascida no século XVII, teve a sua trajetória histórica e acadêmica singular em relação à maioria das mulheres massacradas pelo pensamento iluminista. A obra da autora se insere nos precursores do feminismo, rompendo com a estrutura que colocam as mulheres em posições de inferioridade e submissão em relações aos homens, reconhecendo que existem desigualdade entre homens e mulheres. Para uma melhor compreensão dos argumentos da Wollstonecraft, partimos da premissa de que autora conseguiu entender as relações sociais da sua época, o qual era alicerçado por diferença de gênero e outros comportamentos por especificidades que determinam lugar da mulher naquele contexto inclusive lugar dela na sociedade. Daí a decisão dela de desenvolver à crítica ao pensamento iluminista principalmente contra a ideia de Rousseau.

Reitere-se que o iluminismo se apresentava contradições em suas teses, na medida em que, ao mesmo tempo em que defendia a reestruturação da sociedade do regime colocando a racionalidade em pauta, negava a condição do ser racional das mulheres, colocando-as como seres sub-humanos / biológico, reprodutivo.

Com isso, a autora suscita um debate em relação as teses deterministas, chegando a concluir que a história humana foi construída com na base da subordinação feminina e, por essa razão, inclusão das mulheres no processo de uso público da razão e da intelectualidade era necessária.

Preocupada com falta de interesse dos homens em compreender lugar de fala das mulheres sem ser achadas de “malucas”, a autora explica que os homens, incluindo intelectuais, ao se depararem com suas reivindicações tentavam ridicularizá-las, argumentando que elas careciam de capacidade de debate. Essa prática ainda ocorre com frequência nos dias atuais, onde a fala da mulher é considerada menos importante na sociedade. Wollstonecraft, salienta que é importante que as mulheres procurem conquistar espaço no campo político, no seu desenvolvimento intelectual, repudiando o confinamento doméstico, criticando a valorização de títulos e posições sociais que sempre pertenceram aos homens. (ALVES, *et al*, 1981, p.44).

Na mesma linha, citamos Marie Gouze, utilizando o pseudônimo de Olympe de Gouges, uma ferrenha crítica do pensamento que submetia as mulheres em lugares domésticos/de casamento. Marie muda para Paris com a intenção de tornar uma mulher letrada, assim abandonar o antigo regime que determinava a condição das mulheres desde o nascimento até a sua morte.

Segundo (Biroli, *et al* 2014), não há dúvida sobre o pensamento radical da Gouze no que diz respeito à emancipação das mulheres na esfera política. Olympe rebate os seus opositores jacobinos, afirmando-se como uma mulher de espírito livre é insubmissa a estrutura. Lança o discurso político que reivindica a igualdade sendo crucialmente na defesa dos interesses da nação, já que conseguiu fazer constar a luta feminina na agenda revolução, originária da classe social denominada de terceiro Estado.

(Biroli, *et al* 2014) acrescenta que Gouze, como frequentadora do espaço de salões, discutia com filósofos e escrevia sobre a ideia assinando seu nome. Em suas críticas a sociedade, defendia o abolicionismo, a igualdade entre os sexos, a defesa dos filhos ilegítimos, a proposta do divórcio, e a misoginia que existia no século de luzes. Gouze é considerada umas das primeiras mulheres a se lançar na arena pública, reivindicando os mesmos direitos que os homens, distribuindo cartazes e panfletos que denunciavam os abusos de antigo regime, assim lutando incansavelmente para liberdade, pela justiça dos mais fracos, os oprimidos, as mulheres, mas também dos negros, mães solteiras das prostitutas as desempregadas e entre outras lutas.

De acordo com (Biroli, *et al*, 2014), na plena época de reivindicações a favor dos direitos trabalhistas, liberais e econômico as lutas das mulheres contra o sistema que os oprime não foi levado a sério, sendo considerando uma preocupação do segundo plano. Isso levou o

movimento dos sufragistas que a princípio buscavam manifestar de uma forma pacífica a tomar medidas mais drásticas para que as suas vozes fossem escutadas e respeitadas. O movimento começou a destruir propriedades a fim de chamar mais atenção. Em analogia, aconteceu algo trágico (a morte da militante, Emily Davison em 1912 que atirou em frente ao cavalo do Rei da Inglaterra em protesto a condição da mulher) a morte da Emily deu maior visibilidade a luta sufragistas e às suas pautas defendidas, mas, só em setembro de 1920 esse direito ao voto foi concedido às mulheres, assim ratificando a emenda 19ª da constituição.

À medida que as bandeiras foram levantadas e as pequenas conquistas são notáveis as mulheres sentiam necessidade de enfrentar essa luta em busca da emancipação feminina. Dessa forma, no desenlace da primeira onda, algumas publicações serviram como gancho para o início da segunda onda do movimento feminista, no fim da década de 1940, a escritora francesa Simone de Beauvoir fez a sua grande publicação do livro intitulado “O segundo Sexo”, essa obra traz reflexões sobre os condicionamentos que a mulher sofre em sua socialização. De acordo com Luís Felipe Miguel, Simone tornou-se “uma espécie de lenda em vida, encarnação da mulher liberada dos constrangimentos da sociedade machista, capaz de fazer o próprio caminho” o livro segundo sexo representa “uma tentativa poderosa de entender a construção social do ‘feminino’ como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p.25).

Assim encerra a primeira onda abrindo portas em torno da luta pela igualdade entre homens e mulheres na esfera privada e pública na sociedade. A segunda onda do movimento feminista inicia-se no período pós-guerra onde tinha como objetivo, procurar entender a naturalidade da estrutura patriarcal, a colocação das mulheres nas posições inferiores, a reivindicação sobre violência doméstica e sexual, alegando que deveria ser tratada como um problema público. O aborto também era uma questão abordada nesse período, como referência ao direito se der mãe se é quando fosse da vontade da mulher. Trata-se de um reflexo da defesa da liberdade sexual feminina por essa geração de feministas.

Nessa onda teve como marco as escritas da Simone Beauvoir, O Segundo Sexo tornou-se um ponto de partida incontestáveis para discussões levantadas sobre o ser mulher na sociedade contemporâneo. Beauvoir para contextualizar seus pensamentos usufrui-se da famosa

frase "ninguém nasce mulher, torna-se mulher" assim ela tenta explicar a existência das definições do masculino e feminina na sociedade (MIGUEL, *et al*, 2014, p.17).

Do mesmo modo (Miguel, *et al*, 2014, p.17), reafirma:

No que se refere especificamente à teoria política, Beauvoir avançou pouco. Ao que parece, a política era entendida por ela como uma esfera “superestrutural”, alheia a seu foco na posição das mulheres no cotidiano das relações, sobretudo na posição das mulheres de classe média no que diz respeito ao casamento, à sexualidade e ao trabalho. Ainda assim, O segundo sexo teve importância por contribuir para a redefinição das fronteiras da política, indicando a profunda imbricação entre o pessoal e social, público e privado. Abrindo caminho, enfim, para o provocativo slogan “o pessoal é político”, que seria a marca do movimento feminista a partir dos anos 1960.

Beauvoir trouxe para movimento feminista grande reflexões do gênero e a sua forma social, considerando que o gênero se baseia na perspectiva construtivista para apontar as posições ao essencialismo, que demonstra privilégio da dimensão de escola cultural para explicar as feições feminina e masculino pois, quando Simone se questionou a existência da mulher ela abre campo para debate sobre a estrutura/biológico e natural.

Também tivemos outra autora que se tornou-se uma figura representativa do movimento da segunda onda, Betty Friedan (1921-2006), ativista feminista americana, precursora da Beauvoir, Friedan desenvolveu um trabalho publicado em 1963, chamado “A mística Feminina”. O trabalho traz falas das mulheres da classe média no quais mostram suas frustrações relacionadas ao papel designada por elas, como ser a “rainha do lar” a experiências e vivências dessas mulheres no âmbito doméstico mostra como a feminilidade foi vinculada a mulher, nas palavras da autora Anna Tsing.

As mulheres de alta classe se tornaram vulneráveis anjos do lar “as fronteiras do lar se tornaram as expectativas das fronteiras esperadas para o amor. Com a fetichização do lar como espaço de pureza e interdependência, as intimidades extra domésticas, sejam internas à espécie ou entre espécies, pareciam fantasias arcaicas (a comunidade, o sitiante) ou questões passageiras (feminismo, direitos animais). Fora de casa reinavam o domínio da racionalidade econômica e os interesses individuais conflitantes (TSING,2015, p.16)

A obrigação dessas mulheres é tornar o espaço doméstico um lar que exala feminilidade, que demonstra que a mulher é um ser apaixonante sem percepção racional aprofundada, vinda delas não se pode esperar criatividade, iniciativa. A escola, a imprensa, a publicidade e a psicanálise produziam a ideia de que mulher necessariamente encontrava a plenitude no casamento e na maternidade esse conceito sobre o que é ser uma mulher dona de casa

estigmatizada todas aquelas que não se encaixam nesse padrão construído. Os homens eram compreendidos como ser racional, fortes, provedores de lares, tinham prestígio, é atribuída a função de chefe de família, o gênero passou a ser variável significativa mesmo entre aquelas atividades como fazer alimento, atividades identificadas como femininas. Ideologicamente as esferas são separadas, leva a considerar o espaço privado da família como lugar natural da mulher e o emprego e o mercado como lugar de provedor.

O livro também teve a sua crítica devido a generalização de relatos de experiência das mulheres brancas como se fosse a realidade de todas as mulheres, assim anulando as lutas das mulheres pobres, trabalhadoras muitas das vezes são provedoras do lar. “Mesmo a divisão entre o público e o privado, e com ela a relação entre feminino e domesticidade, tem sentido muito distinto quando são consideradas mulheres pobres e negras. Sojourner Truth do século XX não se reconheceria no relato de Friedan desse modo, discutir sobre a dissociação que ocorre entre a distribuição de função na base de gênero e mostram a pluralidade do feminismo (MIGUEL, *et al* 2014, p.18).

No decorrer do movimento vai ser encontrada outros nomes, Kate Millet (1934-2017) ativista americana dona do livro "Política Sexual", no qual fazia reflexões históricas das relações entre os sexos e da relação de poder existentes em todas as culturas, na mesma época surgiu, Juliet Mitchell (1940 uma feminista psicanalista que publicou o livro “a condição da mulher” em que fazia análise sobre esferas de produção da reprodução da sexualidade e da educação (ALVES *et al*, 1981).

Essas obras publicadas passam a servir como guia de esboço das lutas feministas no período de 1960-1980, o movimento adquiriu-se novas formas de reivindicações, antes eram voltadas em luta por direitos políticos, trabalhista e civis, pois, o movimento passa a questionar motivos/ causas dessa desigualdade, entender como funciona o sistema que oprime as mulheres. Com isso podemos perceber que, o movimento feminista, na segunda onda, abordava pautas relacionadas a sexualidade, aborto, a opressão feminina, gênero como construção cultural de dominação, também tinha a pauta o discurso focado em relação de poder entre homens e mulheres, criticando os estereótipos criada em volta da figura mulher por essa sociedade estruturalmente sexista.

Em síntese, o movimento feminista da segunda onda conceituava pessoal é político, a politização do cotidiano; maternidade/ família não é sinônimo da felicidade para mulheres, queima de sutiã e manifestações contra concursos de beleza, liberação sexual, igualdade social: política, econômica, familiar e acesso ao mercado de trabalho.

No processo descrito anteriormente, as mulheres do movimento feminista se consolidaram como sujeito político e teórico, reivindicando as pautas que discutem a igualdade de direito entre homens e mulheres, também questionavam as estruturas que vincula a mulher ao lar doméstico e afetivo. No entanto, a disseminação das ideias sobre a emancipação feminina que de uma certa forma universaliza a figura mulher nessa luta de interseccionalidade, trouxe consigo uma série de questionamentos sobre a materialidade desses sujeitos. Que feminismo estamos referindo? Quais bandeiras são levantadas? Quem são essas mulheres aptas para receberem esse direito? Tentando compreender esses questionamentos levantados, surgiu a terceira onda do movimento feminista na década de 1990. O movimento tinha como foco, a pluralidade no feminismo, a crítica à universalização da categoria ser mulher e a ampliação de lutas por direitos de todas as mulheres (classe, raça e gênero).

A terceira onda do movimento feminista cria um espaço de questionamentos sobre o objetivo luta construída pelas mulheres brancas de classe alta/media, levando em consideração a falta de representatividade de outras mulheres no movimento. A partir disso, o movimento ganha novas correntes que passam a levar em conta raça, classe, gênero, assim reconhecendo a pluralidade feminina, essas demandas surgem na necessidade de discutirem a realidade de mulheres negras da classe mais baixa da sociedade.

O debate do feminismo da terceira onda pauta em trazer a diferença, o hibridismo, o pluralismo, multiculturalismo e o antirracismo como conceitos principais que denotam a nossa sociedade. Para tratar desse assunto a Brah traz a discussão que aborda novos conceitos a raça no gênero, a compreensão da racionalização ajuda a entender o feminismo “universal” um olhar criada que discutia a única perspectiva do feminismo das mulheres burguesa branca, mesmo que a raça atua-se como um marcador de diferença sócias mulheres branca pressionada em domesticação e feminilidade, enquanto que as negras nem eram vista como seres humanos, seres de direitos, com a pauta desconhecida (BRAH,2006,p330).

De acordo com Brah (2006), o feminismo negro, que discutia lugar da mulher negra na sociedade, a marginalização do corpo negro os estereótipos criados na base da negritude, cria uma ruptura de pensamento de movimentos feminista que discutiam lugar das mulheres na sociedade, enquanto ser universal, as mulheres negras não tinham esse espaço de fala. A autora cria um argumento contra o conceito de essencialismo enquanto discutia sobre assunto, ao analisar a interseccionalidade que demonstra a interconexão entre racismo, classe e raça, sexualidade como marcador social de diferença. Essa análise pautada deve ter em conta a diferença, o feminismo, classe social, também deve levar em conta o reducionismo e a subjetividade de poder.

Nessa linha de pensamentos autora Bell Hooks na sua escrita sobre o feminismo é para todo mundo; políticas arrebatadoras, traz abordagens interessantes sobre como o movimento feminista deveria ser mais solidário criando assim um senso de justiça social para todas as mulheres independentemente da sua classe, raça assim, o livro faz justo as críticas da apropriação da história única o domínio do movimento feminista pelas mulheres brancas de classe alta.

Assim diz Bell Hooks:

Mulheres individuais que lutam pela liberdade em todo o mundo já batalharam sozinhas contra o patriarcado e a dominação masculina. Uma vez que as primeiras pessoas no planeta não eram brancas, é improvável que as brancas tenham sido as primeiras mulheres a se rebelar contra a dominação masculina. [...] mulheres brancas com privilégio de classe rapidamente se declararam ‘proprietárias’ do movimento, colocando as mulheres brancas da classe trabalhadora, as brancas pobres e todas as mulheres não brancas na posição de seguidoras. Não importa quantas mulheres negras individuais encabeçaram o movimento das mulheres em direções radicais. No fim das contas, mulheres brancas com poder de classes declararam donas do movimento (HOOKS, 2020, p.75).

A autora faz críticas e também questiona o condicionamento sobre a história singular de lutas das mulheres pela emancipação, essa luta que preocupa em demonstrar as vivências das mulheres brancas de classe alta. E as feministas negras questionam os desdobramentos dessa construção da identidade, mostrando a realidade vivenciada por elas que são totalmente diferentes das mulheres brancas.

A Djamila Ribeiro acrescenta que o dilema do feminismo é a universalização da categoria mulher, o movimento deve abrir campo pela nova “possibilidade de ser mulher, ou

seja, do feminismo abdicar da estrutura universal ao se falar de mulheres e levar em conta as outras intersecções” (RIBEIRO, 2020, p.21).

A Djamila, no seu livro lugar de fala; feminismo plurais, faz uma retrospectiva da luta das mulheres negras para conseguirem espaço político a fim de criar discussão sobre direitos das mulheres negras. Ela reforça que: “pensar o feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual” desde modo, o livro vem servindo de base de luta para feminismo plurais assim, contando percursos e lutas políticas de “intelectuais negras” (RIBEIRO, 2020, p.14).

Também temos autora Ângela Davis que discute sobre a importância de um feminismo negro. Davis (2013) traz no seu livro Mulher, Raça e Classe vários relatos de mulheres negras sobre condições escravocrata, mostrando a necessidade de ampliação da pluralidade do feminismo.

Por fim, com levantamentos de questionamentos sobre a pluralidade do movimento feminista pelas feministas negras, também se cria uma discussão sobre o feminismo lésbico, interseccional e transfeminismo. Atualmente a decolonidade discute a possibilidade de uso de uma categoria comum agregado um estereótipo, porque o sujeito “mulher” por mais que seja diversificado a compreensão enquadrados ao paradigma do gênero enquanto elemento constituinte de um grupo originado pela dinâmica patriarcado, umas das razões para luta contra declinação normativa de denominação ser mulher.

Todas essas lutas foram importantes para consolidação de lugar de mulher no espaço público e privado e também serviu de esboço para diversas lutas das mulheres em diferentes contextos que o mundo se encontrava, também essas lutas teoricamente são importantes para compreensão do desdobramento das emancipações femininas.

2.3 A luta pela dupla emancipação das mulheres guineenses

Para dar abertura sobre a participação das mulheres guineenses em diversos sectores da luta armada contra o colonialismo é necessário entender o porquê da pauta emancipação feminina foi vinculada a emancipação do país e quais são as iniciativas do partido africano para independência de Guiné e Cabo Verde para incentivo das mulheres a participarem além da

esfera doméstica e privado para esfera pública. A intenção é compreender estudos sobre o conceito de gênero e as lutas de movimentos feministas como reivindicação de direitos equitativos para mulheres de diferentes classes sociais, raça e gênero, nos abre o campo de discussão sobre a emancipação feminina/lutas das mulheres e como foi aplicada no processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau contra a colonização portuguesa.

Como foi visto, o ano de 1960 foi o ápice das mobilizações clandestinas na Guiné-Bissau, tendo sido marcado também pela introdução do tema emancipação feminina nos movimentos da luta pela independência contra a colonização portuguesa. Para compreensão do termo recorremos ao conceito a autora Gerda Lerner, para quem a expressão emancipação surgem como uma derivação histórica específica do direito civil romano “-e + *manus* + *capere*”: sair de só a mão de se livrar da dominação paternalista. O que se encaixa na situação das mulheres com muito mais exatidão do que libertação” e a expressão a emancipação feminina significa: liberdade das restrições opressivas impostas pelo sexo; autodeterminações; e autonomia” (LERNER,2019, p.287-288).

A emancipação feminina significa, portanto, a libertação das mulheres de um sistema construtivista que as colocam nos lugares inferiores aos homens, libertando-as das restrições opressivas que foram impostas na construção do sexo/ biológico e natural. Em países que estavam sobre o regime escravocrata o termo se atrelou a questão partidárias e a luta armada nos quais a palavra emancipação refletia não só a libertação das mulheres, mas também a libertação dos países, ou seja, uma dupla libertação.

De acordo Gomes (2016), ano de 1959-1960 foi marcado por mobilização clandestina das populações guineenses para aderirem à luta armada contra a colonização portuguesa, nesta conjuntura, surgiram a pauta emancipação feminina, traduzidas em frases, a libertação das mulheres guineenses contra a dupla opressão a doméstica, ou seja, dos seus maridos e a colonial. Essa pauta foi reproduzida em todo o território dominado pela colonização portuguesa: Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe. A liberdade desses países sobre o domínio colonial, consequentemente seria liberdade das mulheres sobre o domínio masculino em diversas esferas (GOMES,2016, p.73).

O movimento independentista coincidiu com as reivindicações do movimento da segunda onda feminista que tinha como principais pautas: a compreensão da estrutura patriarcal que consequentemente colocava as mulheres como figura inferior. Também surgiu algumas correntes já discutidas nos parágrafos anteriores, mas aqui, queremos destacar a corrente feminista socialistas e marxistas que lutavam pelo direito das mulheres operárias pelo justo salarial e menos carga de horário do trabalho tinham como influencia os movimentos socialistas e teorias marxistas.

O projeto da emancipação feminina implementada pelo movimento nacionalismo era uma forma de adaptação das teorias das lutas feministas para luta da emancipação das mulheres sobre o regime escravocrata. Em termos da complexidade da luta armada e a inclusão do projeto sobre a emancipação feminina, Amílcar Cabral reflete:

É preciso realismo, considerar a realidade concreta. Mesmo na questão de certas coisas que estão a avançar aos poucos. No começo os homens não queriam reuniões com as mulheres. Passo a passo, não forçámos, enquanto noutras áreas as mulheres entraram logo nas reuniões, sem problemas. Nós temos que ter consciência da realidade, não só da realidade geral da nossa terra, mas das realidades particulares de cada coisa para podermos orientar a luta corretamente [...] (apud Godinho Gomes, 2015, p.176).

Nas palavras da Patrícia Godinho Gomes, na Guiné-Bissau a luta contra o colonialismo português, teve o seu suporte graças ao empenho de toda a população, bem como da capacidade também da liderança do PAIGC e do seu líder, Amílcar Cabral. Para Godinho a luta foi um ato político inclusivo devido a aplicação do programa criado pelo partido no que se refere à igualdade entre homens e as mulheres afirmando que (os homens e as mulheres gozam dos mesmos direitos na família no trabalho e nas atividades públicas” essas palavras tornaram-se um verdadeiro símbolo da emancipação feminina e a renovação em relação ao estatuto da mulher na esfera socioeconômico, política e cultural (GOMES,2015, p.3).

Ressaltando que antes da implementação da corrente da emancipação feminina e do processo da luta de libertação dirigida pelos movimentos políticos as mulheres já reivindicavam os seus direitos roubados pela colonização. O objetivo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau não se completa apenas pela expulsão do colono português, mas também realça o estatuto da mulher na sociedade, o movimento da luta nacional contribui de uma forma positiva para a conscientização das pessoas sobre os direitos da mulher. Tratou-se do resultado de toda

essa luta será alcançado com esforço e também se todas as mulheres tiverem consciência dessa luta. Afirma Gomes:

Que o progresso dependia mais delas próprias e da sua vontade em lutar contra todos os aspectos que prejudicam o seu desenvolvimento e contrários à sua dignidade, contribuindo em grande parte para a sua subordinação em relação aos homens (casamento precoce, casamento forçado, procriação na adolescência, excisão feminina direitos sobre os filhos, direitos a herança e a posse da terra) (GOMES, 2013, p. 4).

A luta pela libertação nacional da Guiné-Bissau teve a mobilização popular de uma forma clandestina como referido acima, desencadeando-se na zona urbana com os operários e depois seguida pela zona rural, onde vai se encontrar mais dificuldades e a resistência à presença das mulheres nos lugares de decisão. Mas, Cabral evidenciou a necessidade de incluir a presença das mulheres na luta pela emancipação da Guiné-Bissau. Para Cabral, o sucesso de qualquer tipo de transformação social consistia “em constatar de que forma a mulher participa no mais amplo processo de libertação da sociedade” E completa: “a nossa revolução nunca será vitorioso se não conseguimos a plena participação das mulheres” (CABRAL apud GOMES, 2016, p.126).

Gomes (2013) reforça que nessa época da escravidão a visão do estatuto da mulher na sociedade era baseada na divisão do trabalho masculino e feminino, a mobilização das mulheres para aderirem a luta armada que de uma certa forma são consideradas trabalho de caráter masculinas na sociedade que é estruturado pelo pensamento patriarcal, desta forma o projeto sobre a emancipação feminina vem desmontado todo esse pensamento que limita lugar de mulher à esfera doméstica. Segundo Cabral:

Claro que tem havido alguma resistência a isso, particularmente, por exemplo: tem havido resistência surda, calada, por vezes, contra a presença de mulheres entre aqueles que mandam. Alguns camaradas fazem o máximo para evitar que as mulheres mandem, embora por vezes haja mulheres que têm mais categoria para mandar do que eles (...). Há camaradas homens, alguns, que não querem entender que a liberdade para o nosso povo quer dizer liberdade também para as mulheres, a soberania para o nosso povo quer dizer que as mulheres também devem participar nisso, e que a força do nosso Partido vale mais na medida em que as nossas mulheres peguem nele teso para mandarem também, com os homens (CABRAL, 1974, p. 49).

Amílcar Cabral não queria que a luta fosse só contra o colonialismo português, mas também contra a desigualdade de gênero na Guiné-Bissau. Nas perspectivas de Gomes (2016), os discursos da mobilização da camada feminina referiam-se sobre a valorização das mulheres, a desvantagem do casamento arranjado, e ao direito à escola para mulheres assim como o

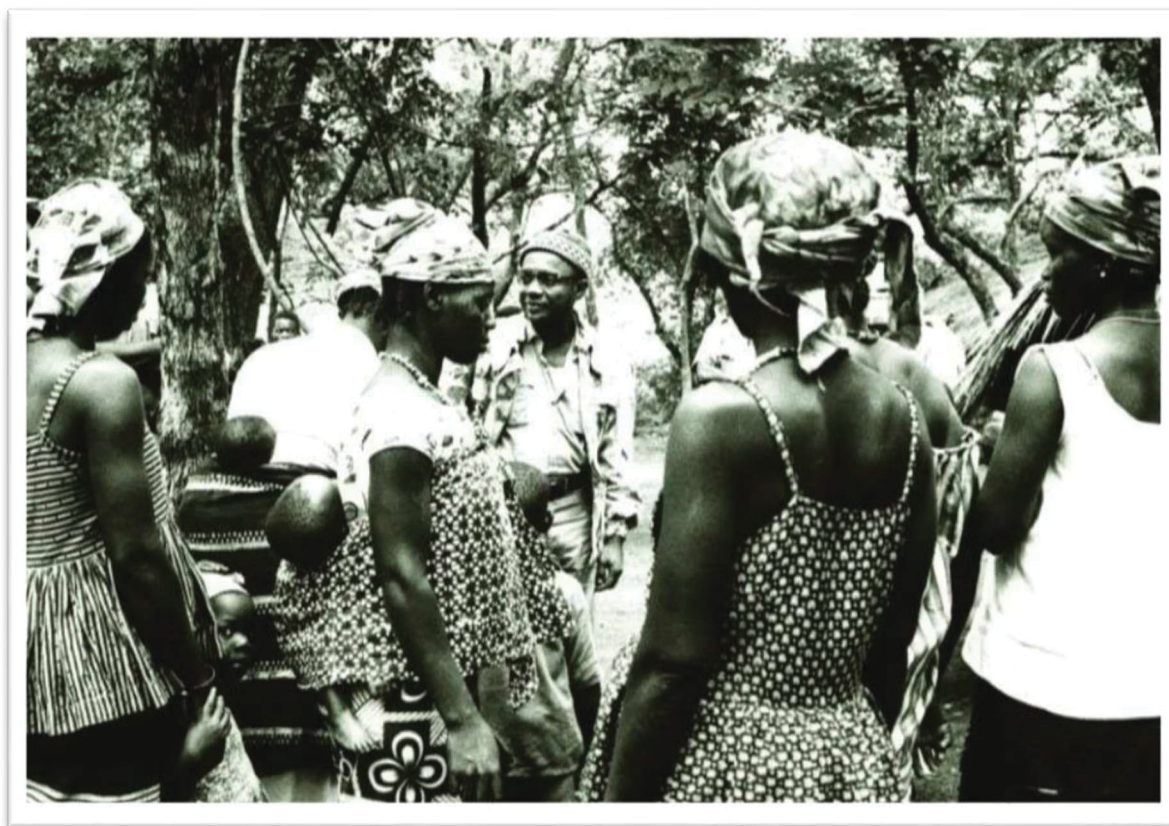
discurso inclui a liberdade para que as mulheres tomassem as suas próprias escolhas seja ela no âmbito privada ou público (GOMES,2016, p.127).

Essa luta feminina que aborda conceitos que discutem a liberdade e direitos da mulher foi uma inovação para o continente que estava sobre o domínio de escravidão e década 60 foi considerada o ápice das revoluções que colocam a África no pódio dessas lutas afirmativas. O partido PAIGC, reconhecida internacionalmente como movimento em frente das batalhas contra o colonialismo português, também contava com ajuda e a política da Antiga União Soviética, essas ajudas foram consideradas primeira expressões de ações afirmativa para descolonização das nacionalidades oprimidas a “URSS tornou-se um centro mundial de apoio aos povos colonizados e a população negra (inclusive da metrópole capitalista estadunidense” a união oferecia bastante apoio para antirracista e anticolonial(MANOEL & FAZZIO, 2019,p.41)

Ainda de acordo com os autores supracitados, o partido também desempenhou papel importante na formação política e ideológica dos quadros dos movimentos de libertação nacional. “Após ter traçado os mecanismos e as vias para colaboração com os movimentos anticolonialistas, o mundo socialista engajou-se em um programa de descolonização da África” na base da ideia de marxismo-leninismo o socialismo deveria ajudar países que estão na luta na descolonização criando a cooperação da pesquisa ensino e formação de quadros. Um exemplo da formação na União Soviética é a oferta de 30 bolsas de estudos de formação das mulheres guineenses em enfermagem na Kiev, a formação serviria para atendimento de pequeno socorro no período de luta armada (MANOEL & FAZZIO, 2019, p.41).

A imagem a seguir mostra o verdadeiro sentido das mobilizações das mulheres guineenses para aderirem à luta de libertação nacional contra a dupla omissão. Também a figura mostra a representação de mulheres mães que criam um olhar de preocupação mais ampla com bem-estar dos filhos. Esses olhares são necessários no período da colonização devido às vendas das crianças como escravizados.

FIGURA 2 MOBILIZAÇÕES DA CAMADA FEMININA NA LUTA ARMADA CONTRA O COLONIALISMO PORTUGUÊS



Fonte: Revista Opera

O primeiro exemplo é resultado dessa cooperação. Nessa imagem consta a figura de Carmem Pereira, considerada “assimilada” porque sabia ler e escrever. Tinha 24 anos quando ingressou na luta pela libertação nacional em 1961. Ela foi convocada para levar um grupo de 30 mulheres para que se beneficiassem de uma bolsa de estudos na Antiga União Soviética. (PESSÔA,2014, CORDEIRO,2013).

Outro exemplo da figura representativa nesse processo de luta é a Teodora Inácia Gomes, conhecida pelo pseudônimo de Obono, crescida numa família “assimilada” cristã, conseguiu a bolsa de estudos para União Soviética (Kiev) para formação, na diáspora como estudante Teodora participava em movimentos sociais, em particular juvenis contribuindo assim para difusor da ideia do projeto da luta pela independência da Guiné-Bissau. (GOMES,2015, p19).

Destacam-se também as figuras da Flora Gomes, Sana Na N'Hada, Josefina Crato que pertencem as famílias que adotaram costumes cristã. Conseguiram bolsa para Cuba para estudar cinema no Instituto Cubano del Arte e Industria Cinematográficos (ICAIC). Similarmente as figuras de Adjá Satu Camará, Francisca Pereira, encaixam no mesmo padrão, e entre outras mulheres que receberam a educação na antiga União Soviética.

A luta de uma certa forma foi plural. Criar uma análise que generaliza as condições das mulheres seria um equívoco porque, dentro desse processo existe o fator classe social. As mulheres de classe dominante pertencentes às famílias que adotaram os costumes português imposto na fase de campanha de pacificação, possuem capital cultural e econômico tinham mais privilégios de conseguirem bolsas de estudos porque já são alfabetizadas, enquanto que as mulheres que não adotaram esses costumes não tinham todo esse privilégio de viajar para exterior para formação, mas, isso não seria um fator de análise sobre o desempenho das mulheres na luta de libertação, porque o partido implementou escolas para formação das meninas para que pudessem integrar nesse processo, mas, isso não tira o fato de aquelas que não são formadas, não são guerrilheiras, ficaram nas margens desse processo que coloca mulher no pódio da liderança atualmente.

Outro fator importante que chama atenção no processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau são as diferentes funções desempenhadas pelas mulheres. Qual seria as representações das mulheres que carregavam armas na frente das batalhas? Uma inovação tendo em conta que a mulher sempre foi considerada o sexo frágil que merece cuidados, mas essas mulheres que manusearam armas na luta criaram uma identidade que rompe com “códigos culturais e sociais dominantes”. Sendo as armas são vistas como marcadores sociais que empoderam à mulher e podem representar um progresso nessa emancipação”, isto porque as armas são socialmente associadas ao poder masculino (IMPANTA,2020, p.22).

Afirma Gomes (2015, p.175) que algumas mulheres se destacaram à nível de força armada revolucionárias do povo FARP tornando-se milícias que assumiram frente de luta armada contra colonialismo, assim colocando-as suas participações ativas no projeto emancipatório. Movimento FARP criado no PAIGC no contexto de luta armada, hoje faz parte do exército nacional guineense.

Depois da abertura da luta armada e a inclusão da camada feminina nesse projeto de emancipação houve a necessidade de ampliação de discussão sobre papel das mulheres, a equidade de poder decisório nesse processo da luta e após a independência. De acordo com Gomes (2016) a formação da União Democrata das Mulheres (UDEMU) foi justamente para promover a emancipação feminina das mulheres guineense, devido a situação que elas se encontravam na África dos anos 1950; que eram vistas como incapazes de assumirem lugares de destaques na sociedade. Entretanto, Amílcar Cabral, acreditava que as mulheres deveriam ser o elemento principal na formação do desenvolvimento do país. Foi em virtude e esforço dessa componente feminina que nasceu a UDEMU 18 de julho de 1961 na República de Guiné Conakry (GOMES, 2016, p.128).

A UDEMU, fundada antes da luta armada tinha como principais dirigentes: Francisca Pereira, Carmen Pereira, Cati Turpin, Isabel Leal, Lilica Boal e Jean Martin Cissé e a Teodora Inácia Gomes, e algumas das mulheres pertencente a essa união que tive prazer de dirigir entrevista pessoalmente, mostrando que a UDEMU tinha características política e partidária na sua organização também evidenciou que é composta majoritariamente por mulheres acima de 50 anos de idade, de diferentes grupos étnicos, classe social e nível de formação movimento democrata tinha como principais objetivos:

A mobilização das camadas das mulheres para um melhor enquadramento político no processo da luta. A organização propunha-se não só preparar as mulheres para saberem reagir contra o colonialismo, mas também contra todas as atitudes atentatórias à dignidade da mulher e as diretivas do PAIGC nesse Campo. (GOMES, 2015, p.14)

Durante a existência da primeira fase da UDEMU, a união além de organizar trabalhos internos, também orientava suas atividades para o exterior, dando contribuição à luta no plano diplomático. A perspectiva de gênero traçada pelo PAIGC foi elemento primordial para prestígio adquirido em nível internacional como um partido de inclusão. No entanto, as primeiras fases que marcam a existência da União houve contradições das dinâmicas criadas assim, 1966 marca o declínio da UDEMU.

Gomes (2016) afirma que o declínio da União foi por causa de a organização assumir a caráter internacional com a intenção de angariar fundos econômicos e recursos para desenvolvimento da luta armada e pouco se engajou com as lutas da emancipação das mulheres,

mas sim com a necessidades do partido para sustentar a luta armada, essa falta de objetivação constitui a fragilização do movimento.

Na minha interpretação, que compartilho com minhas interlocutoras a queda da União se deu porque a maioria das mulheres (membros) estavam nas frentes de batalhas. Com o declínio da União, as mulheres que viviam nas zonas urbanas ficaram à margem da organização feminina, apesar de que, o projeto pautava a inclusão de todas as mulheres. Uma das poucas das minhas interlocutoras foi a Teodora Inácia Gomes, pois apenas uma parte das mulheres da mostraram-se disponível a conversar comigo.

Nesse processo de inclusão das mulheres no processo da emancipação feminina, a divisão sexual do trabalho ficou evidente em mulheres não assimiladas e que não foram alfabetizadas. Assim, não assumiram o protagonismo desempenhando papéis que são consideradas femininas (cozinhar, lavar roupas, servir de ajudantes, buscar água, cuidadoras de doentes) e entre outras funções. Essas mulheres que a Gomes (2015), vai chamar de “menos afortunadas”. As menos afortunadas são aquelas cujas principais tarefas são limitadas em funções básicas nas áreas libertadas.

Essas mulheres são nas maiorias sem formação acadêmica e que passaram pela opressão dupla no período da luta pela emancipação. As opressões sofridas baseavam em relação de gênero construído na base divisão do trabalho (masculino e feminino), fato de elas fazerem trabalhos domésticos para homens mesmo sendo companheiras da luta, isso nos leva a acordar com Domingues, que afirma que

O envolvimento das mulheres na luta nacionalista foi, não obstante, circunscrito pelas relações de gênero prevalecentes, e as mulheres foram preferencialmente formadas e responsáveis por áreas convencionalmente ‘femininas’; afetas aos assuntos sociais e serviços de apoio logístico (DOMINGUES, 2000).

É importante ressaltar que as relações de gênero na Guiné-Bissau precederam a colonização, mas, apesar disso, o processo da colonização intensificou essa desigualdade entre homens e mulheres, tornando-as mais expostas à sistema. Em conformidade com Lerner (2019, p. 24), desde início da escravidão homens escravos eram explorados para trabalho. Já as mulheres escravas eram exploradas para trabalho, para serviços sexuais e para reprodução”. A afirmação da autora mostra essa dupla ou mais tipos de opressões que as mulheres sofreram e ainda sofrem. Na mesma conjuntura, as mulheres guineenses sendo escravizadas sofriam opressões colônias e dos seus maridos e companheiros.

Tive prazer de escutar relatos sobre o processo de luta de libertação nacional pelas minhas interlocutoras que juntamente contaram as suas trajetórias nesse processo e a violência e opressões que as mulheres estavam submetidas durante processo da emancipação de Guiné-Bissau, Adamá Fati mostrou o outro lado de moeda nessa trajetória de luta.

Eu era uma criança, apenas uma criança quando fui inserida na processo da luta de libertação nacional sem dar de conta os meu pais já caminhavam comigo nos caminhos da mata para encontro de Cabral que recrutavam pessoas em segredo para conscientização sobre expulsão dos portugueses no nosso país, sou da etnia fula, por isso não entendia bem crioulo mas Amílcar Cabral disse que vai ter escolas para meninos e meninas as meninas não devem trabalhar em casa enquanto que os meninos vão para escola, porque o futuro do país dependia de todos nós, Cabral afirma, quero ver as mulheres nas escolas, não indo na mata buscar lenhas para homens. (Adamá Fati entrevista realizada em Bissau, dezembro 2021)

A fala da Adamá Fati reforça que existiam violências carregadas de simbologias de uma sociedade que foi estruturada pelo patriarcado. Por essa razão, Adamá e outras mulheres que não adotaram costumes portugueses passaram por esses processos de dupla opressão. Para entender como funcionavam essas violências vamos fazer o uso da teoria de Pierre Bourdieu. As reflexões do autor partem inicialmente em discussão sobre princípios e valores subjacentes ao senso comum e de como naturalizamos a vida social. Voltadas aos seus estudos para compreensão da objetividade de mundo social, não só relacionadas às estruturas e a incorporação dos valores e esquemas mentais hierarquizados historicamente, nesse paralelo na dominação masculina é abordada como uma forma mais abrangente de ordem social onde desencadeia outras formas de dominação.

Bourdieu (1999) busca compreender a dimensão simbólica da dominação masculina, ou seja, como a dominação se dá na sua forma simbólica, tendo em conta que, símbolo provém de signos e significados que está relacionado às nossas estruturas de pensamentos mais profunda, aquela que é considerada natural, que não tem que investigar e questionar. Ele demonstra que essas estruturas segmentadas teriam uma origem e a origem pode ser compreendida como uma dominação masculina.

Ainda acrescenta que se a “dominação masculina se adequa a ordem simbólica do mundo social, seus mecanismos efetivos de atuação ocorrem através de uma submissão paradoxal, resultante de violência simbólica” que é uma violência, mais sutil porque ela é imperceptível deste modo está dentro da nossa categoria do entendimento, na forma como se

concede o mundo, ela está na comunicação e a violência no campo simbólico ele termina legitimando a violência que vai acontecer nas práticas. (BOURDIEU, 1998, p.33).

Essas violências naturalizadas às vezes são imperceptíveis de modo que, quem vive dentro dela não reconhece essas simbologias. Em relação às mulheres guineenses que não assimilaram esse processo de integração de costumes colônias, as violências sofridas no campo de batalha contra regime colônias são de uma certa forma simbólica porque as colocavam nos lugares estruturalmente considerados femininos, mesmo desempenhando papéis que são padrões masculinos.

Outro exemplo é da Nhima Muskuta Turé, nascida em 1954, Gampara Fulacunda, setor de quinara, no sul da Guiné-Bissau. Recrutada pelo tio contra a vontade própria para aderir o processo da luta pela libertação nacional de Guiné-Bissau com apenas nove anos de idade. Não assimilada, Nhima recebeu instruções básicas sobre o processo, assim aos poucos conquistou a sua ascensão apesar das durezas do colonialismo, o processo que também não tinha idade como marcador social.

Gomes (2016), trouxe depoimentos da Nhima sobre a sua inclusão sendo a enfermeira de pronto socorro.

[...] provavelmente poucos sabem que fomos enfermeiras do PAIGC. [...] não tínhamos tempo para nada. Tratar dos feridos de guerra, fugir dos bombardeamentos... dormíamos pouco. Os ataques eram dia e noite. De dia tratávamos dos feridos, de noite escondíamos-nos dos ataques nas trincheiras[...]. A minha mãe fazia de um Comité de tabanca. Sensibilizavam as populações, davam arroz, mas tudo era feito na total clandestinidade, nenhum estranho podia ficar a saber onde estavam posicionados os comités. Esta situação acabou por dificultar também o avanço da luta, que durou tantos anos (GOMES, 2016, p.10).

Para concluir, citamos mulheres como Carmem Pereira que assumiu lugares de destaque nesse processo de inclusão; como Teodora Inácia Gomes que participou em movimentos juvenis em Kiev; Francisca Pereira, que também deu o seu esforço máximo na política dos movimentos feministas, Tenem Câmara, membro dos tribunais populares instituído nas áreas libertadas, nos anos de 1960 Nhima Muskuta Turé na saúde, Ana Rosa e Lurdes Vaz, que deram as suas contribuições na saúde sendo técnicas especializadas em enfermagens e membros das milícias populares, Nhima Saná e Satam Mariatu e Titina Silá eram guerrilheiras e heroínas das lutas armadas da libertação da Guiné-Bissau.

Desse modo, se existem as menos afortunadas também podemos encontrar as mais afortunadas. Consideramos como as mais afortunadas aquelas que não assimilaram ou fizeram parte das famílias pertencentes a classe dominante tradicional que adquiriram os privilégios da formação nos estrangeiros.

Fizeram parte da formação da UDEMU o lado político e burocrático da participação feminina no processo da luta de libertação nacional contra o colonialismo português. Essas mulheres que possuíam essas oportunidades de estudar e se destacar na política constituíram na maioria das partes mulheres eleitas para cargos de destaques na política guineense, tendo em conta que, hoje em dia a capital cultural e econômica é um marcador de extrema importância para ocupação das mulheres nos lugares de destaque. Mediante a essa situação, aquelas que não estão incluídas nesse marcador social acabam sempre ficando nas margens de esquecimento.

Além de encontrarmos figuras de mulheres atuando em diversos setores da luta pela emancipação, identificamos outras que atuaram no ensino, na preparação dos alimentos para guerrilheiros, cuidadoras dos filhos para que os maridos entrassem nas frentes das batalhas. Essas que assumiram funções consideradas tipicamente feminina, mas, importantes e relevantes porque, sem essas batalhadoras esquecidas nas margens da luta pela igualdade, a independência da Guiné-Bissau não seria um projeto concluído. Sem essas mulheres que cozinhavam a luta seria um fracasso, pois mesmo sofrendo dupla opressões se ergueram para um bem maior a independência do país que consequentemente seria a suas independências e dos seus filhos.

Reforça a socióloga Artemisa Monteiro que “as mulheres guineenses foram coadjuvantes na engenharia da luta deliberada, além de constituírem suportes principais na manutenção das bases da luta, elas também participaram das guerrilhas e no teatro das operações de luta”. Essas mulheres foram personagens principais no desenvolvimento da luta armada dando a sua força, e os seus esforços e a dedicação para que a luta de libertação nacional acontecesse, mudaram e deram uma nova visão às relações de gênero (CANDÉ, MONTEIRO, 2013, p. 201).

A Guiné-Bissau proclamou a independência em 24 de setembro de 1973, em Mádina de Boé. Foi um ato político e histórico que levou a instituição a Assembleia Nacional Popular (ANP) e República da Guiné-Bissau- um país soberano e democrático. A proclamação da

independência foi imediatamente reconhecida por mais de 80 Estados. Porém, só depois de 25 de abril de 1974 que Portugal iria reconhecer a Guiné como um Estado independente.

Hoje a Guiné-Bissau tem um sistema semipresidencialista, no qual o Presidente e o primeiro Ministro são eleitos por sufrágio universal. O sistema político tem três grandes poderes: Judiciário (Tribunais), Legislativo (Assembleia Nacional Popular) e executivo (Governo). A moeda consumida no país é o franco CFA, também utilizada por mais de sete países da UEMOA (União Econômica e Monetária Oeste-Africana (PERREIRA, 2003; LOPES, 2012)).

TERCEIRO CAPÍTULO

3- As primeiras organizações política feminina pós-independência em Bissau

Recorremos à um marco histórico para contextualizar a luta pela emancipação das mulheres na Guiné-Bissau. Para tanto, questionamos: que motivos estiveram na base da descontinuidade em relação ao princípio da igualdade de oportunidade entre homens e mulheres estabelecidos no contexto da luta armada pelo partido PAIGC e da participação de ambos em igual medida na vida política ativa/ governamental?

Após a guerra, o processo de reconstrução do país e dos direitos civis exigia a responsabilidade de toda a população guineenses como cabo-verdianos para construção de um futuro melhor (sem exploração de classes e gêneros). A necessidade de continuar o caminho traçado por Amílcar Cabral, apesar do seu assassinato, pouco antes de declaração da independência de Guiné-Bissau, era relevante para a parcela feminina da população. Um bom exemplo é a continuação do programa de UDEMU, que havia enfraquecido em 1966, mas será reerguida pós independência.

A UDEMU, como movimento feminino criada no período da luta pela emancipação, precisava urgentemente ser reconstruída para discutir os direitos das mulheres no campo político pós-luta. O trabalho iniciado por esse movimento durante a luta armada levaria a criação, em 1975, da comissão feminina do PAIGC. No mesmo ano, em Bissau, foi realizada uma reunião para discutir o estatuto de participação feminina nas organizações políticas ativas e/ou governamentais. Gomes (2015) explica que a partir dessa reunião várias iniciativas começaram a surgir como forma de incentivar as mulheres guineenses a participarem na tomada de decisões para o desenvolvimento do país.

De facto, a participação das mulheres na busca de decisões políticas viáveis para o país tornava-se cada vez um fator imprescindível, fazendo com que a UDEMU organizasse o seu congresso, que visava, sobretudo, consolidar as lutas dos movimentos das mulheres. Ressalta Impanta (2020) que a resolução final do congresso referia vários pontos sobre a questão da mulher guineense, e principalmente, a criação de políticas de incentivos à participação das

mulheres na política do Estado, liberdade de escolha e de expressão, formação política e ideológica e entre outros.

O projeto de construção de uma nova UDEMU cria novas trajetórias em relação à antiga organização, iniciando com a mobilização e sensibilização política das camadas femininas sobre os objetivos da emancipação feminina “impunha-se assegurar a sua integração completa, levando-as a compreender o significado da igualdade de direitos no contexto de estado moderno” (GOMES, 2015, p.14).

Esse processo de mobilização levou à criação da Comissão Nacional das Mulheres da Guiné (CNMG), em junho de 1979, cujo objetivo era de continuar o trabalho iniciado pela UDEMU. Depois do golpe de 14 de novembro de 1980, que não discutirei aqui para não escapar à preocupação central do trabalho, as mulheres guineenses ganharam mais visibilidade na política e na criação dos movimentos feministas. (GOMES, 2015, p. 15).

Em fevereiro de 1982 foi realizado o primeiro Congresso Nacional das Mulheres, com a intenção da reestruturação da CNMG. Entre seus objetivos estavam a “redefinição da estrutura da UDEMU”, para lutar pelo avanço do estatuto da emancipação feminina, no quadro de uma sociedade democrática em que todos os cidadãos gozassem dos mesmos direitos e deveres, sem a discriminação de sexo, religião, cor ou estatuto social, uma sociedade onde a liberdade das mulheres se tornasse mais visível na esfera política social econômica e cultural (GOMES 2015, p. 15).

Já em 1983 foi organizado em Bissau a reunião internacional sobre a história e a luta das mulheres pela emancipação feminina, ressaltando o papel por elas desempenhado e os desafios do pós-independência. Essa reunião contou com a participação de pesquisadores das ex-colônias portuguesas, do Zimbábue, da Namíbia e da África do Sul, além de representantes de partidos políticos e movimentos de libertação, e representantes de governos africanos. O encontro assumiu um destaque importante no processo para reconstrução do movimento de organização das mulheres no pós-independência (GOMES, 2015, p. 179).

De acordo com Gomes (2015, p.179), a reunião foi importante porque: em primeiro lugar tem a caráter científica, graças a primeira reunião das pesquisadoras de conhecimento endógenos africanas que pertenciam às ex-colônias portuguesas e de países onde governavam

regimes segregacionista. Participaram também altos representantes políticos, representantes de organizações e associações internacionais, o objetivo da reunião é de discutir as questões femininas, a partir das mulheres (a lugar de fala), e partilhar as próprias experiências sobre a mulher na política.

As iniciativas desenvolvidas pelo movimento incentivaram cada vez mais as mulheres a tomarem a parte na política e no desenvolvimento do país. Em 1988, a UDEMU organizou o seu segundo congresso no âmbito de consolidação do movimento feminino, tendo como principais propostas discutir as medidas tomadas pelos governantes em relação a desvalorização da moeda nacional e à contenção salarial, que teve consequências na vida da população guineense um exemplo foi de aumento do custo geral de vida das pessoas. Outros assuntos que também foram abordadas eram:

[...]à inclusão das mulheres na política de novo Estado, formação política e ideológica, à transformação das relações sociais, o discurso à prática e os obstáculos do processo de emancipação, a família (as leis, os costumes e as tradições , a união de fato, o casamento tradicional, a escolaridade, as problemáticas do sistema de educação” ao desenvolvimento e ao papel das mulheres nas diferentes realidades sociais (importância na agricultura e na produção alimentar, a divisão social do trabalho nas diferentes realidades étnicas, as contradições do sistema produtivo, em relação às mulheres, a produção artesanal)³⁹, à saúde das mulheres (o seu papel como educadora na comunidade, os programas estatais no domínio dos cuidados primários de saúde, o casamento precoce e a excisão, a mortalidade materno-infantil, o planeamento familiar) (GOMES, 2015, p. 183).

A abordagem do movimento nas suas conferências demonstra que a UDEMU não se limitou só em discutir assuntos sobre igualdade de género e atividades de mulheres no partido PAIGC, mas também transformar as condições das mulheres em geral e o desenvolvimento do país em diferentes esferas (agricultura, saúde espaço social, cultural e económicas essas iniciativas mostram um grande avanço da UDEMU como organização política das mulheres guineenses.

A Impanta (2020) ressalta que: a UDEMU não só estava interessada em discutir os assuntos voltados à mulher no partido, ou melhor, àquela que tomava parte nas atividades políticas de PAIGC; também era pauta da organização as condições de trabalho para mulheres, segurança, saúde e tudo aquilo de que necessitava o país para desenvolver. Por exemplo, na agricultura as mulheres desempenham grande papel para o fortalecimento da economia do país. Portanto, essas iniciativas, muito embora tiverem recuos em certos momentos, denotam grande avanço da atuação da UDEMU.

Ainda reforça a Impanta (2020, p.42) que a UDEMU nos seus anos iniciais fazia cooperação internacionais com a filiação a Federação Democrática Internacional das Mulheres (FIDIM) e com organizações das mulheres a nível do continente africano, como a Organização de Mulheres Angolanas (OMA) a organização de mulheres Cabo-verdianas, mas também fazia cooperação com organizações não governamentais exemplo da sua parceria com a ONU Mulheres. Isto demonstra amplitude do movimento em si.

A participação das mulheres nos espaços institucionais de decisão política tanto na época do regime de partido único quanto no período do multipartidarismo atual. Essa análise abre espaço para que possamos fazer a comparação se o número da participação das mulheres na tomada das decisões políticas cresceu desde sua inserção na fileira na luta a favor da dupla emancipação. Que faça justiça aos exemplos das muitas mulheres que batalharam e das que deram as suas vidas para que a Guiné portuguesa seja hoje a Guiné-Bissau: um país livre soberano e independente.

Em vista do acima exposto, Gomes (2016) salienta que mesmo com o discurso oficial produzido para igualdade de gênero, de fato poucas mulheres alcançaram a condição da emancipação após independência. Esse discurso foi uma estratégia usada pelo movimento nas frentes das batalhas para “desacreditar a propaganda fascista na luta anticolonial e foi um instrumento político eficaz que permitiu ao PAIGC ganhar apoio das próprias mulheres consolidando a sua posição interna e a nível internacional” (GOMES, 2016, p. 88).

Também tem outros fatores que ressaltam essa exclusão social das mulheres em diversos aspectos do processo da busca de emancipação no âmbito da política e social. Os dados estatísticos da UNIOGBIS (2016) comprovam que a camada feminina compõe a maioria da população do país (52%), mesmo assim ainda são subalternizadas e descriminadas.

No sistema do ensino da Guiné-Bissau, o nível de escolaridade entre meninas e meninos é desigual, posto que as taxas de analfabetismo entre as meninas atingem 76% enquanto os rapazes 48%. A disparidade entre mulheres e homens no acesso às oportunidades de desenvolvimento do capital humano continuam em relação a educação escolar, em 2010 a taxa de matrículas das meninas relativa aos homens era de 93.2%, e de acordo com os últimos dados disponíveis, a representação das meninas diminui bastante no nível secundário (51%), por causa

de repetências e abandono escolar superiores (57% contra 45% para os rapazes (ARVANITIS, 2014)).

As meninas sofrem com prejuízos na escola devido a ocupação com as tarefas domésticas, assim como nas atividades geradoras de rendimento para sustento da família, também tem o fator casamento e a gravidez precoce que de uma certa forma cria um atraso, sem deixar de mencionar a falta de renda para suprimir as despesas mensais escolar.

3.1 A construção da Assembleia Nacional Popular (ANP) como o órgão supremo da República Guineense

Analisar a construção da Assembleia Nacional Popular (ANP), seu funcionamento ajuda a destacar as deputadas de linhagens política, que tem família (marido, filhos), parentes (pai, mãe, tios tias sobrinhos e sobrinhos cunhados e cunhadas já presentes nesse espaço de poder. ANP tornou-se oficialmente órgão supremo da Guiné-Bissau em 1973 depois da independência do país do jugo colonial.

De acordo com os dados retirados na página oficial da Assembleia Nacional Popular, as raízes históricas da sua construção surgiram na base de uma reunião do Conselho Superior da Luta (CSL/PAIGC) realizada entre 07 a 17 de agosto de 1971). Naquele encontro foi decidida que o Partido “deveria tomar todas as medidas necessárias para organizar as eleições gerais em 1972 nas regiões libertadas segundo a modalidade do sufrágio Universal e decreto de construir ANP na Guiné-Bissau”. Nessa reunião foram definidos o processo e o método mais transparentes para eleições futuras no país e a aprovação dessa lei pelo Partido (ASSEMBLEIA, 1971).

De acordo com os dados da ANP, na Constituição de 1973, o poder legislativo era exercido por excelência pela Assembleia Nacional com base na orientação definida pelo Partido único. “O PAIGC, podendo delegar poderes legislativos no conselho de Estado, no Conselho dos Comissários de Estado e nos Conselheiros regionais, por tempo determinados e matérias concretas e reservando o direito de retificar ou anular os atos praticados”. (ASSEMBLEIA, 1973).

O poder legislativo era exercido pela ANP na base da orientação do Partido único, o “PAIGC, podendo delegar poderes legislativos no Conselho de Estado, No Conselho dos Comissários de Estado e dos Conselheiros Regionais por tempo determinado e matérias concretas, cujo atos posteriormente deveriam ser ratificados pela ANP”. (ASSEMBLEIA, 1974).

A abertura democrática no país levou a mudança de regime monopartidário para multipartidário onde aconteceu a revisão das seguintes constituições 1991,1993,1995 e 1996. Desse modo, a Assembleia Nacional Popular tornou-se o supremo órgão legislativo e de fiscalização política representativo de todos cidadãos guineenses. Ela decide sobre as questões fundamentais da política interna e externa do Estado.

As fontes encontradas na Assembleia Nacional Popular abrem inquietações sobre a grande influência do Partido PAIGC no país.

TABELA 1 BANDEIRA DE PAIGC E GUINÉ-BISSAU

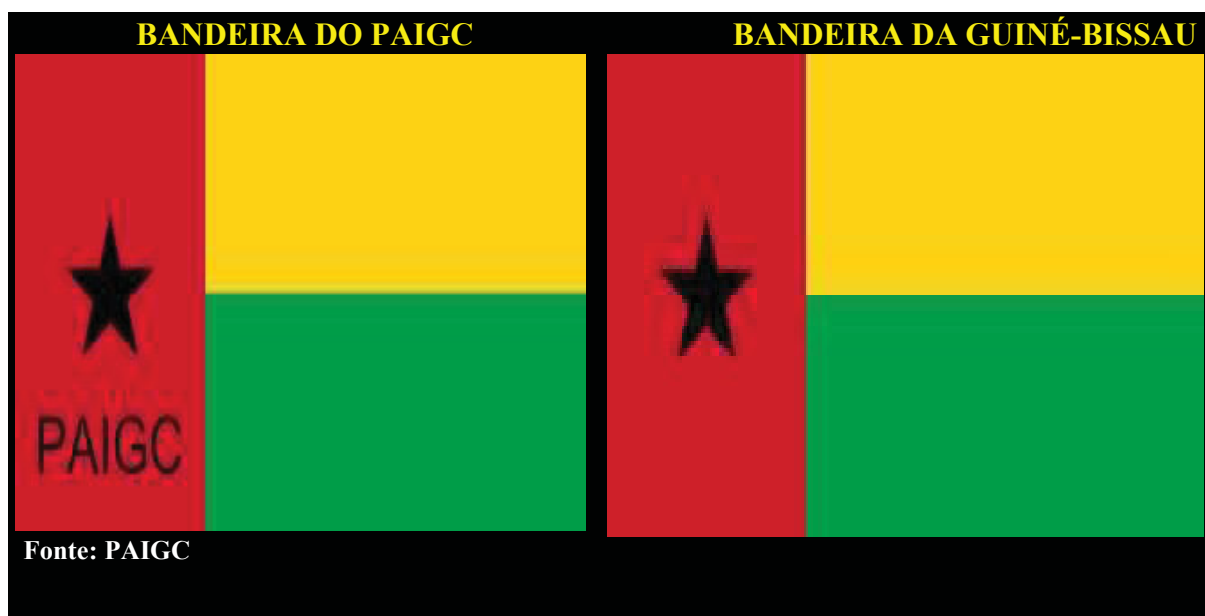


TABELA 2 SÍMBOLO DO PAIGC E DA GUINÉ-BISSAU

SÍMBOLO DO PAIGC



SÍMBOLO DA GUINÉ-BISSAU



Fonte: ANP

O partido africano para a independência de Guiné e Cabo Verde ganhou a sua liderança no processo da mobilização clandestina para integração da luta armada contra a colonização. Consequentemente, teve sua notoriedade internacionalmente consolidando como o único. Depois de dirigir o país para independência instalou-se regime monopartidário assim, elegendo desde 1973 até 1994.

Esse Partido tradicional formado pela classe dominante nacionalista se vinculou ao país tornando-se homogênea, criou-se a mesma bandeira e o mesmo símbolo para o país e pelo o Partido. Se o que representa o país é a mesma com o partido, a história, a nação e as lutas, até a construção da Assembleia Nacional Popular que cumpria regulamentos do Partido, questiona-se: será que hoje com o regime democrático é diferente? O Partido ainda é a força máximo no órgão do Governo?

Numa análise bourdiesiana o PAIGC como partido político é um *subcampo* de campo político, pois possui a sua realidade, sua estrutura, sua prática e formas de se relacionar e organizar, como também promove modos diferenciados de posicionamentos dos seus agentes e agirem dentro desse *campo* o que por antemão podemos compreender por *habitus*. Assim o *campo político* seria “um microcosmo, isto é, um pequeno mundo social relativamente autônomo no interior de um grande mundo social, e o *habitus* é um espaço social que está por trás da sociedade e indivíduos e a corporificação do comportamento da estrutura social estabelecidas (BORDIEU, 2011, p.194).

Dessa maneira, o subcampo pode ser compreendido como elemento constituinte do campo político, ou seja, um espaço que também possui as suas determinações e interesses em manter suas instancias particular através de *jogo* e disputas. O *subcampo* é caracterizado “por conjunto de diferentes espécies de capital e de níveis de poder desiguais entre si” essas estratégias são necessárias para “definir a permanência das posições dominantes ocupadas por seus agentes nesse *subcampo*” (ministros (as), deputados (as) secretarias do Estado) GOULART, 2016, p. 239)).

No entanto, ao se considerar o PAIGC como um subcampo de *campo* político guineense identifica-se esse espaço político como um universo particular, tendo as suas regras e estruturas de funcionamento, onde a classe dominante tradicional dispõe de forças específicas e diferenciais para manter o seu domínio.

A Tabela a seguir mostra como o Partido se elegeu durante os seguintes anos, tendo como segundo maior adversário o PRS Partido da Renovação Social que foi fundada em 14 de janeiro de 1992 ao multipartidarismo, com forte apelo aos valores da democracia universal asseado no liberalismo econômico e político como rege o partido. Teve como fundador Kumba Yalá Kobde Nhanca, que se tornou o adversário político do PAIGC. Mas, mesmo tendo força o Partido só elegeu uma vez nas eleições presidenciais tornando assim Kumba Yala como presidente do país em 2000. Entre 1994, 2005, 2009, 2012 e 2014 o PAIGC esteve na frente de todos os 52 partidos tornando partido mais eleito nas eleições legislativas/presidências.

TABELA 3-ELEIÇÕES LEGISLATIVAS NA GUINE- BISSAU

LEGISLATURA	PARTIDO	% DE VOTOS	DEPUTADOS/DEPUTADAS
1994	PAIGC	37,92%	62
	RGB/MB	16,17%	19
	PRS	8,42%	12
	UM	10,39%	06
	PAIGC	17,81%	24
	PRS	29,33%	38
	AD	4,89%	03

1999	RGB	19,54%	29
	UM	7,76%	03
2004	PAIGC	33,88%	45
	PRS	26,50%	35
	PUSD	17,60%	17
	UE	4,28%	02
2008	PAIGC	49,52%	67
	PRS	25,21%	28
	PRID	7,48%	03
2014	PAIGC	47,98%	57
	PRS	30,76%	41
	PCD	3,37%	02
2019	PAIGC		47
	MADE- G15	126.935 212.148	27
	PRS	127.104	21
	APU- PDGB	51.049	15

Fonte: ANP, 2014

Chegamos à conclusão que o PAIGC, como um partido político que libertou a Guiné-Bissau, do colonialismo português tem grande influência na organização política do país desde já que a história do país se vinculou a do Partido. O seu fundador, Amílcar Cabral, tornou-se um grande líder do país dessa forma, a dinâmica do país se gira em torno do jogo político do Partido, as palavras de ordem do partido é, “somos combatentes de liberdade da pátria”.

3.2- A Dialética entre classe dominante tradicional e o poder feminino em Bissau

Em busca de perfil parlamentar e trajetórias políticas individuais das deputadas da nação regidas pela Assembleia Nacional Popular ao longo de 48 anos da história da luta colonial, pós luta e abertura democrática. Em linhas gerais, o uso da prosopografia com método de análise, ajuda em arregaçar determinadas informações sobre o conjunto de autores sócias por via de biografias coletivas. Pode-se identificar a estrutura social e ao mesmo tempo em que se dá sentidos as ações desses indivíduos dentre essas relações sociais. (STONE, 2011).

Aspecto importante dessa análise de estudos de biografias individuais e coletivas dessas mulheres elegidas pela ANP, ajuda a entender sobre relações de parentesco, para Mônica Goulart, o método nos dá oportunidade de ter acesso às informações das famílias, onde este elemento “indicará o mecanismo de relações e estratégias de parentesco para garantir a entrada, a permanência e ascensão do campo político (GOULART,2016, p.245).

Depois da independência da Guiné-Bissau, algumas famílias e sobrenomes tornaram cada vez mais notáveis na esfera política, isto é, na ocupação de cargos eletivos, nas funções estatais e burocráticos do país. Essas famílias tradicionais foram instituídas nos espaços de poder desde a luta de libertação nacional contra a colonização e se renovam com alianças de casamentos e herdeiros. Por essa razão, a devoção e a responsabilidade atribuídas às mulheres com objetivo de manter essa aliança tradicional, as colocaram como peças fundamentais desse *jogo*¹⁵ que envolvem poder, hierarquia, capitais sociais, econômico e sentimentos de pertencimento.

Para Oliveira (2012.p13), que fez estudos sobre rede de parentesco na política brasileira em especial paranaense, afirma que a família ainda é de grande importância na esfera política, porque as redes familiares controlam partidos políticos. No caso da Guiné-Bissau existem partidos que foram fundadas pelo grupo familiar, que controlam o centro executivo e legislativos através da aliança matrimonial, hereditários e sempre renovando pelas gerações. Ainda reforça Oliveira, que as relações de parentesco se tornaram instrumento eficaz para

¹⁵ Jogo é construído e reafirmado por lutas e disputas constantes para assegurar interesses próprios e específicos visando primeiramente a manutenção das agentes no interior dos subcampos e, minimamente, a permanência em suas respectivas suas posições. (Martins 1994, p181)

manutenção de poder político, na maioria de caso esses grupos familiares criam uma rede de proteção entre si através de estabelecimentos de capitais (social e econômica).

Em relação trabalho, o nosso ofício é de averiguar a participação feminina no espaço de poder político em Bissau e as que puseram a sua independência a serviço afirmativa da família pertencente a classe dominante tradicional nesta perspectiva, analisamos papel social e político das mulheres na formação e reprodução dessa aliança no espaço de poder em particular legislativa desde período da luta pela independência de Guiné-Bissau até dias atuais.

TABELA 4- REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO REGIME MONOPARTIDÁRIO

Regime	Legislatura	Total	Homens N	Mulheres N	Mulheres %	Partido
Monopartidário	I 1973/1977	120	112	08	6.7	PAIGC
	II 1977/1984	150	132	18	11.06	PAIGC
	III 1984/1989	150	125	25	16.06	PAIGC
	IV 1989/1994	150	120	30	20	PAIGC

Fonte: ANP, 2014

TABELA 5 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES NO REGIME MULTIPARTIDÁRIO

Regime	Legislatura	Total	Homens N	Mulheres N	Mulheres %
Multipartidário	V 1994/1999	100	91	09	9.8
	VI 1999/2004	102	95	07	7,8
	VII 2004//2008	100	87	13	11
	VIII 2008/2012	100	90	10	10
	IX 2014/2019	102	98	14	13,7

Fonte: ANP, 2014

Os dados apresentados no quadro acima mostram a diferença e disparidade entre mulheres e homens no que diz respeito à ocupação de assentos no parlamento guineense. É um aspecto social ainda pouco problematizado na Guiné-Bissau, razão pelo qual neste trabalho,

procuramos trazê-lo à luz do debate. Isto é, buscando compreender seja através das mulheres e suas representações políticas como através das pesquisas complementares que colocam hipóteses ou dúvidas quanto ao perfil das mulheres que exercerem funções políticas. Quem são essas mulheres? Quais são as suas ligações com a classe dominante tradicional guineense? E quais são as suas trajetórias na política?

De fato, é possível afirmar que a maioria delas são oriundas da zona urbana, formadas em Guiné-Bissau ou no exterior. Algumas são filhas, irmãs ou esposas pertencentes a classe política guineense, portanto, essa ocupação apenas garante uma parcela de mulheres nos espaços de decisão, também vale ressaltar que existem mulheres que são colocadas pela cota partidária, (equidade na política), e por último temos as mulheres que ingressam na política por meio da presença do movimento sociais, representando grupos das mulheres que lutam pelo movimento da igualdade de gênero na esfera política.

Essa cota partidária foi criada devido à desvalorização das mulheres nessa esfera. Isso levou a organização de congresso em fevereiro de 2002, com objetivos de revolver a falta da participação das mulheres nos parlamentos. As mulheres da UDEMU, organizadora do congresso, exigiam que a presença feminina nos órgãos internos e nas listas eleitorais dos partidos fosse obrigatoriamente de pelo menos 25%, demandando ainda lugares de destaque no nível de instituição do Estado. Observa-se que mesmo com a iniciativa a esfera política no sistema multipartidário permaneceu “esmagadoramente dominado por homens” ainda assim não “obstantes os obstáculos” e as dificuldades encontrada na sua caminhada emancipatória, as mulheres guineenses têm concretizado alguns objetivos como a criação da Plataforma Política das Mulheres (PPM em 2008 (GOMES, 2016, p.138).

Muito embora nos comentários das minhas interlocutoras sobre as dificuldades enfrentadas nesse espaço por serem mulheres, maiorias responderam que não se sentem ameaçadas sobre visão preconceituosa dos homens, mas, sentem dificuldades e implementar mais projetos que defendem o estatuto das mulheres na sociedade exemplo é aumento da cota partidária, assim destaca a Teodora Inácia Gomes “queria que as mulheres ocupassem 50% dos assentos nos lugares da tomada de decisão mas é difícil essa implementação, mas estamos nessa luta” (Entrevista feita com a Teodora Inácia Gomes, Bissau dezembro de 2021).

A Teodora esteve nesse processo da luta afirmativa de gênero em Guiné-Bissau desde período colonial, mesmo possuindo capital econômico adquirido pela trajetória individual e familiar (por ter parente na política reconhecido no processo da luta armada); também precisava conquistar espaço de aprovação por ser mulher. Isto porque, as mulheres compõem grupo minoritário nessa esfera, mesmo carregando sobrenomes reconhecidas na arena política precisa lutar para permanência e ascensão política para que seus sobrenomes sejam transportados por gerações.

Lembrando que esse trabalho não quer tirar mérito das mulheres que ocupam esses lugares de decisão até que, os espaços não se limitam apenas à ocupação dos cargos parlamentares. A pesquisa vai além da política partidária, pois as mulheres têm lutado para busca de igualdade em diversas áreas sociais seja por meio de associações comunitárias, de grupos ou partidos.

Segundo a divulgação do próprio parlamento da ANP já passaram em torno de 22 mulheres eleitas como deputadas no capital Bissau desde 1974 até 2019. O número da participação feminina é minoritário em relação aos homens, mas estudar perfis dessas mulheres, mesmo que de uma forma concisa, a trajetória de cada uma delas nos ajudará a criar uma visão sobre ANP direcionando um olhar sobre relação de gênero na política e aspectos culturais que as envolvem.

A tabela a seguir mostra mulheres que foram eleitas como deputadas pela Assembleia Nacional Popular desde 1973 até 2019.

TABELA 6- REPRESENTAÇÃO DAS MULHERES NO PARLAMENTO

LEG	Ano	Nome	Partido	Zona/ CE
I	1973/1977	Suncar Camará	PAIGC	Quitafine
		Sale Bangura	PAIGC	Catio
		Mansata Sambu	PAIGC	Cuusseco
		Djara Mané	PAIGC	Quinará
		Ana Maria Gomes	PAIGC	Candjambari
		Carmem Pereira	PAIGC	Bissau
		Ana Maria Cabral	PAIGC	Bissau

Fonte: Assembleia Nacional Popular (ANP) 1973

A primeira tabela mostra nomes das mulheres eleitas como deputadas da nação em diferentes regiões do país, mas o nosso foco se centraliza das deputadas que foram eleitas na capital para não perder o objeto e tema em reflexão. Na Capital foi eleita duas mulheres: Carmem Pereira e Ana Maria Cabral. Analisando mais de perto perfis dessas mulheres reparamos que os dois sobrenomes são de grande importância na política guineense a Pereira e Cabral.

Essas famílias se consolidaram com a transformação da classe dominante tradicional que assimilaram costumes portugueses para classe dominante tradicional nacionalista. De acordo com estudos de Carlos Pereira, “o aparecimento de outros nomes ligados às ideias de libertação nacional, que vão ser protagonizados por homens e mulheres ligados às famílias Cabral, Almada, Pereira, Lacerda, Barbosa, Turpin, Fortes, Sanha, Gomes etc. Todos esses sobrenomes estão ligados diretamente dessa classe dominante que ainda se consolidam no poder político do país (PEREIRA,2002, p.17).

Nas disputas que ocorrem no campo político pode-se constatar as transferências de capital político entre seus membros como caso de sobrenome Pereira de uma certa forma são frequentes no espaço de poder político. Exemplo da Carmen Pereira, Aristides Pereira, Francisca Pereira. Analisar perfil da Carmen Maria de Araújo Pereira, nascida em 22 de setembro de 1936, Líder nacionalista da Guiné-Bissau, presidente interina por dois dias em 1984. Filha de um advogado, assim como as outras três irmãs frequentou a escola até a quarta série.

Casou-se e teve três filhos, dois meninos e uma menina. Seu marido entrou para o movimento de libertação, fato que ela descobriu por acaso. Porém, seguiu seu exemplo e tornou-se ativa também no Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde – PAIGC em 1962. De acordo com Candé Monteiro (2013), aos vinte e um anos Carmen foi para o exílio no Senegal junto com seus filhos, o mais novo não havia completado um ano. Ela conheceu Amílcar Cabral e foi encorajada por ele a dedicar-se em tempo integral ao movimento de libertação. Em 1963 foi para a União Soviética estudar enfermagem, retornou ao país em 1965, quando foi enviada ao interior, onde tornou-se responsável pelos assuntos de saúde e construiu o primeiro hospital nas zonas libertadas.

No ano de 1967 Carmen Pereira foi nomeada pelo comitê executivo do PAIGC como comissária política da região sul. Tornou-se líder destacada da luta de libertação, tanto que os

portugueses bombardearam áreas em que acreditavam que ela estivesse vivendo e anunciaram recompensa por sua cabeça, mas ela continuou lutando e nunca foi presa. Na explicação da Candé Monteiro (2013), após a Independência, continuou a exercer grande influência na vida política do país, foi eleita deputada em 1973/ 1977, reeleita 1977/1984 assim consequentemente elegida em 1984 a 1989. Era a única mulher no comitê executivo do PAIGC e a principal liderança da Comissão de Mulheres da Guiné Bissau e Cabo Verde (1975-1981).

Foi eleita vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (1973-1984) e a presidiu de 1984 a 1989, quando deixou a posição para tornar-se membro do Conselho de Estado. Em maio de 1984 foi a chefe executiva do governo por dois dias. Ela foi Ministra da Saúde e Serviço Social (1981-1983) e Ministra de Estado (1991-1992).

Entre sobrenomes que destacam na política guineense podem-se encontrar a família Cabral que naturalmente se encontra na construção histórica do país, tendo mulheres como principais alicerces para configuração dos sobrenomes no espaço de poder. Portanto, a presença direta de relações de parentesco no espaço público é um instrumento eficaz para manutenção desse poder através de rede de proteção e a mulher é responsável para manutenção desse poder através da reprodução.

Exemplo da Ana Maria Cabral Nascida em 1941 em Guiné-Bissau, viveu em Angola até 1955. Em 1963 inscreveu-se no Partido Africano Para Independência de Guiné e Cabo Verde, ganhou a bolsa de estudos formada em filosofia, foi presidente da fundação Amílcar Cabral criada em 1984, Deputada em 1973/1977 e também foi de 1977/1984.

Esse dado sobre o parentesco da Ana Maria Cabral foi conseguido de forma impressa na Fundação Cabral pelo meu tio membro do partido PAIGC.

Sobre a relação de parentesco da Ana, o seu marido Amílcar Lopes Cabral foi fundador do Partido PAIGC, Líder de luta de libertação nacional da Guiné-Bissau. Cunhado Luís Severino de Almeida Cabral foi o primeiro presidente da Guiné-Bissau assim ocupando o cargo de 1973 a 1980. Enteada Iva Cabral, cientista social que inspira gerações de académicos, gestores e ativistas. É Licenciada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, Brasil) e doutorada pela Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) com a tese “A Primeira Elite Colonial do Atlântico (Século XV-XVIII) ”. Integrou como historiadora e investigadora o projeto «Salvaguarda do Património Histórico da

África Contemporânea: O caso da luta de libertação nacional Guiné-Bissau e Cabo Verde» e o projeto da «História Geral de Cabo Verde». Exerceu a docência de História na Universidade de Cabo Verde. Foi membro do Conselho da Administração do Instituto de África Ocidental e Reitora da Universidade Lusófona de Cabo Verde. É membro do Conselho de Administração da Fundação Amílcar Cabral (FAC) em Cabo Verde, importante instituição que alberga o legado de Amílcar Cabral. Filha do Pai da Nação.

Tanta a família Cabral como Pereira fazem parte da construção histórica da Guiné-Bissau, então na tabela da segunda legislativa nome da Ana Maria Cabral e Carmem Pereira estão presentes como deputadas da nação, mas outro nome se destaca a Francisca Pereira

A tabela a seguir mostra a legislatura II da ANP no período monopartidário, onde o país vivia sobre a influência do único partido.

TABELA 7- LEGISLATURA II

1977/1984	Nome	Partido	Zona/ CE
Legislatura II	Ana Maria Cabral	PAIGC	Bafatá
	Satú Camará	PAIGC	Bafatá
	Sábado Gomes	PAIGC	Bissau
	Antequeta Cá	PAIGC	Bissau
	Carmen Pereira	PAIGC	Bissau
	Olga Santos Teixeira	PAIGC	Bissau
	Francisca Lucas pereira Gomes	PAIGC	Bolama Bijagós
	Maria Undugurá	PAIGC	Bolama Bijagós
	Cadí Cassamá	PAIGC	Região de Buba
	Satu Djassi	PAIGC	Região de Buba
	Indjai Sissé	PAIGC	Região de Cacheu
	Paulina Soares Cassamá	PAIGC	Região de Cacheu
	Mariama Tuncará	PAIGC	Região de Gabú
	Djancó Turé	PAIGC	Região de Gabú
	Linda Gunhi	PAIGC	Região de Oio

	Sábado Ie	PAIGC	Região de Tombali
	Seni N'Djai	PAIGC	Região de Tombali

Fonte: ANP (1984)

De acordo com a entrevista que eu fiz com a interlocutora Francisca Lucas Pereira Gomes, nascida na região de Bolama Bijagós em 1942, a sua família é originária de Bolama e Cacheu aos 17 anos, Francisca se juntou ao movimento de Libertação da Guiné-Bissau contra a colonização portuguesa, mais tarde tornou-se membro do partido PAIGC trabalhando como secretária do Partido na Guiné Conakry.

Em 1965, com apenas os estudos secundários, foi enviada para Kiev na Ex –URSS para cursar técnica de enfermagem, dois anos mais tarde, em 1967, Francisca assume o cargo de vice-diretora da escola Piloto em Conakry, um centro de formação criado pelas forças independentistas para acolher órfãos e refugiados da guerra na Guiné-Bissau, algum tempo depois é enviada para os territórios conquistados as forças colônias portuguesa. Durante alguns meses trabalhou como enfermeira no hospital do PAIGC em Ziguinchor no Senegal.

Entre 1970 e 1975, representou a ala feminina do PAIG em várias conferências, nomeadamente com a filósofa Ângela Davis que foi ativista dos Black Panthers. Após a independência da Guiné-Bissau, obtida em 1974, desempenhou vários cargos políticos. Em 1977 foi a única representante feminina em assuntos do Governo. Preside a câmara de Bolama a cidade em que nasceu, e de 1981 a 1988 foi presidente da União Democrática das mulheres da Guiné-Bissau (UDEMU).

Entre 1990 e 1994 foi ministra da mulher e da criança. Entretanto, em 1991 depois da abertura democrática Francisca foi ministra do interior, mas é obrigada a abdicar devido a uma rebelião militar que culmina numa guerra civil breve, mas violenta. Já em 2000 a 2002 ela foi nomeada Ministra de Estado encarregue dos assuntos políticos e da diplomacia.

Sobre a relação de parentesco Francisca Lucas Pereira Gomes, esposa de Liberato Gomes Ex-chefe de Protocolo da Presidência, era de Luís Cabral, PAIGC. Filha Djamila Gomes tornou-se administradora de Gabu, PAIGC, seu primo Tomás Barbosa Pereira foi ministro das Pescas, PAIGC, também outro primo Teobaldo Barbosa Pereira, Ex-ministro da função Pública foi presidente do PAIGC.

Na Guiné-Bissau, relação de família ultrapassa o espaço privado para público, essa relação se vincula com construção histórica do país o casamento é principal rede de manutenção desse poder, desta forma é normalizada essa transição do poder.

No trabalho de campo que desenvolvido em Bissau, questionadas sobre ter família num determinado espaço de poder, as interlocutoras não percebem isso como um problema, mas sim algo a vangloriar, “meu marido é ministro graças a Deus, meu filho também é deputado, meu pai é grande combatente da liberdade de pátria motivo por ter entrado na fileira da luta, meu sobrinho disse que quando crescer vai entrar no partido, (motivo de orgulho)” assim foram falas das mulheres que tive oportunidade de entrevistar.

TABELA 8- LEGISLATURA III

1984/1989	Nome	Partido	Zona/ CE
	Antequeta cá	PAIGC	Bissau
LEG III	Francisca Pereira	PAIGC	Bissau
	Fátima Fati	PAIGC	Bissau
	Silá Có	PAIGC	Bissau
	Genabú Baldé	PAIGC	Região de Bafatá
	Mariama Intchassó	PAIGC	Região de Bafatá
	Satú Camara	PAIGC	Região de Bafatá
	Aramatá Camara	PAIGC	Região de Biombo
	Belmira Alves Ié	PAIGC	Região de Biombo
	Sábado Gomes	PAIGC	Região de Biombo
	Dalo Daramé	PAIGC	Região de Gabú
	Indjai Sissé	PAIGC	Região de Cacheu
	Suzana Anibal Pereira	PAIGC	Região de Cacheu
	Heriqueta N'fada	PAIGC	Região de Oio
	Intchaga Lamba	PAIGC	Região de Oio
	Linda Gundji	PAIGC	Região de Oio
	Querna N'Jaque	PAIGC	Região de Oio
	Cadi Cassamá	PAIGC	Região de Quinará
	Francisca Váz	PAIGC	Região de Quinará
	Satú Djassi	PAIGC	Região de Quinará
	Carmem Pereira	PAIGC	Região de Tombali

	Sábado Ié	PAIGC	Região de Tombali
	Ulé Na Biontcha	PAIGC	Região de Tombali
	Julia Miranda	PAIGC	Bolama Bijagós
	Maria Uducuré	PAIGC	Bolama Bijagós

Fonte: ANP (1989)

Na terceira legislatura, alguns nomes também marcam destaques, a Francisca Váz, Carmem Pereira foi reeleita, Francisca Lucas Pereira também foi reeleita e Satú Camará. Em relação da família na política, Carlos Pereira reforça que, existem mulheres que se tornaram influentes no período colonial por serem luso-africana e se apoderaram de capital econômica do país fazendo comercio em rios Gâmbia e Serra Leoa nos anos 1670 e 1680, o caso foi da “Bibiana Vaz, e Mãe Aurélia Correia” essas mulheres pertenciam famílias tinham destacado socialmente na época como assimiladas reforça Carlos Pereira, Família Alvarenga, Vaz, Barreto e Nosolines (PEREIRA,2002, p.15).

Atualmente podemos encontrar esses sobrenomes ocupando lugares de destaque na política. Caso da Francisca Maria Monteiro e Silva Váz Turpin que se uniu que à família Turpin por vias matrimoniais, mas a sua família já fazia parte da classe dominante tradicional, essa união reforça a sua permanência no poder.

Para Mônica Goulart é importante perceber que “o sobrenome familiar permanece no campo, acumulando capitais, incorporando as regras de jogo, até a entrada do próximo membro, transferindo uma espécie de legitimidade na ocupação de posições” (GOULART,2016,246).

Acordo com dados fornecidos pela biográficas das mulheres africanas (2012), Francisca Maria Monteiro e Silva Vaz Turpin, apelidada de Zinha Vaz, nascida em Bissau 04 de outubro de 1952. Em 1972-1975- Fez curso superior de Ciências Educativas de Magistério Primária. 19880-1984 cursou Sociologia no Instituto Superior de Ciências e trabalho empresas Lisboa I.S.C.T.E. 1990-1993 fez Formação de Formadores de Administração Pública - Brasil - São Paulo, Fundação de Desenvolvimento Administrativo.

Zinha Vaz em 1969-1970 foi funcionária da Inspeção do Comércio Bancário em Bissau. 1971-1972 Escriturária nas Oficinas Navais – S.A.O. em Bissau 1975-1977 Professora Eventual do Ensino Primário, Escola D. Manuel I e Ensino Noturno, na escola Teixeira Pinto em Bissau. Professora Efetiva do Ensino Primário e Coordenadora na área de Psicopedagogia, nos cursos

de Monitores Escolares em Bissau. 1980-1984 Diretora do Externato Paços da Rainha e Professora do Ensino Básico, em Portugal.

Diretora do Externato D. Nuno Álvares Pereira, Almada – Portugal. 1985-1990 Tesoureira na Empresa petrolífera, Dicol LDA, em Bissau. Chefe da Seção de Pessoal na Empresa de Combustível e Lubrificantes da Guiné-Bissau, LDA - Dicol LDA, Bissau. Diretora Administrativa da Empresa de Combustíveis e Lubrificantes da Guiné-Bissau, LDA - Dicol. 1992-2002 Presidente da Associação das Mulheres de Atividade Económica da Guiné-Bissau – AMAE. Presidente do Conselho de Administração da Caixa de Poupança e Crédito “BAMBARAM. 1992 Membro Efetiva da Associação das Mulheres Afro-Americanas e Africanas, eleita no A.A.I. Em New York – Estados Unidos da América. 1993 Membro fundadora da AFAO - Associação das Mulheres da África Ocidental.

A União Patriótica da Guiné foi o primeiro partido na Guiné-Bissau fundado por uma mulher. A União Patriótica da Guiné concorreu nas eleições parlamentares de 2008, mas não conseguiu obter nenhum assento, obtendo 0,61% do total de votos. Zinha Vaz foi a candidata do partido às eleições presidenciais de 2009, terminando em nono lugar em onze.

Em 1994-1999 Zinha Vaz foi deputada da Nação pelo Círculo 24 no Sector Autónomo de Bissau e membro da comissão Permanente da Assembleia Nacional Popular. Secretária Nacional da Comissão Ad-hoc da Mulher e Criança. Membro da Comissão de Boa Vontade da ANP 1999 Presidente da câmara Municipal de Bissau 2000 Reeleita deputada da Nação para o Círculo 06 Região de Oio em Farim, 2000 Ministra de Estado, Conselheira para os Assuntos Políticos e Diplomáticos do Presidente da República – fevereiro 2000 a fevereiro 2001. Consultante em várias Organizações da Sociedade Civil na matéria de Género.

Sobre a relação de parentesco, podemos ver que a Francisca Vaz, Turpin, é a filha de João Vaz que participou diretamente na luta de libertação nacional pelo partido PAIGC, o seu marido Joseph Turpin foi nomeado ministro em 1994 pelo PAIGC, o seu irmão Fernando Vaz- (Secretário de Estado dos Transportes) e o seu primo Herder Lopes Vaz- (Ministro da economia e desenvolvimento regional, o cunhado é Elsée Turpin grande líder e uns dos fundadores do Partido PAIGC, cunhada Cati Turpin umas das fundadoras da UDEMU e membro do Partido PAIGC.

A família Turpin e Família Vaz criaram laços matrimônios durante anos formando uma aliança na esfera política. Atualmente a Francisca se separou com Joseph, mas o sobrenome se manteve como uma forma de identificação. Essas informações foram obtidas pelo documento impresso conseguido por meu primo na sede do Partido.

No que diz respeito à esfera da família, o casamento se mostra como ponto chave para garantir a “força e a longa duração do sobrenome no campo político, uma vez que ordena a regularidade nas escolhas matrimoniais e define a identidade do grupo (CANÊDO,2011,67)

A tabela a seguir é no período de multipartidarismo onde já podemos encontrar mais partidos no campo política, porém o PAIGC ainda domina.

TABELA 9- LEGISLATIVA V

1994/2000	Nome	Partido	Zona/CE
LEG- V	Nharabate Nancaia Intchasso	PAIGC	CE nº 02- região de Tombali
	Teodora Inácia Gomes	PAIGC	CE nº04- Região de Quinara
	Satú Djassi	PAIGC	CE nº07- Região de Oio
	Maria Indafa Cubala	RGB	CE nº08- Região de Oio
MULTIPARTIDÁRIO	Mai Cisse	PAIGC	CE nº28- Bissau
	Martina Moreira Moniz Nanfantchamna	PRS	CE nº25- Bissau
	Francisca Pereira	PAIGC	CE- 09 Região de Biombo
	Satú Camará Pinto	PAIGC	CE nº-12 região de Bafatá
	Mariana Gomes Semedo	PAIGC	CE nº-24- Bissau
	Fatima Fati	PAIGC	CE nº27 Bissau

Fonte: ANP (2000)

Na abertura democrática vamos encontrar mulheres que foram reeleitas, exemplo da Francisca Pereira e outros perfis que vem surgindo e ganhando destaque no campo político. Caso da Teodora Inácia Gomes e Satú camará Pinto, que são mulheres antigas combatentes da liberdade da pátria, membros do PAIGC que se ingressaram na política pós-independência.

Teodora Inácia Gomes, umas das combatentes da liberdade da pátria que ainda se encontra viva com 78 anos, na minha viagem para Bissau com objetivo de entrevistar as

mulheres que fazem parte da construção da emancipação da Guiné-Bissau. Tive oportunidade desenvolver entrevista com ela, foi minha primeira interlocutora. Pensei que ia ser difícil ter acesso a ela devido seu status sócias, mas a nossa conversa fluiu naturalmente como um *djumbai* sobre a sua participação na luta armada. Teodora Inácia Gomes nasceu em 13 de setembro de 1944, em Empada, região de quinará, sul da Guiné-Bissau. Filha de Inácio Pedro Gomes, de Bissau, de etnia Manjaca e de Nhanha da Silva, de etnia Bijagó, Teodora foi educada de acordo com valores da cultura cristã e professava a religião católica tal como todos os membros da sua família.

Ainda muito jovem, o seu pai foi para Portugal, cidade do Porto, levado por um amigo do avô paterno que lhe tinha garantido instrução e formação na “metrópole”. Homem de grande prestígio, Inácio Pedro Gomes foi dos poucos africanos que tinham recebido uma educação com moldes ocidentais e que tinha tido a possibilidade de estudar fora da colónia. Exerceu diversos cargos de prestígio na Guiné colonial, entre os quais o de Juiz dos “indígenas” em Bolama, nos anos quarenta do século vinte.

Conheceu diversos nacionalistas ainda antes da criação do PAIGC, nomeadamente Rafael Barbosa e colaborou de perto com Amílcar Cabral na fase da organização da luta anticolonial e mesmo nos primeiros anos da ação armada. Teve importantes contatos com o Partido Comunista Português, organização política que combatia o regime fascista em Portugal e aliado dos movimentos nacionalistas das então colónias. No seu depoimento, Teodora sublinha a importância que a relação com seu pai teve na sua formação política, tendo sido ele o responsável pela sua mobilização para a luta armada, em 1962, aos 18 anos de idade.

A mãe de Teodora Inácia Gomes, Nhanha da Silva, pertencia à etnia Bijagó, cuja organização social é fundamentalmente de tipo matriarcal. Era doméstica. Casou com o pai em segundas núpcias e tiveram quatro filhos. Tal como o marido, Nhanha militava no PAIGC e juntos participaram na luta armada, tendo dado auxílio a muitos dos combatentes que transitavam de Conacri para as zonas de guerra. Sendo uma família poligâmica, a relação entre mães e filhos pressupunha não apenas o cuidado dos filhos de sangue como também dos filhos das outras esposas. No caso concreto de Teodora, a figura materna não era apenas a da sua mãe de sangue; verificava-se uma convivência materna entre ela e as outras esposas do pai, as “madrastas”. (GOMES, 2015, p.16)

Em 1964, já nas fileiras do PAIGC e após a morte do pai, Teodora recebeu uma bolsa de estudo para Kiev, Ucrânia, na então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas-URSS. Desiludida com a forma como o pai fora assassinado e de como estava sendo conduzido o processo de independência, concordou em ir para a ex-União Soviética estudar como forma de se “afastar” das atividades da luta. Na diáspora, como estudante do PAIGC em Kiev, Teodora teve a oportunidade de participar em movimentos sociais, em particular juvenis e contribuiu para desenvolver atividades políticas difundindo os ideais e objetivos do movimento de libertação e da luta armada junto das organizações juvenis e movimentos femininos. (GOMES,2015, p.16)

Em 1966, Teodora Volta para Conacri onde manteve as suas atividades como professora no Jardim Escola de Ratoma (Instituto Amizade) em 1969 é nomeada como diretora desta escola tendo exercido estas funções até 1971. Depois da Independência da Guiné-Bissau Teodora foi deputada na Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau pelo Partido PAIGC.

Ativista pelo direito das mulheres Teodora participou da aprovação, na assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau da lei contra a mutilação dos órgãos genitais femininos além desta lei, ela apresentou e defendeu as leis sobre selos de combatentes da liberdade da Pátria, a lei sobre saúde reprodutiva, a lei sobre tráficos de menores, a lei sobre o planeamento familiar e a lei sobre a violência contra as mulheres. Atualmente ela participa da ONG que trabalha na sensibilização dos partidos políticos para aumento do número de mulheres nos vários órgãos de governo.

Sobre relações familiares Teodora, filha de Pedro Gomes Combatente da Liberdade de Pátria, Representantes da população Local/ Membro do PAIGC –Falecido a sua irmã Joana Gomes- Ex: Combatente e enfermeira da linha de frente da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde- PAIGC e o seu primo Fidelis Cabral D’Almada foi Ministro da Justiça, PAIGC. A Teodora não é casada e não tem filhos.

A tabela a seguir, mostra que as mulheres são reeleitas em maiorias das vezes fazem parte do partido PAIGC. Caso da Teodora Inácia Gomes, Francisca Vaz Turpin, Satú Camará Pinto temos outra figura que foi destacada nas listas de deputadas, Adjá Satu Camará.

TABELA 10- LEGISLATIVA VI

2000/2004	Nome	Partido	Zona/Ce
LEG- VI	Filomena Lopes	PRS	CE nº01 Região de Tombali
	Sona Mané	PRS	CE nº02 Região de Tombali
	Nharaate Nancaia Intchasso	PAIGC	CE nº02 Região de Tomabali
	Teodora Inácia Gomes	PAIGC	CE nº03 Região de Quinará
	Francisca Maria Monteiro Vaz Turpin	RGB	CE nº06 Região de Oio
	Satú câmara Pinto	PAIGC	CE nº27 Bissau
	Maria Gomes	RGB	CE nº27 Bissau
	Nhima Sissé	PAIGC	CE nº27 Bissau

Fonte: ANP (2004)

De acordo com estudos sobre a biografias das mulheres africanas feita na Universidade UFRGC Adja Satu Camará Pinto Filha de Mamadú Camará e de Mariama Sambú, nasceu na Aldeia de N'Tuhana, Sector de Buba, Região de Quínara. Sob a influência de seu pai, activista, integrou nas fileiras do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e da luta de libertação nacional em 1962.

Durante a guerra de libertação, Adja Pinto seguiu uma preparação militar em Gana (1964) e um curso de enfermagem, como enfermeira auxiliar para a frente de combate na URSS (1965). Depois do treinamento, foi responsável de saúde: da frente Leste (1965-1967); em Koundara na Guiné-Conakry em colaboração com o escritório do PAIGC (1967-1968) em Quitafine na frente Sud (1968-1969; 1970-1971). Também foi nomeada coordenadora de internato do Instituto da Amizade (« Titina Silá ») em Campada (1969-1970) e empregada no hospital da zona 7 (1972-1974).

Em 1974, após a proclamação da Independência da República da Guiné-Bissau, foi nomeada Chefe de serviço de saúde do hospital Bafatá durante muitos anos. Aos poucos, passou a exercer grande influência na vida política do país. Foi sucessivamente governadora da região de Bafatá (1985-1990), de Cacheu (1990) e de Gabú (1997-1999). Foi deputada da nação na primeira legislatura multipartidária (1994-1999) e foi eleita primeira vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (2004-2008). Adja Satú Camará Pinto entrou no governo pela primeira e única vez como Ministra do Interior de 2009 a 2010 antes de ser nomeada Chefe da Casa Civil do Presidente da República – Malam Bacai « Mambas » Sanhá em 2010.

Em 2016, Adja Pinto deixou o PAIGC. No ano seguinte, em 2017, foi a primeira mulher Bissau-guineense a obter o grau de General. Juntou-se ao Movimento de alternância democrática-Grupo 15 em 2018, com o qual foi eleita segunda vice-presidente da Assembleia Nacional Popular (2019). Em 2020 foi nomeada quarta vice-Presidente da Mesa Parlamentar da CEDEAO (2020).

A trajetória política da Adjá Satu Camara mostra o outro lado da inclusão das mulheres na política através da influência do movimento da luta de libertação nacional. Desde já que o seu pai Mamadu Camará foi antigo combatente da liberdade de pátria.

TABELA 11- LEGISLATURA IX

2014/2019	Nome	Partido	Zona/CE
LEG- IX	Dan Ialá Canha Barancão	PAIGC	CE nº01 Região de Tombali
	Adja Satú Camará Pinto	PAIGC	CE nº03 Região de Tombali
	Sali Cassamá	PAIGC	CE nº03 Região de Quinará
	Isabel Mendes Buscradini	PAIGC	CE nº12 Região de Bafatá
	Matilde Indequê	PAIGC	CE nº13 Região de Oio
	Anha Baldé	PAIGC	CE nº24 Bissau
	Aba Serra	PAIGC	CE nº26 Bissau
	Teresa Sanca N'Doi	PAIGC	CE nº24 Bissau
	Isael M. Cassimiro Gomes	PAIGC	CE nº26 Bissau
	Salimata Cassamá	PAIGC	CE nº26 Bissau
	Maria Paula Costa Pereira	PAIGC	CE nº27 Bissau
	Maria AuroraA. S Sanhá	PAIGC	CE nº27 Bissau
	Maria Odete Costa Semedo	PAIGC	CE nº27 Bissau

Fonte: ANP (2019)

A tabela a seguir mostra relação de família/ parentesco na política guineense através de sobrenomes pertencentes a classe dominante tradicional que dedicamos espaço teórico para compreender, essa relação que de uma forma naturaliza se perpetua na construção histórica do país devido posse de diferentes capitais adquiridas com a implementação de regime da assimilação no país pelo império português que de uma forma eficaz contribui para ascensão dessa classe que vem renovando através de transmissão dos capitais hereditariamente por gerações.

TABELA 12- RELAÇÃO DE FAMÍLIA/ PARENTESCO NA POLÍTICA GUINEENSE

NOME	PARENTES/ FAMÍLIAS	CARGOS POLÍTICOS	FILIAÇÃO PARTIDARIA
Francisca Vaz Turpin	Pai: João Vaz: Antigo Combatente de liberdade de Pátria (PAIGC) Marido: Joseh Turpin- foi ministro 1994 (PAIGC) Irmão Fernando Vaz- (Secretário de Estado dos Transportes). Primo: Herder Lopes Vaz- (Ministro da economia e desenvolvimento regional. Cunhado: Elysée Turpin (grande líder e uns dos fundadores do partido PAIGC		
Carmen Maria Pereira	Pai e marido antigo combatente de liberdade de pátria (PAIGC) 1973		
Ana Maria Cabral	Marido: Amílcar Lopes Cabral (fundador de PAIGC e líder de libertação nacional de Guiné e Cabo Verde (1945) Cunhado: Luís Severino de Almeida Cabral- primeiro presidente da Guiné-Bissau depois de independência também foi presidente de Cabo Verde Enteada: Iva Cabral: presidente da Fundação Cabral A linhagem da família é da elite tradicional Bissau Guineense e cabo-verdiana, desde 1945		
Francisca Pereira Gomes	Marido: Liberato Gomes, ex. Chefe de Protocolo da Presidência, era de Luis Cabral, PAIGC Filha: Djamila Gomes, Administradora de Gabu, PAIGC Primo: Tomas Barbosa, ex Ministro das Pescas, PAIGC, atualmente MADEM G15 Primo: Teobaldo Barbosa, ex Ministro da Função Pública, foi Presidente do PAIGC		
Teodora Inácia Gomes	Pai: Pedro Gomes Combatente da Liberdade de Pátria, Representantes da população Local Membro do PAIGC –Falecido Irma: Joana Gomes- Ex: Combatente e enfermeira da linha de frente da luta pela independência da Guiné e Cabo Verde- PAIGC Primo: Fidelis Cabral D’Almada, ex Ministro da Justiça, PAIGC		

Isabel Manuel Kássimo	Filha de Manuel Kássimo Gomes membro político de PAIGC, 1973-2014 Mãe Joana Djalo membro de Biro político de PAIGC e membro da UDEMU 1997 Marido> Presidente da Cp. De base de PAIGC na secção de SV Paulo 2000/2019 Meu filho e Membro da Secretariado da JACC do PAIGC
-----------------------	---

Analisando perfis das mulheres da ANP, também pode se encontrar as deputadas que não tem vínculo familiar com a política forma eleitas através das suas trajetórias políticas e nos movimentos sócias. Nessa legislatura podemos encontrar duas figuras com trajetória diferentes a primeira é a Maria Odete Costa Semedo, além de participar na política ela dedica os seus tempos com a educação (sendo professora ou diretora) sem vínculo familiar na política, Odete se ingressou através dos movimentos sociais que luta pela equidade na política, depois afiliou ao partido político.

De acordo com informação obtida pelo Templo Cultural Delfos (2013), Maria Odete Costa Soares Costa, nasceu em Bissau 7 de novembro de 1959. Cientista social reconhecida pela sua produção acadêmica, mas também por altas funções de Estado e do Parlamento já ocupadas no seu país de origem, Guiné-Bissau assim como pelo o seu ativismo em defesa da democracia e do Estado de Direito.

Doutora em Letras (Literaturas de Língua Portuguesa) pela (PUC-MINAS, Brasil em 2006, com formação anterior na área de Educação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 1989/1990 fez Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas, Variante de Estudos Portugueses, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, a sua trajetória e filiação profissional é de investigadora Sênior Permanente do I instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), em que atua como Coordenadora da Série Palavras de Mulher, estudo biográfico de mulheres que participaram na Luta de Libertação Nacional da Guiné-Bissau. Foi diretora da Escola Nacional Superior Tchigo- Té, exerceu ali ao mesmo tempo suas atividades de professora.

Em 1995, foi diretora do Ensino da Guiné, Presidente da Comissão Nacional para a Unesco-Bissau, ministra da Educação de seu país entre 1997 e Ministra da Saúde, entre 2004 e 2005. Entre suas altas funções de Estado e no parlamento destacam-se o Mandato de Deputada

da Nação, Ministra de Administração Territorial e Gestão Eleitoral – Ministra da Educação e Presidente da Comissão Nacional da UNESCO – Guiné-Bissau –Reitora da Universidade Amílcar Cabral, Ministra da Saúde; Ministra da Educação Nacional e Presidente da Comissão Nacional da UNESCO Guiné-Bissau.

A segunda é a Antonieta Rosa Gomes, que de acordo com a entrevista dada à Rádio Televisão RTP (2010), nasceu no Capital da Guiné-Bissau no dia 04 de maio de 1959. Graduada em Direito com especialização na área política administrativa e financeira, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (1987), Mestrado em Direito de Estado pela mesma Universidade (1994) e Doutorado em Estudos Africanos pelo ISCTE (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) (2016).

É investigadora associada do Centro de Estudos Internacionais (CEI-IUL); tendo sido também investigadora do Centro de Investigação em Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança (2012-2017) e professora regente da Faculdade de Direito de Bissau (1995-1997). Membro do Conselho Superior da Magistratura do Ministério Público, na qualidade de jurista (1997 a 2000).

Antonieta Rosa Gomes é a fundadora e líder do Fórum Cívico Guineense-Social Democracia (FCG-SD), foi a primeira mulher guineense a liderar um partido político na GuinéBissau. Em relação a cargos na política, foi Ministra da Justiça (2000-2001) e Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional, durante a presidência de Kumba Yalá, também foi presidente da Assembleia da Federação das Mulheres da Guiné-Bissau.

Antonieta não participou do processo da Luta de libertação de Guiné-Bissau, não está vinculada a PAIGC e não tem família vinculada à política.

4- QUARTO CAPITULO

4.1 Narrativas, relatos e experiências das mulheres do PAIGC

Este capítulo é feito de narrativas, relatos e experiências das minhas interlocutoras em Bissau, principalmente as mulheres do partido PAIGC que fazem parte da construção histórica e política guineense, atualmente ocupam lugares de destaque no país.

As mulheres escolhidas por mim, na minha viagem em Bissau tinham características comuns nas suas trajetórias, pois das 12 entrevistadas 06 estiveram no processo da luta de libertação nacional da Guiné-Bissau, 4 participaram nesse processo ainda criança, com incentivos familiares e outras já na fase jovem.

Ter essa oportunidade de reescrever as trajetórias dessas mulheres que por sua vez utilizaram da oralidade para narrar um contexto histórico e político sobre a emancipação do país que de certa forma ajudou a consolidação de lugar da mulher na sociedade guineense, é uma experiência importante no meu percurso acadêmico.

Com objetivo de analisar aspectos biográficos de vida de algumas mulheres do PAIGC, e dos vínculos com o processo histórico específico da Guiné-Bissau. O método analítico, são conversas e entrevistas realizadas com elas, onde pode constar informações das suas histórias de vida e suas trajetórias na política depois da independência, a partir das entrevistas busquei explorar vínculos dessas mulheres com a movimento nacionalistas, experiências privadas que não se encontra disponível no manual político e as relações familiares em determinante do objeto da pesquisa em questão, assim, ressaltos locais de nascimentos, casamento, filhos, formações, viagens, origem e experiências educacionais, etc. vão aparecer nas histórias dessas mulheres motivos da inserção na luta, experiência dentro da luta, experiência no partido atualmente e relação de gênero no partido.

Todavia, o que eu proponho neste capítulo é um ponto de partida importante, pois estamos querendo denominar essas mulheres. Quem são essas mulheres encarregadas de representar a consciência coletiva, a que família elas pertencem? A família é um fator determinante na ascensão do poder político? Suas trajetórias políticas.

Em termos conceituais Suely Kofes (1994), serviu de guia para compreensão das histórias de vidas.

De acordo com Kofes (1994)

As histórias de vida são como fontes de informação (falam de uma experiência que ultrapassa o sujeito que relata); como evocação (transmitem a dimensão subjetiva e interpretativa do sujeito); como reflexão (contêm uma análise sobre a experiência vivida). A tripla dimensão da história de vida permite combinar análises que levam em conta as objetividades e subjetividades (KOFES, 1994, p.120).

Neste trabalho, a organização das trajetórias das interlocutoras não pretende seguir um roteiro cronológicos dos fatos, ou seja, do nascimento, infância à velhice, pretendendo analisar fatores comuns em suas vidas e suas trajetórias políticas, como mulheres que de uma certa forma criaram mudanças, no que diz respeito às lutas pela equidade de gênero na política guineense.

É importante realçar que: ainda que os índices a serem explorados nas trajetórias de vida das interlocutoras não são unânimes na compreensão de alguns fatos sócias guineenses ou na vida dessas mulheres entrevistadas, cada interlocutora narrou a sua experiência, uns mais minutos de que as outras, mas isso não tira um fato em comum, que todas as mulheres desempenharam funções maternas nesse percurso mostrando o papel social atribuída ao componente feminino na sociedade guineense, não menos importante compreender as influências dessas mulheres como figuras representativas na política.

As mulheres escolhidas fazem parte do PAIGC, pertencem ao grupo das mulheres que lutam pelo estatuto das mulheres, defendem interesses partidários desde processo embrionário no partido, algumas são ex-combatentes da liberdade da pátria, outras acompanharam o processo da evolução democrática do país.

Consta-se que as trajetórias dessas mulheres são meramente trazidas como pauta para discussões na sociedade guineense, ou seja, são encontradas poucas bibliografias que discutem o assunto em específicos, entretanto não pretendo narrar todas as trajetórias das interlocutoras, antes e depois da independência e suas influências em gerações atuais. De uma forma sintetizada, os relatos com características objetivas do trabalho são o foco principal.

Dessa forma, reafirmo que, não estou procurando verdades e não verdades nas falas das interlocutoras, mas sim uma forma de criar fundamentos sobre essas narrativas e experiências de um processo que envolve as memórias individuais e coletivas sobre a luta de libertação nacional. Foram escolhidas 6 interlocutoras das 12 entrevistadas que têm contato fortemente com partido ocupando lugares de destaques como figuras referenciadas no PAIGC.

Bilony Nhama Nantamba Nhassé “minha missão é defender o nosso partido”

A entrevista feita com Bilony foi a terceira entrevista realizada durante o campo, aconteceu no dia 13 de janeiro de 2022 na sala de exposição, o primeiro contato que tive com a minha interlocutora foi por via de terceiro, o Braima, responsável de cuidar dos assuntos informativos sobre membros partidários que me ajudou bastante nessa missão. Bilony foi perceptível a ideia de ser entrevistada sobre sua trajetória, sentiu-se à vontade em conversar comigo.

Na sala de exposição Bilony começou a me tratar com carinho, assim me apelidando de futuro do nosso país. Bilony é uma mulher sensível, com olhar esperançoso e orgulhoso da sua trajetória de vida e do seu processo na luta pela libertação nacional. Como é obrigatoriedade científica tive meu diário de campo ao lado e meu celular caso a minha interlocutora se conscientize com a gravação, como foi o caso. A nossa conversa teve duração de 45 minutos devido à agenda pessoal dela, fiz questão de explicar os motivos de ter direcionado o trabalho de campo para Guiné-Bissau, que é devido poucas matérias disponíveis para facilitação da pesquisa desde modo, informei a minha formação, meus objetos de pesquisa e minha instituição de ensino superior, ou seja, de uma forma resumida quem sou eu. Depois dessa conversa começamos a gravação.

Um traço marcante na personalidade da Bilony, diferente das demais, é o tom de voz baixo e a paciência em repetir as frases que não escutei bem, assim para que tudo pudesse estar claro. A primeira questão lançada é sobre a sua participação na Luta Armada da Libertação Nacional da Guiné-Bissau contra o domínio do império português e se ela teve essa oportunidade de conhecer o grande líder Amílcar Cabral?

Bilony Nhama Nantamba Nhassé, nascida em 15 de julho de 1960 no setor de

Bambadinca pertencente a região de Bafatá, membro do Bureau político do PAIGC, Secretaria Geral da UDEMU, formada na Antiga União Soviética no curso de engenharia da mecanização agricultura, licenciada em administração e gestão empresarial pela Universidade Lusófona.

Nas nossas conversas, ela me perguntou se conhecia a tia Carmem Pereira? (Tia-referenciado o respeito com ela pois, não têm o mesmo laço sanguíneo). Responde que sim, uma grande heroína da luta armada. Ela continuou,

A tia Carmem influenciou diretamente na minha entrada no partido PAIGC. Era uma criança inquieta sempre dizia a minha mãe”. Estava perambulando nas ruas quando a Tia Carmem me perguntou, conheces Francisca Pereira? Logo disse para ela, posso te levar para casa dela. Essa trajetória mudou completamente a minha vida (Bilony Nhama Nantamba Nhassé, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2022)

Diz a interlocutora, que na volta para sua casa, Carmem lhe perguntou se frequentava escola; respondeu que não, então ela disse “vou avisar a sua mãe, amanhã vamos te levar” Carmem Pereira participava ativamente nas recrutas das meninas que não tinha formação acadêmica principalmente as filhas de combatentes.

Reforça Nhama Mané

Dia seguinte a minha mãe relutou um pouco porque, meu pai estava na linha de frente das batalhas, mas por fim ela aceitou, fui levada para acampamento de Humberto Gomes e Tagmi Na Waie, depois de passar algum tempo, fui encaminhada para acampamento da tia Carmem, depois enviada para internato Areolino da Cruz para começar a estudar, chegando no orfanato conheci o grande líder Amílcar Cabral que privilegiavam as camadas femininas no ensino, porque academicamente as mulheres tinham nível mais baixo em relação aos homens e Cabral colocou a regra de quem empenhar mais pode pular de classe assim para que pudesse receber formação superior nos países que tinham cooperação com Guiné-Bissau (Bilony Nhama Nantamba Nhassé, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2022)

A fala da interlocutora deixa claro a preocupação que Cabral tinha com a alfabetização das meninas, tendo em conta desigualdade no ensino que era notável como descrevi anteriormente, por isso, tinha a escola piloto criada com a intenção de alfabetização em massa construída em Conacri depois transferida para Guiné-Bissau.

Bilony visitou Gâmbia, Senegal e Mauritânia no comando do partido, depois regressou para Conacri em 1973. A interlocutora fez ressalvo da data 20 de janeiro como dia que marcou a sua vida. “Me lembro bem, estava na escola piloto fazendo nossa corrida matinal quando chamaram formação para anunciar assassinato de grande líder, Amílcar Cabral”. Cabral foi

morto pelas pessoas que não concordavam com suas ideias. A interlocutora interrompeu a entrevista, pois estava muito emocionada ao lembrar desse episódio dolorida da sua vida. Mais tranquila ela continuou “ não gostaria que fosse desse jeito, mas isso mexe comigo” porque Cabral foi um bom homem, nos ajudou bastante “A fala de Bilony mostra a importância de Cabral nesse processo e como sua morte afeta as pessoas que fizeram parte da emancipação da Guiné-Bissau (Bilony Nhama Nantamba Nhassé, entrevista realizada em Bissau, janeiro de 2022).

Em relação à trajetória acadêmica e política depois da independência em 1974, Bilony regressou para Guiné-Bissau a fim de dar a sua contribuição na área agrícola, ficou no lar feminina fundada pelo Partido PAIGC, depois ela foi transferida para Bolama em 2006 regressou para Bissau assumiu a função de Diretora Geral de agricultura na região de Quinara, em 2013 fez parte do Governo de Simões Pereira como Ministra da Segurança da Mulher, Família e Coesão Social, consequentemente em 2017 Secretária geral da UDEMU cargo desempenhada por ela hoje.

Mulheres como Bilony Nhama Nantamba Nhassé teve suas trajetórias marcadas pela luta da libertação nacional e o partido PAIGC sob liderança do Amílcar Cabral, hoje em dia estão presentes nesse partido desempenhando funções elaboradas pelo desenvolvimento do Partido no país.

Francisca Lucas Pereira “sou uma mulher que nasceu para mandar”

Minha visita na Sede do partido criou em mim desejos de entrevistar grandes figuras do PAIGC, as renomadas antigas combatentes. Pensando positivamente, perguntei ao Braima se poderia me garantir entrevista com Francisca Lucas Pereira, ele respondeu que sim, entusiasmada cheguei na sede do PAIGC mais cedo do que normalmente às 7:30 já estava na porta à espera do porteiro, rotineiramente começou a circulação das pessoas na Sede, nem dei conta, passei a Francisca e fui diretamente na sala dela esperar por ela. Devagarinho a porta se abriu uma senhora de idade entrou me cumprimentando “minha filha como podes notar já estou velha a nossa entrevista tem que ser mais rápida” disse ela em voz baixo, logo fui na direção dela para ajudar a chegar na sua mesa.

Usei do mesmo instrumento que fiz com a Bilony, apresentei-me e depois perguntei sobre a sua trajetória na luta de libertação nacional. Ao contrário da Bilony, Francisca tinha participado diretamente na luta de libertação nacional estando na linha de frente, desempenhando funções designadas pelo partido.

Francisca Lucas Pereira Gomes, nascida na região de Bolama Bijagós em 1942, a sua família é originária de Bolama e Cacheu aos 17 anos Francisca juntou-se ao movimento de Libertação da Guiné-Bissau contra a colonização portuguesa, mais tarde tornou-se membro do partido PAIGC trabalhando como secretária do Partido na Guiné Conakry.

Em 1965, com apenas os estudos secundários, foi enviada para Kiev na Ex –URSS para cursar técnica de enfermagem, dois anos mais tarde, em 1967, Francisca assume o cargo de vice-diretora da escola Piloto em Conakry, um centro de formação criado pelas forças independentistas para acolher órfãos e refugiados da guerra na Guiné-Bissau, algum tempo depois é enviada para os territórios conquistados as forças colônias portuguesa. Durante alguns meses trabalhou como enfermeira no hospital do PAIGC em Ziguinchor no Senegal.

Crescida na região de Bolama, para sobreviver Francisca trabalhava com a sua mãe lavando roupas, com o passar do tempo, ela foi levada para Bissau estudar primeira classe na escola José de Sousa, terminando a quarta classe foi para Guiné- Conacri se formar. Nesse período ela teve um encontro com Aristide Pereira que lhe convidou para participar no partido PAIGC como membro das finanças. Posteriormente Francisca casou-se com Armando Ramos, “um bom homem e um bom combatente”, de acordo com a minha interlocutora.

Trabalhando no partido fui escolhida para levar grupo de trinta mulheres para Antiga União Soviética e Carmen levou 20 totalizando 50 meninas para formação. 30 de setembro assumi escola piloto como vice-diretora. Educava as meninas com rigor. Cabral me chamou atenção em relação a isso, temos que cuidar dessas crianças porque, os seus pais deram a vida para liberdade da Guiné-Bissau essas crianças vão ser as pessoas que vão construir nosso país, diz (Francisca Lucas Pereira, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2021)

Para a interlocutora, Amílcar Cabral promovia debates cujo o tema é compreensão das riquezas que a Guiné-Bissau possuía, estas riquezas ajudariam no seu desenvolvimento econômico, desta forma o país não precisaria de ajudas humanitárias para suprir necessidades da sua população. Francisca ressalta, mas “com a morte de Cabral as palavras dele viraram cinzas hoje digo infelizmente não fomos capazes de mudar essa terra, mas tentamos na medida

possível, agora cabe vocês retornarem para criar mudanças positivas” (Francisca Lucas Pereira, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2022).

No decorrer da entrevista com a minha interlocutora sobre a UDEMU, ela respondeu que Amílcar teve iniciativa de organizar projeto da UDEMU, ação que levou a criação da União. 30 de julho em Conacri.

Ressalta Francisca Lucas Pereira:

Criamos UDEMU na Gam da Costa onde não teve uma sala especial, sentamos na mesa eu, Irete Da Costa que foi designada para ser Presidente da UDEMU, Catrine Turpin Secretaria de Relações Exterior. No decorrer do processo da UDEMU participamos em diferentes conferências sobre o estatuto das mulheres na antiga União Soviética, outra em Darussalam, então somos membros fundadores da pan-africanas das mulheres. Na Argélia a nossa luta era prioridade das mulheres. Hoje a Assembleia aprovou a lei da equidade e porque lutamos por isso, o nosso objetivo é estimular as mulheres a participar ativamente na política (Francisca Lucas Pereira, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2022)

Para a interlocutora, a maioria das dificuldades passadas dentro do partido, sobretudo na sociedade africana onde o direito das mulheres é fragilizado, é relação de gênero que afetou de forma direto no seu casamento, que de acordo com ela, “sou aquela pessoa que quer mostrar, que quer mandar e dar opiniões. Não é todo homem que aceita isso, por isso, incentivei minhas filhas a estudarem muito para não passarem por isso” a escola serviria de guia para meninas não sofrerem abusos por terem dependência financeira dos seus maridos (Francisca Lucas Pereira, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2022)

A fala da minha interlocutora mostra que essa responsabilidade dada às mulheres como figura responsável pela prosperidade da família nos faz pensar que, mulher mesmo tendo nível de formação, de status sociais, pertencendo a classe dominante não tira o fato de ter que assumir as responsabilidades de educação dos filhos, tarefas domésticas e cuidados para com seu marido.

Nhama Mané “Partido me socorreu de casamento forçado”

Eram às 11h do dia 15 de janeiro de 2019, cheguei no Centro da cidade de Bissau, concretamente na sede do PAIGC para mais um dia de entrevista com as interlocutoras da pesquisa. Diferente da entrevista da Francisca, da Teodora Inácia Gomes, sobre Nhama Mané não tinha conhecimento da sua participação no processo da luta, esses casos são mais frequentes

com as mulheres das zonas rurais que conseqüentemente ficam às margens desse processo. A Nhama Mané me recebeu na sala de exposição onde lhe cumprimentei pedindo entrevista que foi concedida no mesmo dia. Fiz o mesmo procedimento das entrevistas anteriores, me apresentei e pedi o consentimento para gravação.

Quando questionada sobre a luta da libertação armada, Nhama afirma que entrou ainda criança e que foi influenciada pelo país sabendo que tinha uma obrigação moral de participar desse processo.

Se comparamos os demais relatos das outras interlocutoras da pesquisa, mesma não sendo escolhida para este capítulo, é possível afirmar que o motivo da participação na luta armada vai depender de muitos fatores como, a localidade das interlocutoras, condições sócias, a inserção da família ou parentes na luta a mobilização e outros queria ter oportunidade de estudar. Em relação a Nhama toda a família ela esteve nesse processo da luta de libertação nacional onde ela vai narrando citando nomes dos familiares.

Nhama Mané nascida na região de Tombali na *tabanka* de kham onde morava toda a família dela que entraram na luta pelo processo da mobilização das populações, de acordo com interlocutora o processo não foi difícil explicou; “na nossa região, meu avô Bacar Djassi aceitou, meu irmão também, meu pai Bambo Mané, meu tio Bacai Sanhá pai do Malam Bacai Sanhá Júnior, ex Presidente da República, minha avó Sali Correia” (Nhama Mané, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2022)

Pode-se notar que a presença familiar de Nhama Mané na luta serviu-lhe de incentivo sobre a necessidade de libertação do país sobre o domínio português, mas a trajetória dela estava repleta das violências do colonialismo.

De acordo com Nhama Mane

Infelizmente a maioria da minha família foram raptados pela tropa portuguesa e foram mortos depois de 23 de janeiro houve grande bombardeamento na minha tabanka resultando em muitas mortes. Os portugueses faziam reconhecimento para poder fazer bombardeamento depois, mas o senhor Zé sanha sempre nos alertava do possível atentados. Ressaltando que, a guerra não me traz lembranças positivas porque perdi muito, mas compreendo que eram necessárias essas perdas para que o país fosse libertado ((Nhama Mané, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2022)

A interlocutora relata, que no período da luta muitas pessoas passaram fome devido medo de ir plantar arroz e não voltar mais, mas durante esse período tiveram a proteção do Irã, ela explicou: “no nosso acampamento os irãs desviavam as balas e nos protegiam dos portugueses”. A fala da interlocutora além de trazer as violências colônias, também mostra as forças das divindades cultuadas, a intocável fé nas espiritualidades africanas como uma forma de resolver conflitos, conclui-se que depois do congresso de Cassacá seu tio Djamba Mamé indicou a forma de organizar sua região, começando pela lavoura, pois antes da zona libertada ninguém tinha coragem de lavrar (Nhama Mané, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2022)

Posteriormente em 1974 ela foi indicada para internato Aurelino Cruz, mas seus pais não aceitaram, devido ao casamento forçado, essa prática cultural era recorrente na década de 50 onde as meninas eram vistas com propriedade privada que de uma certa forma poderia gerar lucros e o casamento é forma de manter esse lucro também servia como forma de fortalecer as duas famílias. A heroína da Nhama é a Carmem Pereira que lhe salvou desse destino. Ela explica “quando a tia Carmem Pereira soube disso designou militares para vir me buscar. Perguntaram quem é a Nhama Mané, disse sou eu, desse jeito “o partido me salvou” e ela me salvou” ela foi levada para escola piloto em Guiné Conacri fazer curso técnico de enfermeira. Hoje é membro ativo do partido PAIGC e nas horas vagas trabalha nos hospitais.

Cadi Seidi “somos órfãos de guerra”

Meu encontro com Cadi Seidi foi de grande aprendizado sobre a posição da mulher na política e como o partido cuidava dos filhos dos combatentes nesse processo.

Cadi Seidi nascida em 09 de novembro de 1966 na ilha de Komo, quando perguntei da sua participação na luta de libertação nacional ela afirmou, “não sou combatente da liberdade da pátria”, somos apelidadas de órfãos de guerra porque a minha mãe, meu pai, meus tios e tias, toda a minha família estava na linha de frente da luta armada, meu pai era membro ativo na batalha de ilha de komo onde ele veio a ir ao óbito. (Cadi Seidi entrevista realizada em Bissau dezembro de 2021)

Sendo uma órfã de guerra ou menino de partido, a interlocutora assumiu toda a responsabilidade e cuidados enquanto órfão de guerra. Em 1973 ela foi colocada no internato

até 1974 na ilha de Komo, em 1976 deixou a ilha de Komo para mudar para Quebo com a mãe e o padrasto.

De acordo Cadi Seidi

[...] Minha memória que vem agora e quando sai de internato fui com a minha mãe e o meu padrasto, sai a tarde para caminhar como de costume, encontrei meu antigo professor que me viu e foi para Comitê de Estado fazer denúncia contra a minha mãe, sendo órfão de guerra a minha mãe não deveria me tirar de internato, a minha mãe foi ouvida e explicou a razão por ter saído, imediatamente Paulo correia foi fazer uma visita no Catió ele me viu e disse que não posso ficar em Catió, tenho que voltar para internato, me encaminharam para orfanato de Bor onde fui transferida no antigo departamento de combatente de estado para escolher país que quero ir fazer formação, na época tinha apenas 12 anos, então decide escolher Cuba.

Quanto à formação da interlocutora em 1979 ela foi para Cuba através de cooperação que o partido tinha com o país socialista então desde então ela se dedica muito para honrar a memória dos seus pais e dos antigos combatentes que foram mortos e aqueles que estão vivos que não esqueceram de cuidar dos filhos dos mortos.

Segundo a interlocutora, os seus esforços em se destacar na escola, lhe deram a oportunidade de cursar medicina, quando finalizou a medicina fez especialização na área de pediatria, devido ao seu desempenho. Foi a nota máxima até terminar a especialização. Ir para Cuba, para Cadi, mesmo de menor era motivo de responsabilidade, pois “Paulo Correia, lhe dizia podes não me encontrar vivo no seu regresso para Guiné vocês vão ser futuros do nosso país” Essas palavras determinaram seu esforço nesse processo acadêmico quando terminou os seus estudos regressou para Guiné-Bissau por causa do seu compromisso com país. Afirma Cadi: “depois de terminar minha formação decidi voltar e dar a minha contribuição” (Cadi Seidi entrevista realizada em Bissau janeiro de 2021).

Já em Bissau, Cadi trabalhou na pediatria em Simão Mendes, no projeto saúde bandim, depois entrou nas fileiras das forças armadas, pois sempre teve essa ligação com a força armada desde já que, todas as minhas famílias seguiram essa trajetória.

Em 2014 ela foi a única mulher na chefia militar, sentindo realizada na carreira militar decidiu sair. No Ministério de Defesa ocupou posto de Secretária Geral de Rede de Paz e Segurança das Mulheres a nível de CEDEAO que durou desde 2009 até 2014, tornou-se membro e fundadora de UAEC Guiné-Bissau, quando foi convidada pelo Domingos Simões

Pereira para fazer parte de elenco, governar como ministra da Defesa aceitou, ela teve a oportunidade de visitar Brasil também trabalhar na reforma em sector de Defesa 2019 Cadi ocupou cargo de Ministra da Mulher Família e proteção Social que segundo ela neste posto, apesar de existirem dificuldade deu o seu máximo para transformação desses instituição.

Para interlocutora:

Tentei deixar meu legado sem me envolver com a corrupção, “pois não tenho nada mais tenho dignidade isso me dá voz na política, se visitar a minha página nas redes sociais vão encontrar minhas falas de indagação, que são arriscadas, mas faço isso por convicção do que eu acho correto, pois tenho consciência tranquila” (Cadi Seidi entrevista realizada em Bissau janeiro de 2021).

Ser mulher na política não é nada fácil enquanto homens trabalham uma vez, as mulheres trabalham 10 vezes mais, para provar a sua capacidade. Partido PAIGC é um partido grande afirma interlocutora “conseguir estar onde estou, precisa de base forte e desempenho”. Atualmente ela é membro da comissão central do PAIGC, vice-presidente da comissão política no setor autónomo de Bissau, também é membro do secretariado da UDEMU a nível nacional.

Teodora Inácia Gomes- “sou uma mulher destemida”

A entrevista feita com a Teodora Inácia Gomes foi a segunda entrevista durante o campo em Bissau realizada no dia 14 de janeiro de 2022 no escritório pessoal, antes da entrevista já tive o primeiro contato com a interlocutora na primeira visita na sede que gentilmente me tratou muito bem. Outra questão importante é o fato de ela ser aposentada na função pública do país, isso facilitou o nosso encontro desde já que ela dedica todo o seu tempo livre comprometendo com assuntos partidários.

O escritório da Teodora é umas das salas consideradas importantes do partido porque, ela representa o poder feminino no PAIGC tendo em conta a sua trajetória na política. A sala estava decorada com quadros de fotos da Teodora no momento da luta armada e nas conferências importantes decisivas para a implementação da UDEMU no Partido. A minha interlocutora é uma senhora charmosa, radiante com olhar esperançoso sobre o futuro do país.

Entrevistar o braço feminino do PAIGC foi um momento de aprendizado sobre todo o processo da luta de libertação nacional contra o colonialismo e o processo da emancipação feminina que ocorreu nesse processo. A nossa conversa teve duração de quase uma hora, mais

uma vez expliquei os motivos da minha pesquisa e objeto de trabalho como forma de deixar claro que todos os dados recolhidos serão usados para fins acadêmicos e nada mais que isso.

Teodora Inácia Gomes, ex-combatente da liberdade da pátria, membro do Bureau político do PAIGC, nasceu em 13 de setembro de 1944, em Empada, região de quinará, sul da Guiné-Bissau. Filha de Inácio Pedro Gomes, de Bissau, de etnia Manjaca e de Nhanha da Silva, de etnia Bijagó. Da mesma forma que muito das combatentes de liberdade da pátria Teodora fez a sua formação como pedagoga na Antiga União Soviética.

Ativista pelo direito das mulheres Teodora participou da aprovação, na assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau da lei contra a mutilação dos órgãos genitais femininos além desta lei, ela apresentou e defendeu as leis sobre os selos de combatentes da liberdade da Pátria, a lei sobre saúde reprodutiva, a lei sobre tráficos de menores, a lei sobre o planeamento familiar e a lei sobre a violência contra as mulheres. Atualmente ela participa da ONG que trabalha na sensibilização dos partidos políticos para aumento do número de mulheres nos vários órgãos de governo.

A Teodora teve a sua trajetória de vida marcada pela Luta de Libertação Nacional, a conquista da independência e a instauração do Estado democrático na Guiné-Bissau. Desde modo, a primeira pergunta dirigida é sobre a sua participação nesse processo da emancipação do país. Nas suas palavras

Fui à luta de libertação nacional porque tive vontade de defender a minha nação, sinto que tive participação ativa nesse processo, ajudei muitas meninas contra o abuso e casamento precoce. Me sinto realizada (Teodora Inácia Gomes, entrevista realizada em Bissau janeiro de 2022).

No relato da Teodora, é notável a importância que ela atribui na luta de libertação nacional, apesar da idade ela ainda tem memórias vivido sobre esse episódio incluindo os registros fotográficos que compõem o arquivo memórias da UDEMU, durante a nossa entrevista ela parava para se identificar nos retratos pendurados no seu escritório. Teodora como pedagoga e combatente dava aulas nas zonas libertadas também desempenhou função de comissário político onde informava objetivos da luta de libertação nacional.

Na nossa entrevista, ela lembra das companheiras de luta que foram mortas e mostrou a força do componente feminina também mostrou a importância de Amílcar Cabral na Luta

Armada e a necessidade de luta ser por via armada. Teodora narrou diversas funções que as mulheres desempenharam nesse processo. Nas suas palavras

As funções são divididas entre todas as meninas que foram recrutadas. Existem aquelas que iam buscar a lenha para cozinha, outras lavavam as roupas dos combatentes que estão na linha de frente, aquelas que carregavam munições e armas, as enfermeiras que tratavam dos feridos de campo de batalhas as cozinheiras que praticamente abastecimento comidas na zona de guerra as professoras e jornalistas para divulgar informação sobre o desenrolar do processo da Luta Armada.

A fala da interlocutora é importante porque demonstra o teatro do processo da luta armada contra colonização portuguesa, a eficácia da participação feminina para contribuição da emancipação do país.

Gabriela Alfredo “cresci durante a luta”

Gabriela Alfredo é a sexta entrevistada do trabalho, com ela o contato inicial foi pela ligação telefônica que anteriormente peguei com a sua camarada Bilony, posteriormente marcamos uma conversa pessoal com a finalidade de mostrar o objetivo da pesquisa, entretanto, depois da nossa conversa telefônica ela preocupou-se em saber dos questionários, achei interessante a forma como a Gabriela se posicionou em relação aos questionários, isso mostra a relação de entrevistador e entrevistado, porque no meio desse processo a negociação é importante para atingir o objeto do trabalho. Acredito que a interlocutora questionou o desconhecimento do trabalho em questão e a pesquisadora.

Quando questionada sobre o processo da emancipação da Guiné-Bissau, Gabriela afirmou que cresceu durante a fase da luta armada e aprendeu a lutar com os seus pais, amadureceu sabendo que era necessário a emancipação do país contra a colonização portuguesa, deste modo a mobilização da massa para aderirem à luta cria-se um ânimo e vontade de defender a nação essa ação estimula a esperança em tornar o país liberto.

Diferente da Teodora Inácia Gomes e Francisca Lutas Pereira, Gabriela como outras mulheres do PAIGC que participaram da Luta Armada entraram de forma precoce nesse processo. Caso da Gabriela ela ingressou com 8 anos, mas ela conta com detalhes dos momentos vividos e também mantém como melhoria as lembranças que seus pais lhe informam sobre a luta de libertação nacional. Na fala da interlocutora é perceptível o quanto a família, parentes de forma específica, aparecem como referência e incentivos na participação efetiva na luta e

depois da independência. Sendo assim, podemos afirmar que a família tem grande importância no processo da mobilização. O fato da Gabriela, Bilyony, Cadi, Nhama terem famílias vinculadas à luta e o partido serviu de guia nesse campo político que consequentemente ajudou na inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, nos cargos de destaques na política, conquistas acadêmicas (bolsa de estudos ofertadas pelo Partido). É importante ressaltar que além dessas mulheres serem escolarizadas, pertencentes a organização feminina do Partido em questão, ter famílias do alto cargo político, torná-las pertencentes a uma categoria específica que denominados de classe dominante tradicional.

Como referido acima, a relação de família e parentesco é sem dúvida um alicerce para conquistas e ascensão de algumas mulheres. Entendo, também, que a participação e a experiência dos pais na luta serviram de estrutura para a trajetória política da Gabriela, desde a sua inserção incentivada pelo país até a sua afiliação ao partido que hoje em dia ela ocupa cargo de segunda secretária da UDEMU.

Seguindo a trajetória dos pais, Gabriela contou que desde criança já se envolvia nos processos da emancipação feminina no período da luta de libertação, e sem dúvidas contou com a experiência da Teodora, Carmem, Teném e Francisca que são veteranas da UDEMU, uma das primeiras organizações que ela se envolveu, o fato da Gabriela ser mais nova e ainda possuir experiências significativas a nível da secretária explica alguns fatores importantes no seu percurso.

Finalizando esse capítulo, é possível afirmar que as seis experiências biográficas analisadas apontam para alguns pontos em comuns, como o fato de pertencerem à mesma organização, e partilharem a mesma ideologia partidária, terem família na que participaram direto nesse processo da luta. É importante realçar que além dessas mulheres serem urbanas, escolarizadas, pertencentes a uma organização específica de mulheres e, por último, politizadas num certo sentido, torna-as pertencentes a uma categoria específica e singular de mulheres de PAIGC, como afirmado anteriormente no primeiro capítulo, este trabalho não está dando conta das trajetórias ou experiências biográficas de vida de todas as mulheres guineenses, portanto algumas afirmações/conclusões diz respeito a um grupo específico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relação de família/parentesco são fatos notórios no processo da emancipação da Guiné-Bissau contra o domínio da colonização portuguesa, evidenciado pela participação das crianças na luta de libertação nacional com incentivos dos pais, das mulheres que seguiam os seus maridos nesse processo. Posteriormente essas relações se fortificou com a implementação da democracia no país, manifestando-se atualmente nos espaços institucionais através da (partidos, políticos, legislativos e presidências) para consolidação desse poder as alianças são mantidas por vias matrimoniais e renovadas por herdeiros que vão estabelecendo a classe dominante tradicional no poder, classe que nasceu no período da colonização e hoje se predomina pelo filhos e filhas, esposas, primos primas tios e tias dos antigos combatentes.

Para compreensão do objeto de estudo proposto o presente trabalho buscou apresentar de uma forma sintetizada o processo da escravidão e como a Guiné-Bissau tornou-se a colônia ultramarino do Império português; um fato que acarretou e resultou nas revoltas que vão ser denominadas de resistência primária: uma resistência étnica contra a colonização, mas não tiveram sucessos na sua luta que culminou na implementação dos aparelhos administrativos da colônia portuguesa. A estratégia política criada pelos portugueses para dominar a Guiné-Bissau resultou na separação dos povos em “assimilados e não assimilados”, que consequentemente aquelas pessoas que adotaram os curtumens português surgiria o espírito de nacionalismo guineense resultando em Luta de Libertação Nacional que foi um fator importante, porque com a independência foram implementadas algumas medidas importantes entre quais, o respeito os direitos civis, culturais, sociais e político.

A Luta de Libertação Nacional foi um ato político e histórico que movimentou todas as camadas, especialmente as mulheres guineenses encunhadas ao partido PAIGC. Essas mulheres começaram a discutir a estratégia para dupla emancipação (do país e das opressões sofridas pelo domínio do patriarcado) essa luta cria gêneses de debates sobre representações das mulheres no espaço de poder, igualdade de direitos entre homens e mulheres. Essa análise também mostra os privilégios (estudos no exterior, ocupação de lugares de destaques) que as mulheres pertencentes às classes dominantes tinham no período colonial que de uma certa forma facilitou

suas acessões do poder posteriormente, porque a educação/ensino é um marcador importante para estabelecer no poder.

Para traçar perfis dessas mulheres que ocuparam cargos considerados de destaques principalmente as que foram nomeadas deputadas pela Assembleia Nacional Popular uso de método prosopográfico é necessário para compreender as biografias coletivas e trajetórias individuais dessas mulheres, pondo em hipótese que maiorias das deputadas são do PAIGC pertencentes a classe dominante tradicional e têm família nesse espaço de disputa, portanto, concluímos pelo dados de ANP já passaram em torno de 22 mulheres eleitas como deputadas no Capital Bissau desde 1974 até 2019, esse número é minoritária em relações aos homens, analisando de forma minuciosa os sobrenomes das deputadas eleitas as famílias Pereira, Gomes, Cabral, Turpin, Vaz, Kassimo e Sanhá chamam atenção por serem das linhagens dos nacionalistas guineenses que de uma certa forma depois da independência construíram alianças parentais para consolidação desse espaço de poder.

A realização do trabalho exigiu fazer uma viagem para Guiné-Bissau a fim de realizar pesquisas de campo direcionadas para mulheres do PAIGC. As experiências compartilhadas com as interlocutoras da pesquisa juntamente com meu olhar de socióloga permitiram diretamente a construção de conhecimento sobre o processo da Luta Armada, a mobilização feminina para dupla emancipação e compreender o papel familiar no desenrolar desse processo. Fazer o trabalho que versa sobre as mulheres antigas combatentes da liberdade da pátria, representa para mim enquanto mulher guineense um sentimento de dever cumprida na contribuição para literaturas sobre mulheres guineenses na Luta Armada da Libertação, na construção da nação guineense nas organizações que tinha como pauta igualdade entre homens e mulheres, relação de família e parentesco no espaço político. Conclui-se com este trabalho que o PAIGC enquanto partido nacionalista preocupou-se em abordar temas importantes para desenvolvimento sociopolítico do país, seu dirigente Amílcar Cabral acreditou-se em combater opressão colonial pautando na unidade nacional, nas lutas para igualdade de gênero também incentivou as campanhas da alfabetização no país.

Nesse processo de participação feminina algumas mulheres como Carmem Pereira, Titina Sila', Teodora Inácia Gomes, Francisca Lucas Pereira, e outras apareceram em vários relatos das interlocutoras como figuras representativas no partido ou seja "braço feminino do

partido”, A UDEMU como unidade que discute questões relacionadas a luta pela igualdade entre homens e mulheres foi importante nas trajetórias políticas dessas mulheres, porque a partir da União que maiorias conseguiram suas independências, resultado de tudo isso expressa a forma como as mulheres do partido conseguiram a cota de equidade de uma forma considerável também apelam para que outras mulheres tiveram a mesma oportunidade de fato estar na UDEMU. De fato, estar na UDEMU, e no Partido é fundamental nas trajetórias dessas mulheres, é a partir daí que conseguem ou disputam sua presença política contemporânea buscando reconhecimento num lugar com domínio masculino.

Conclui-se que os relatos das trajetórias individuais das minhas interlocutoras foram igualmente essenciais para compreensão da construção da vida política de cada mulher entrevistada. Suas trajetórias de vida são mais que construção individuais e familiares, são também projeto político e educacional de uma nação. O capital cultural, econômico, e cultural da família influência nas trajetórias individuais ou nacionalistas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, B.M, Pintanguy, Jaqueline – **O que é Feminismo**- abril Cultura/Brasiliense - Coleção primeiros Passos 1981
- BIROLI Flavia – **Feminismo e política: uma introdução**/, Flávia Biroli- Luís Felipe Miguel 1. ed. São Paulo: Boitempo, 214.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**; tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**; tradução de Fernando Tomaz (português de Portugal). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagú. São Paulo: Unicamp, Pagu (26), janeiro-junho, p.3, 9-376, 2006
- BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In: LOURO, Guacira Lopes (orga). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autentica, 1999. p. 151-172.
- CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria: unidade e luta**. II. 1ª ed. Lisboa: Seara Nova, 1978
- CABRAL, Amílcar. **A arma da teoria: Unidade e Luta**. Vol. I. Lisboa: Seara Nova, 1976.
- CABRAL, Amílcar. **Guiné-Bissau: Nação africana forjada na luta**. Lisboa: Publicações Nova Aurora, 1974.
- CANDÉ-MONTEIRO, A **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional – conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959- 1994)**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- CANÊDO, Letícia Bicalho. (2011), “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 15, pp. 55-75.
- CARDOSO, Carlos. **A formação da elite política na Guiné-Bissau**. 1.ed- Lisboa –Portugal Centro de Estudos africanos (CEA) – 2002
- CORDEIRO, Ana Dias. **Amílcar Cabral queria ter as mulheres ao seu lado na luta**. Público, Lisboa, Sempre Bissau, 20/ 01- 2013.
- DAVIS, Angela. **Mulher, Raça e Classe**. Tradução Livre. Plataforma Gueto-2013.
- DIOP, C. A. **A Unidade Cultural da África Negra**. Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica. Luanda-Angola: Ed. Mulemba, 2014.
- DIOP, C. A. **Naciones negras y cultura**. Barcelona: Belaterra, 2012.
- DOMINGUES, M. M. A Borges. **Estratégias femininas entre as bideiras de Bissau**. 2000. 529 f. Tese (Doutorado) - Antropologia Cultural e Social, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro. Ed.

ESTEVES, M. Luísa. GONÇALO. G. de Aiala, **capitão-mor de Cachéu, e o comércio negreiro espanhol**. Lisboa\Bissau: ICT\INEP. 1988.

Estudos feminista, 2009.

FANON, Frantz. “Da violência”. In: **Os Condenados da Terra**. Trad. De José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, pp. 23-74.

FANON, Frantz. **Em defesa da revolução africana**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1968.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscara branca**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FONSECA, M, Bracks. **História da África Pré-colonial**. Poder Feminino e matriarcado na África pré-colonial. Revista África e Africanidades – Ano XII – n. 32, nov. 2019 – Disponível em: <https://africaeaficanidades.online/documentos/0530112019.pdf>. Acesso, 15/09/2021.

FUNAG, Livro da Rua: Guiné-Bissau. by Thesaurus Editora – 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/997-Livro_na_rua_-_Guine_Bissau.pdf. Acesso. 15/09/2021

GOMES, G. Patrícia As **outras vozes** Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau”. Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. Ano 1, número 1, janeiro/ junho de 2016.

GOMES, G. Patrícia. **Na senda da luta pela paz e igualdade**: o contributo das mulheres guineenses. Mukanda, 8/03- 2013.

GOMES, G. Patrícia. **O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau**: uma abordagem preliminar. In: Outros Tempos, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189.

GOULART, Mônica Helena Harich Silva. As mulheres na ALEP: Uma abordagem prosopográfica. 2. ed. Curitiba: Uri et Ori, 2016

OLIVEIRA, R. C. de (org.). Estado, Classe Dominante e Parentesco no Paraná. Blumenau: Nova Letra. pp. 247-300.

HARRIS, E. Joseph & ZEGBIDOUR, Saimane. (Org.) **História Geral da África**: Vol.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **África na sala de aula**: visita à história contemporânea, 4. ed. São Paulo: Selo Negro, 2008.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo políticas arrebatadoras**. 14. ed- Rio de Janeiro Rosa dos Tempos, 2020

IMPANTA, A. Iadira. **Mulheres da UDEMU e experiência de vida política**: da luta de libertação à participação política. (Dissertação de mestrado antropologia social). Natal- RN, 2020.

KIPP. Eva. Guiné-Bissau: **Aspecto de vida de um povo**. Guiné Bissau/ Lisboa; UNAE: inquérito; 1994. Lacerda. 1999.322p

LERNER, GERDA. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens- São Paulo: Cultrix, 2019.

LOPES, Carlos. **Amílcar Cabral: uma vida inspiradora**. In: LOPES, Carlos (Org.). Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral. São Paulo: Unesp, 2012.

M'BOKOLO, Elíxia. **África negra, história e civilizações: do século XIX aos nossos dias**. Tomo II. São Paulo: Casa das Áfricas; Salvador: Edufba, 2011.

MANOEL, Jones. FAZZIO, G. Landi. **Revolução Africana: Uma antologia do pensamento marxista**- São Paulo, Autonomia Literaria.2019.

MARX, Karl, 1818-183. **Manifesto do Partido Comunista/** Karl Marx, Friedrich Engels... 1 Ed. São Paulo: Expresso Popular, 2008. 97. p.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**; tradução Marta Lança, Portugal. 2014

MBEMBE, Achille. **Política da Inimizade**; tradução Marta Lança, Portugal, 2017

MBUNDE, F. Daiana. **Emancipação feminina na área política e social em Guiné-Bissau**, Redenção 2016. TCC (Bacharelado em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia- Afro-Brasileira (UNILAB).

MENDY, Peter Karibe. **Colonialismo português em África: a transição de resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)**. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1994.

MENDY, Peter Karibe. **Conquista militar: da resistência à “pacificação” do arquipélago dos Bijagós**. Soronda: Revista de Estudos Bissau-guineenses, 1992.

MIGUEL, Luís Felipe – **Feminismo e política: uma introdução/** Luís Felipe Miguel, Flávia Biroli-1. ed. São Paulo: Boitempo, 214.

PARTIDO Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). **Manual político**. Bissau: PAIGC, s.d. 1974.

PEREIRA, Aristides. **Uma luta, um partido, dois países: Guiné-Bissau-Cabo Verde**. Lisboa: Notícias, 2003.

PESSÔA, Márcio. **Carmen Pereira e a guerra das mulheres na Guiné-Bissau**. Deutches Welle Africa, Berlim, 30 ago. 2014.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Estudos de Gênero e história Social**. Florianópolis: By revista

QUINTINO, Fernando Rogado. "Sobrevivência da Cultura Etiópica no continente Africano: Conceitos superiores na mística Bijagó". In: Boletim Cultural da Guiné Portuguesa 73. 1962.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** - 1.ed.-São Paulo: Companhia das Letras, 2018

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**- 1.ed-2, Reimp- Belo horizonte: Autentica editora-2015.

SCOOL, C. J. **Matriarcado e África: discursos na história acerca de poder político e gênero**, In: FONSECA, M. B.; OLIVEIRA, F. C. de. África e suas relações de gênero. Rio de Janeiro: Edições Áfricas; Ancestre, 2019. p. [155-184]. E-Book

SCOOL. C.J. **O Enigma Bijagó**. Saberes Coloniais em disputa no centro de estudos da Guiné Portuguesa (1946-1967). Dissertação mestrado. Porto Alegre, 2017

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica**. DH Net, 1985.

SEMEDO, Maria Odete da Costa. **As mandjuandadi – cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura**. Tese (Doutorado em Literaturas de Línguas Portuguesa), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

SILVA, António E. Duarte. **Invenção e construção da Guiné-Bissau**. [S.l.]: Almedina, 2010. (Coleção: Estudos de Direito Africano - Tema: Direito Constitucional).

SOUZA, M. de Mello. **África e Brasil africano**. São Paulo: Ática, 2006.

TEXEIRA, Ricardino. **O conceito de sociedade civil: um debate a partir do contexto da GuinéBissau**. Estudos de Sociologia, v. 15, n. 2, p. 161-180, 2014.

TSING, Anna. **Margens indomáveis: Cogumelos como espécies companheiros**. v.17 n. 1, jan/jul. Santa Catarina: Ilha, 2015.

VIII. A África e a diáspora negra. **África Desde 1935**. Brasília: UNESCO 2010.